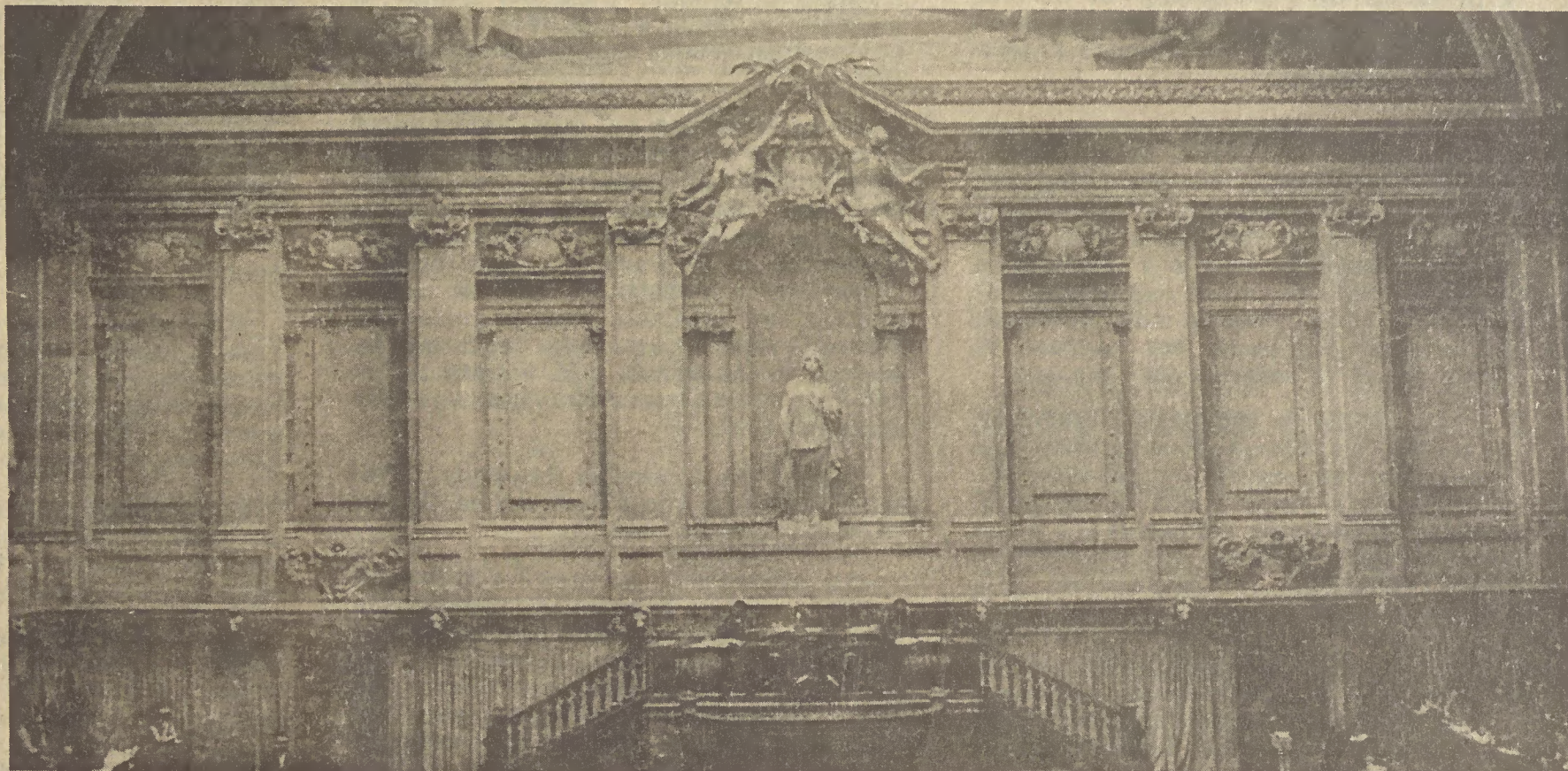


Uma sede no Norte à altura do PCP



O prédio já existe! A Campanha dos 20 000 contos prossegue! O camarada Edgar Correia, do Comité Central e da DORN, faz-nos o balanço e confirma: no 59.º aniversário, ou seja, dentro em breve, o Partido contará com uma nova sede no Norte.

Pág.3



GRUPO PARLAMENTAR DO PCP REQUER RATIFICAÇÃO DO DECRETO SOBRE AS RENDAS DE CASA

Pág.4



AÇORES

Entrevista com o camarada José Vitoriano, da Comissão Política e do Secretariado do CC que esteve na última semana nos Açores • A solidariedade dos trabalhadores • Três questões sobre a catástrofe.

Pág.12

1950 O assassinato de Militão Ribeiro 3 DE JANEIRO 1960 A Fuga de Peniche

Pág.9

O AFGANISTÃO E A OFENSIVA CONTRA A PAZ



Pág.11



Pág.6

Reforçar as Comissões de Trabalhadores

Editorial

UNIDADE NECESSÁRIA PARA DEFENDER ABRIL

Os primeiros actos e as linhas fundamentais de orientação do novo governo presidido por Sá Carneiro, trazidos nos últimos dias ao conhecimento público, confirmam largamente as apreciações e previsões do PCP quanto ao carácter e quanto à política da equipa governamental de direita resultante das eleições intercalares de Dezembro.

Ainda mal acabado de empossar, este novo governo de direita, numa decisão altamente contestada do ponto de vista jurídico, apressou-se a suspender o processo de promulgação de 68 decretos-lei do governo anterior e a submetê-los à ratificação da nova Assembleia da República, agora como se sabe, dominada pela maioria tangencial dos partidos da direita que os vai tentar anular um a um.

Numa atitude de significativo contraste, os chefes da Aliança Reaccionária, que põem agora em causa a legalidade dos referidos diplomas nada objectaram, contudo, aos mais de 120 outros que foram lavrados pelo governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS, já depois da sua exoneração pelo Presidente da República.

Também nos domínios da política externa o governo Sá Carneiro, mais papista do que o Papa, a propósito da crise afgã, promoveu protestos e diligências diplomáticas de carácter anti-soviético que o encheram de ridículo e o caracterizaram desde logo como um dócil apêndice da política provocadora e belicista do imperialismo americano.

Por outro lado, nos bastidores da política, conhecem-se já certas linhas de força do programa do governo. Na sua expressão apontam ao ataque aberto às conquistas de Abril, escancaram portas ao domínio do grande capital privado sobre sectores básicos da economia nacional, rasgam pura e simplesmente o estatuto de empresas públicas e nacionalizadas em benefício dos antigos detentores do capital, duma forma contrária ao espírito e à letra da nossa Lei Fundamental.

Sá Carneiro, logo à raiz dos primeiros resultados eleitorais favoráveis à coligação reaccionária, obtidos nas condições aleatórias que se conhecem, enunciou, entre outros, os seus velhos propósitos de revisão da lei eleitoral e de realização de uma política contrária à defesa das conquistas de Abril, que a Constituição da República formalmente lhe proíbe.

Com outros chefes de fila da direita, Sá Carneiro e Freitas do Amaral tentaram impor antes, como se sabe, uma saída referendária, golpista, anticonstitucional, para a crise governativa e através dela empreender sem demora o processo de reversão do regime democrático e de restabelecimento de uma nova ditadura.

Pelos novos caminhos do Poder, nas novas condições saídas das eleições, os propósitos inconstitucionais da reacção mantêm-se inalteráveis.

Medidas de fundo destinadas a subverter, tão rápido quanto possível, a ordem democrática, estavam e continuam a estar nos objectivos da direita.

É preciso que se diga que, em condições que não legitimam os empreendimentos e projectos inconstitucionais de Sá Carneiro e do seu governo, a actual equipa governante e a maioria tangencial que a sustenta tentarão levar por diante as medidas de fundo e a política que antes enformavam as suas ambições ilegítimas do Poder.

Deve esperar-se que com vistas a assegurar a vitória nas eleições de 1980 e para melhor fazer passar a sua real política de defesa dos interesses de classe dos grandes capitalistas e latifundiários, o governo de Sá Carneiro possa recorrer largamente a medidas de carácter demagógico, de fachada, que podendo de momento fazer uma ou outra concessão às classes trabalhadoras crie, entretanto, as condições para a sua continuidade no Poder depois de 1980.

O Povo português, as forças democráticas e patriotas não devem, porém, deixar-se iludir com tais medidas.

Os objectivos de desestabilização política, social e económica prosseguidas pela direita, com particular obstinação nos últimos dois anos, vão prosseguir agora, contra a vontade maioritariamente expressa dos portugueses, em condições porventura mais ameaçadoras e perigosas através das alavancas do governo e de uma maioria tangencial e precária.

* *

É preciso dizer – e é, sobretudo, preciso agir consequentemente contra eles – que os propósitos exorbitantes de Sá Carneiro, do seu governo e da sua maioria parlamentar são ilegítimos.

A vigência do governo actual está, em primeiro lugar, limitada pelo carácter do acto eleitoral que lhe está na origem – o sustentáculo da sua política está, em segundo lugar, assente numa base eleitoral e social heterogênea e precária.

As eleições intercalares foram uma saída constitucional para a crise governativa, a acção do governo delas saído está limitada no espaço e no tempo.

Se o governo de Lourdes Pintasilgo se caracterizou e se comportou justamente como o “governo dos 100 dias” o actual governo de Sá Carneiro e da Aliança Reaccionária tem a sua duração limitada a 8 meses, na melhor das suas hipóteses será o “governo dos 240 dias”.

O que se lhe seguirá deverá corresponder à vontade expressa do Povo português nas eleições legislativas normais de 1980. Seja qual for o seu resultado isso não anula o carácter e os limites do governo actual.

Também um mínimo de senso político não poderá deixar de chamar a atenção dos novos detentores do governo para a fragilidade da sua base social e política.

Contra a Aliança Reaccionária votaram 56% dos eleitores portugueses; os 44% dos

votos que lhes garantiram a maioria parlamentar tangencial foram obtidos numa larga medida por métodos que repugnam à consciência democrática do Povo português.

Muitos milhares de portugueses nas zonas mais subdesenvolvidas do País, de características essencialmente agrícolas, que fizeram a prova de cinco anos de desprezo dos seus interesses vitais pelos partidos da direita, aos quais deram o seu voto em eleições anteriores, foram agora violentados na sua vontade e na sua consciência para votarem na Aliança Reaccionária.

Um sem número de católicos, desfazados com a política antipopular praticada pela direita nos seus governos e no parlamento, foram ameaçados pela excomunhão e as penas do inferno e mesmo com a morte se não votassem na Aliança Reaccionária.

Que se pode deduzir desta passagem de um panfleto distribuído à porta da igreja de Tarouca pelo pároco local e difundido aos milhares por todo o País?

“Tu, (abstencionista) com a tua criminosa abstenção, foste um traidor e terás o fim de todos os traidores. Não mereces mais. Pensa bem, vê o que fazes. Estamos atentos.”

A coerção de muitos milhares de eleitores e a manipulação do seu voto é um facto incontestado que nenhuma pesporrência da direita pode mascarar.

Sá Carneiro e o seu governo tentarão impor o seu projecto reaccionário e antipopular; agravarão por todos os meios – mesmo usando da demagogia – a situação das classes trabalhadoras, o desemprego, os baixos salários, as formas de exploração, as restrições aos direitos, liberdades e garantias do povo trabalhador, tentarão talvez impor a lei da violência e do arbítrio contra as prerrogativas constitucionais.

Os pequenos e médios agricultores rendeiros a quem o PPD aliado ao CDS e ao PS impôs uma lei leonina de esbulhamento do seu suor e do seu trabalho, as camadas pobres e médias da população, nada têm a esperar deste governo de grandes capitalistas e latifundiários, de gente inimiga do 25 de Abril, que tudo tentará para restabelecer o poder dos monopólios e a submissão mais servil ao imperialismo. Sá Carneiro, Freitas do Amaral, toda a reacção coligada agora, mas cheia de fissuras, tentarão aniquilar as conquistas democráticas do Povo português. Mas das intenções à prática vai considerável distância. Tão grande quanto mais forte, unido e organizado for o movimento popular e democrático, quanto mais firme e ampla for a luta do Povo português em defesa das suas conquistas e do Portugal de Abril.

* *

A maioria tangencial de mandatos obtidos pela direita coligada com uma minoria de votos expressos, as ameaças

e perigos que a nova situação criada faz pender sobre a democracia portuguesa, devem constituir um poderoso alerta para todos os democratas e patriotas onde quer que se situem.

As exigências, a necessidade da unidade de todas as forças que aspiram à defesa e à continuidade do património libertador de Abril, são imperativo categórico do momento actual.

Encerrada a dupla batalha eleitoral de 79, que contra todos os obstáculos e manobras da reacção reafirmou a vontade maioritária do Povo português de defender as suas conquistas democráticas, é agora necessário reforçar o movimento democrático, alargar o entendimento, a unidade e a luta das forças democráticas contra a ofensiva da reacção.

O nosso povo, os democratas e patriotas portugueses estão habituados às situações difíceis e duras; conhecem o preço da liberdade; a escola do sofrimento de 48 anos de fascismo educou-nos e temperou-nos para que saibamos enfrentar e vencer, com coragem e acerto político, as dificuldades da hora actual.

No quadro da legalidade e das instituições democráticas nenhuma posição deve ser abandonada ao inimigo; cada combatente, cada democrata, cada patriota, cada português deve pôr à prova o seu amor à liberdade, à democracia, à independência da Pátria.

Nunca como hoje foi necessário desprezar o que nos divide e valorizar o que nos une. Sem falsos preconceitos, sem recriminações do passado, encaremos de frente, com valor e confiança, as tarefas grandiosas que temos pela frente.

As eleições de Dezembro mostraram as potencialidades enormes do movimento democrático e popular, mostraram como sobre divergências secundárias se pode encontrar e trilhar caminhos comuns e objectivos comuns.

Na frente de massas um papel fundamental cabe à classe operária e a todos os trabalhadores. No reforço do movimento sindical unitário, das Comissões de Trabalhadores, de todas as estruturas do movimento popular de massas, possibilidades imensas se abrem a todos os trabalhadores.

Na defesa da Reforma Agrária e dos interesses vitais das populações do campo, na construção de verdadeiros órgãos autárquicos ao serviço do povo, na organização e mobilização das mulheres e da juventude, em todas as frentes, um largo campo se abre à actividade e ao entendimento de todos os democratas e patriotas.

As grandes batalhas políticas que se avizinham neste ano de 1980 podem e devem desde já ser preparadas com espírito aberto e largueza de vistas mas, sobretudo, com determinação, nas tarefas imediatas que a defesa das conquistas de Abril colocam a todos os portugueses dignos desse nome.

A reacção não passará – Portugal de Abril será defendido e consolidado!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 768744/768751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768725/768722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 768705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B – 4000 Porto. Tel. 299398.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 185, Pedrúcha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro: 73 362



Saudações de Partidos irmãos

O Comité Central do PCP recebeu mais dois telegramas de órgãos dirigentes de Partidos irmãos com saudações pelos êxitos do PCP e seus aliados nas últimas eleições, um do Partido Congolês do Trabalho e outro da Frente Democrática para a Libertação da Palestina. No primeiro afirma-se nomeadamente que “as eleições parlamentares verificadas recentemente no vosso país demonstraram uma vez mais o crescimento contínuo da influência do Partido Comunista Português, que aumentou os seus

mandatos em relação a anteriores eleições; esta progressão eleitoral, que foi geral no país e alastrou até às zonas mais conservadoras, é o resultado da luta perseverante que norteia o vosso Partido na defesa dos interesses do povo e dos trabalhadores portugueses. Assim, na sequência da vossa brilhante vitória, transmitimos, em nome do Comité Central do nosso Partido, as nossas sinceras e fraternas saudações, afirmando-nos certos de que todas as forças de esquerda do vosso País,

e em primeiro lugar o vosso Partido, estão decididos a defender firmemente as conquistas democráticas da Revolução de Abril”.

Na mensagem do Comité Central da Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) sublinha-se que o aumento de influência do PCP registado nas últimas eleições “revela claramente o crescente apoio das massas laboriosas e democráticas ao vosso Partido, que é a garantia essencial para a defesa das conquistas revolucionárias portuguesas e o instrumento

fundamental para a consolidação e desenvolvimento dessas conquistas; embora a aliança direitaista tenha obtido êxitos temporários nestas eleições, a derrota do Partido Socialista é de grande significado, sendo consequência da sua política social-democrata que gere, protege e defende os interesses do capitalismo, antagoniza os interesses da classe operária portuguesa e rejeita a cooperação com a vanguarda da classe operária, isto é, o Partido Comunista Português”.

em português

CIÊNCIAS SOCIAIS

Uma revista nova que informará da actividade de mais de 30 institutos de investigação científica da Academia das Ciências da URSS, nos domínios da FILOSOFIA, HISTÓRIA, ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO, FILOLOGIA, PSICOLOGIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.

CIÊNCIAS SOCIAIS

ASSINE A REVISTA CIÊNCIAS SOCIAIS COL. DEPARTAMENTO DE ASSINATURAS Av. Santos Dumont, 57-2.º – Lisboa 1

ASSINATURAS (1 Ano/4 números)	Via Normal	Via Aérea
Portugal e Espanha	18000	24000
Argélia, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique e S. Tomé e Príncipe	22000	32000
Países europeus	28000	31000
Países não europeus	28000	38000

edições de 1980

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

Desejo assinar a revista CIÊNCIAS SOCIAIS a partir do número _____ e por _____ números

Para o respectivo pagamento envio Esc. \$ _____ em cheque

n.º _____ Vale de Correo n.º _____ sobre Banco ou Estação de Correo

«Há que dar um novo e vigoroso impulso à campanha nos 20 mil»

— afirmou Edgar Correia ao «Avante!»

«A Campanha dos 20 mil contos representa já um significativo êxito do Partido. Nos primeiros seis meses, apesar das férias e das campanhas eleitorais, foram recolhidos cerca de nove mil contos e verificou-se uma adesão entusiástica e militante das organizações do Partido e de muitos trabalhadores e democratas», declarou ao «Avante» o camarada Edgar Correia, membro do CC e responsável pela DORP, durante uma entrevista concedida ao Órgão Central do PCP.

Anunciada na Tribuna do IX Congresso, esta importante iniciativa encontrou um profundo eco entre os militantes, simpatizantes e amigos do Partido no Norte e, em particular do distrito do Porto, onde o PCP tem aumentado muito a sua influência como os recentes resultados eleitorais demonstraram. Daí a oportunidade da entrevista com o camarada Edgar Correia, que aproveitou o ensejo para revelar ao «Avante» uma outra importante iniciativa a que a DORP se lançou: recrutar nos próximos meses mais três mil novos militantes.

Uma grande receptividade

«Avante» — Quando decorreu meio ano sobre o início da Campanha, gostaria que fizessem um breve balanço do trabalho realizado, Edgar Correia.

Além da vultosa importância já recolhida, há outros aspectos a destacar. Em primeiro lugar o grande número de pessoas, militantes e não militantes, envolvidas na Campanha e vivamente empenhadas no sucesso dumha iniciativa que dotará o Partido com uma sede no Norte à altura da sua crescente influência e das crescentes responsabilidades.

Em segundo lugar, é de destacar a participação das organizações operárias do Partido e, em geral, a receptividade à Campanha nas massas trabalhadoras. É significativo, por exemplo, que numa grande organização operária do PCP, o Comité dos Metalúrgicos do Porto, cerca de 20% dos compromissos de contribuição regular mensal (cem, duzentos e cinquenta, quinhentos escudos e até mais) tenham sido assumidos por trabalhadores que não são militantes do Partido.

O número de iniciativas já realizadas (festas, convívios, sessões, projecções de cinema, etc) no quadro da Campanha, ascende a mais de uma centena, traduzindo-se na participação de muitas dezenas de milhares de pessoas, muitas das quais tomaram dessa forma contacto com o Partido e conheceram melhor o que pensam e o que propõem os comunistas para resolver os problemas dos trabalhadores e do Povo português.

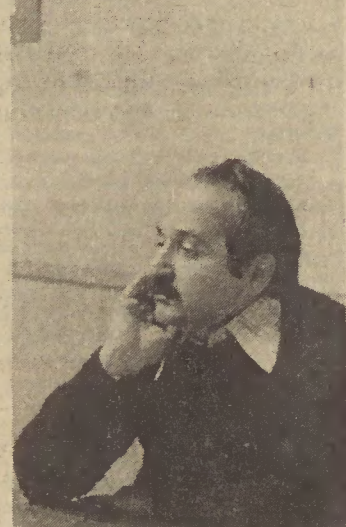
Um último aspecto que queria destacar são as inúmeras ofertas que têm sido enviadas para a Campanha. Desde emigrantes que deixam ou enviam contribuições e que pedem materiais para poderem angariar mais fundos. Até militantes e democratas de todo o País que nos enviam as mais variadas ofertas. Até ao velho tarrafalista que, entre outros valores, entregou à Campanha cedulas de dinheiro do Campo do Tarrafal para serem leiloadas. Até ao conhecido escritor comunista que está a entregar à Campanha as receitas que obtém com os seus trabalhos literários. E, como estes, muitos e muitos exemplos poderiam ser citados, que comprovam a receptividade que esta iniciativa

tem encontrado e a compreensão da justiça do seu objectivo.

A Campanha mostra bem como o nosso Partido, o Partido da verdade, da esperança e do futuro, vive no coração da classe operária, dos trabalhadores, dos democratas, do nosso Povo.

Durante o período pré-eleitoral e eleitoral, a Campanha dos 20 mil contos conheceu naturalmente uma certa quebra. As organizações do Partido e todo o movimento popular estiveram profundamente envolvidos nas grandes batalhas eleitorais, que desviaram atenções, esforços e recursos.

Mas agora, depois de 16 de Dezembro, estamos a assistir a um processo inverso. A Campanha dos 20 mil contos está a readquirir



A Campanha mostra uma adesão entusiástica e militante das organizações do Partido e de muitos trabalhadores e democratas

o seu ritmo e as organizações e os trabalhadores, redobradamente confiantes no Partido e conscientes da necessidade do seu reforço, estão novamente a empenhar-se para alcançar o seu objectivo. Impõe-se agora um decisivo impulso para o concretizar quanto antes.

Oferecer a sede, ao PCP no 59.º aniversário

«Avante» — Na passagem do ano, no Pavilhão do Académico foi muito saudadoso o anúncio da oferta da nova sede ao Partido, por altura do seu 59.º aniversário. Que nos podes dizer acerca deste acto tão importante? Edgar Correia — o edifício para a nova sede já existe e corresponde aos objectivos com que a Campanha foi lançada. Será uma sede à altura do Partido. Há natural interesse nas organizações do PCP e entre os trabalhadores, para conhecer a solução encontrada mas o esclarecimento completo terá que ser deixado para momento oportuno. Na opinião dos organismos responsáveis do Partido no Norte, a solução encontrada preenche, e em muitos aspectos até ultrapassa, a maioria das condições que tínhamos considerado necessárias para a grande sede do partido, cujo plano avançamos no IX Congresso.



«Há uma consciência muito aguda da necessidade de reforçar o Partido» — disse-nos Edgar Correia — da

Como se sabe, durante muito tempo, encarámos a possibilidade de construção de um edifício, em particular através do aproveitamento de «Aníbal Cunha». Tivemos que abandonar essa ideia. O Ministério da Educação não aceitou nenhuma das nossas propostas no sentido da compra ou do aluguer de «Aníbal Cunha», ou então, da aquisição apenas do terreno anexo ao pavilhão do Partido e que permitira a construção da nova sede. Fechada assim a possibilidade de concretizar qualquer uma dessas alternativas e mantendo-se a ameaça sobre o Centro de Trabalho de Aníbal Cunha (que só não se concretizou devido ao facto do Supremo Tribunal Administrativo ter suspenso a execução da decisão do Ministério da Educação até à apreciação judicial do problema), tivemos que encarar outras soluções.

Pensámos na hipótese duma construção a partir do zero. No entanto, tal solução revelou-se impraticável, não só porque isso exigiria no mínimo um prazo de cerca de três anos até à conclusão dos trabalhos, mas também pelas dificuldades encontradas na aquisição de um terreno bem localizado e com as características necessárias. Procurámos, então, uma outra alternativa.

O que interessa nesta altura, é dizer que a sede já existe e que é necessário pagá-la, satisfazendo para tal, nos prazos, os pesados compromissos assumidos pela DORP.

Quando se fala na data de 6 de Março não estamos a pensar numa inauguração formal da nova sede.



LEVAR A CAMPANHA PARA FORA DO PARTIDO

Pensamos é que nessa data, se a Campanha correr normalmente, ela poderá já estar nas mãos do Partido, mas ainda com obras e adaptações a realizar. É nesse sentido que se aponta para a oferta da sede ao Partido na passagem do 59.º aniversário.

Um dia de salário para a campanha dos 20 mil em 6 de Março próximo

«Avante!» — Está já dado um passo importante. Que fazer, nesta nova fase para alcançar a meta final?

Edgar Correia — Há que dar um novo e vigoroso impulso à Campanha.

Para isso é preciso, naturalmente, começar por discutir o problema em todas as organizações, com todos os militantes e simpatizantes do Partido, com os trabalhadores nas

empresas, com muitos e muitos democratas.

É também necessário concentrar esforços nos sectores e sub-sectores ainda atrasados na concretização das suas metas. Aumentar o número de contribuições regulares mensais (os «compromissos»), ganhando um maior número de militantes, simpatizantes e amigos do Partido para os assumirem. É necessário igualmente travar uma batalha contra os atrasos no pagamento dos compromissos que se verificam nalguns sectores. Multiplicar as iniciativas, continuar a levar a Campanha para fora do Partido, para os trabalhadores,

para as empresas, para os bairros, para as massas, é uma outra direcção que continua a impôr-se. Há um número cada vez maior de trabalhadores e democratas, que sentem profundamente a necessidade de reforço do PCP, que poderão dar um apreciável contributo para a concretização da nova sede.

É neste sentido que a DORP emitiu recentemente um apelo às organizações e militantes, a todos os trabalhadores e democratas, para oferecerem ao Partido a nova sede, no dia do 59.º aniversário, a 6 de Março. E que a DORP decidiu também avançar com a iniciativa de um DIA DE



OFERTAS ÚTEIS

A Sede existe mas há que pagá-la

A Campanha dos 20 mil contos, destinada a erguer no Norte uma sede à altura da força, do prestígio e das responsabilidades do PCP, ressaltou-se naturalmente da grande intensidade das tarefas a que a realização das duas campanhas eleitorais chamaram as organizações e militantes comunistas. Ultrapassado esse período, há agora que recuperar os atrasos e concretizar os objectivos da Campanha.

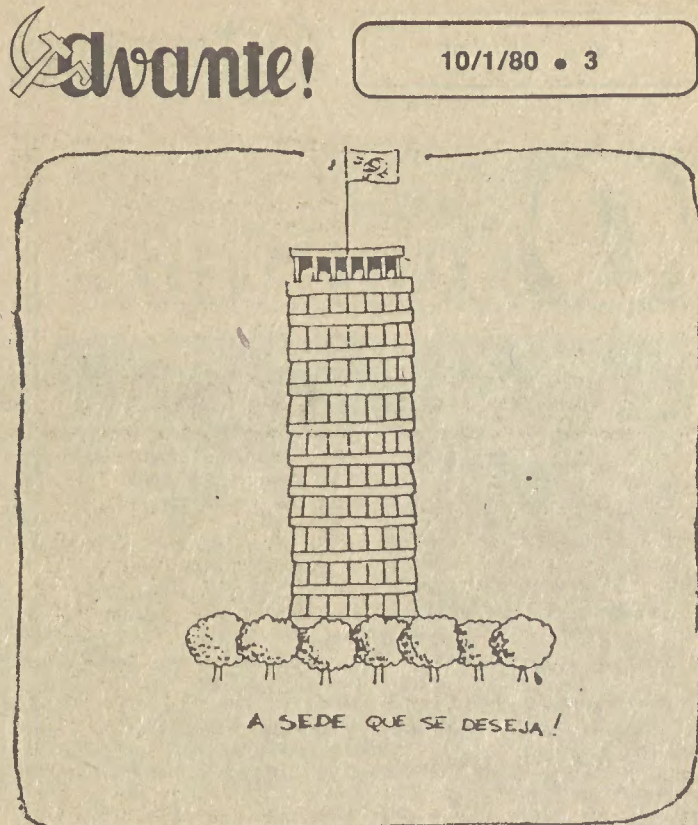
Erguer uma sede no Norte à altura do Partido constitui uma

necessidade objectiva do PCP e uma grande aspiração dos militantes comunistas. Mas, a necessidade de dar à Campanha um novo e vigoroso impulso deriva também do facto do Partido ter já assumido compromissos relativos à nova sede que é imperioso satisfazer. A nova sede já existe e, como foi revelado na festa de passagem de ano que o PCP promoveu no Porto, há intenção de começar a ocupá-la a partir de Março próximo, mais precisamente a partir da data em que o Partido completa 59 anos de vida e de luta, 6 de Março. A sede existe, mas há que pagá-la.

Medidas a tomar para dinamizar a campanha

O novo, grande e vigoroso impulso que é necessário dar à Campanha dos 20 mil contos exige que em todas as

organizações do Partido a Campanha seja intensamente discutida; que todas as organizações e militantes tomem conhecimento dos compromissos assumidos pelo Partido e ganhem consciência da necessidade de os satisfazer; que sejam adoptadas medidas especiais de direcção e de controlo da Campanha, sobretudo nos sectores mais atrasados; que em todos os sectores se promovam iniciativas rentáveis no âmbito da Campanha; que se proceda a um grande esforço para aumentar o número de compromissos e para receber os compromissos em atraso; que se tomem medidas no campo da propaganda, a nível central e sectorial, por forma a divulgar os objectivos da Campanha; que se leve decididamente a Campanha para fora do Partido, motivando para nela participar todos os trabalhadores e democratas para



A SEDE QUE SE DESEJA!

SALÁRIO para a Campanha, em torno dessa data gloriosa.

Recrutar mais três mil novos militantes do PCP

«Avante!» — Há muitos índices do crescimento da influência crescente do Partido em todo o País, como no distrito do Porto. Estão a ser encaradas medidas para engrossar as fileiras do Partido?

Edgar Correia — Os últimos resultados eleitorais traduziram, também no terreno eleitoral, um grande crescimento e alargamento da influência do Partido no distrito do Porto. São sensíveis esse aumento de influência política e social e da actividade do PCP, assim como a disposição combalva das organizações, a sua crescente capacidade de intervenção nos mais variados sectores. O Partido surge hoje aos olhos

da massa dos trabalhadores de grande número de democratas como a grande força fundamental, cuja existência e actividade, cujo reforço, joga um papel decisivo na defesa do regime democrático e das conquistas de Abril, particularmente nas novas condições criadas com os resultados das últimas eleições.

Há uma consciência muito aguda da necessidade de reforçar mais o Partido. Ao mesmo tempo, comprova-se a existência de muito boas condições para o alargamento da nossa organização e do nosso papel de vanguarda na luta dos trabalhadores e do Povo. É por estes motivos que a Direcção da Organização Regional do Porto decidiu lançar uma Campanha de recrutamento de mais três mil novos militantes, nos próximos meses.

Estamos certos que esse objectivo será alcançado e que, na região do Porto, o PCP reforçará a sua capacidade de intervenção e elevará a sua contribuição para a defesa do regime democrático e das restantes conquistas de Abril.

quem o reforço do PCP é um motivo de confiança no Portugal democrático e de esperança no futuro.

Não está ainda feito o apuramento final das contas da Campanha relativas ao mês de Dezembro. Mas, um balanço provisório entretanto efectuado revela já a tendência para que a Campanha recupere o ritmo que adquiriu inicialmente, recuperando também o está ainda feito o apuramento final das contas da Campanha relativas ao mês de Dezembro. Mas, um balanço provisório entretanto efectuado revela já a tendência para que a Campanha recupere o ritmo que adquiriu inicialmente, recuperando também o atraso verificado durante os meses das campanhas eleitorais. Mas há necessidade absoluta de aumentar esse ritmo e dar à Campanha uma dinâmica que assegure que os seus

objectivos serão realizados e que o Partido venha a ter no Norte uma sede à altura da sua força, prestígio e responsabilidades.

O apuramento final das contas de Dezembro está por outro lado a suscitar uma natural expectativa no que respeita à classificação das organizações na tabela da emulação. Como é sabido verificaram-se no mês anterior alterações de monta com a subida ao 1.º lugar na tabela dos Grandes Sectores do Comité dos Grandes Serviços por troca com a Organização Concelhia de Gaia que detinha o 1.º posto desde o início da Campanha. Também ao nível dos Concelhos é grande a expectativa, tanto mais que o concelho de Valongo, que ocupava o 1.º lugar em Novembro, decidiu aumentar a sua meta o que, naturalmente, fará baixar a sua percentagem para a classificação.

II Grande sorteio da Campanha

Conforme estava anunciado, realizou-se o II Grande Sorteio da Campanha. O sorteio efectuou-se pela extracção da lotaria de 3 de Janeiro e forneceu os seguintes resultados.

Lista dos prémios do II Grande Sorteio da Campanha dos 20 Mil Contos

1.º — 73054 — um automóvel Renault 5; 2.º — 34516 — uma mobília de quarto de casal; 3.º — 73100 — uma máquina de lavar; 4.º — 57709 — uma máquina fotográfica; 5.º — 40876 — uma máquina fotográfica; 6.º — 3711 — uma máquina fotográfica; 7.º — 3694 — uma máquina fotográfica; 8.º — 36808 — um relógio soviético; 9.º — 70098 — um quadro artístico; 10.º — 66803 — um quadro artístico; 11.º — 23136 — um quadro artístico; 12.º — 27268 — um quadro artístico; 13.º — 23214 — um quadro artístico; 14.º

— 20733 — um quadro artístico; 15.º — 33885 — um álbum Heróis do PCP; 16.º — 9651 — um álbum Heróis do PCP; 17.º — 10236 — um álbum Heróis do PCP; 18.º — 28473 — um álbum Heróis do PCP; 19.º — 63000 — um álbum Heróis do PCP; 20.º — 60835 — um álbum Heróis do PCP; 21.º — 67944; 22.º — 27745; 23.º — 64390; 24.º — 15776; 25.º — 37291; 26.º — 53354; 27.º — 11288; 28.º — 13575; 29.º — 15329; 30.º — 51258; 31.º — 28170; 32.º — 14328; 33.º — 36046; 34.º — 10289; 35.º — 7926; 36.º — 23405; 37.º — 73487; 38.º — 61539; 39.º — 38038; 40.º — 76452; 41.º — 11776; 42.º — 18497; 43.º — 23004; 44.º — 59931; 45.º — 17605; 46.º — 69876; 47.º — 73072; 48.º — 2529; 49.º — 11726; 50.º — 71036; 51.º — 44595. Os prémios do 21.º ao 51.º são constituídos por bons livros. Os prémios devem ser reclamados na sede da Campanha, Rua de Aníbal Cunha, 94W, Porto, até ao dia 3 de Fevereiro de 1980.

Os três distritos da Beira Litoral assinalaram com confiança a entrada neste ano de 1980

Grandes iniciativas assinalaram a entrada em 1980 nos três distritos da Beira Litoral. Em Coimbra, a Comissão Concelhia do PCP e a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) organizaram uma entusiástica festa, que decorreu no Pavilhão da Palmeira. As cerca de três mil pessoas que nela participaram encheram de confiança e determinação o espaço que foi pequeno para tanta alegria e são convívio, bem expressos nos tradicionais «tiros» das garrafas de espumante que à mistura com apitos estridentes e vivas ao PCP marcaram a transição de 79 para 80.

Foi pouco antes da meia-noite que o camarada Jaime Serra, após saudar em nome do Comité Central do PCP os presentes e a população de Coimbra, fez um breve balanço do que foi o ano de 1979, marcado por grandes lutas e importantes vitórias do movimento operário e popular. Entre as mais significativas, destacou a luta desencadeada contra o Governo antipopular e fascizante de Mota Pinto,

apoiado pelo PPD e CDS, que acabou por ir para a rua, assim como a sua política anticonstitucional de destruição das liberdades, de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e de ataque à Reforma Agrária e às nacionalizações.

Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, destacou ainda como importante vitória das forças democráticas a constituição do

Governo de Lourdes Pintasilgo, contra a vontade do PPD e do CDS, que pretendiam que fosse Mota Pinto a preparar eleições. Aliás, sublinharia ainda o camarada Jaime Serra, estas eleições, tendo sido intercálculos e não antecipadas, constituiriam também uma séria derrota para as pretensões da direita, que queria já poder institucionalizar o referendo e rever inconstitucionalmente a Constituição.

Como último grande acontecimento de 1979, Jaime Serra referiu os resultados das eleições de 2 e 16 de Dezembro. Nas primeiras, disse, a APU alcançou mais de um milhão e cem mil votos e o PCP elegeu mais 4 deputados do que tinha na anterior AR, enquanto que o MDP elegeu 3 deputados. Ao mesmo tempo, a direita conseguiu uma precária maioria parlamentar, apesar

de obter menos votos que as forças democráticas, o que só foi possível devido à continuada política dos governos do PS e à sua permanente recusa em se entender com os comunistas, com vista à defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores e do povo português.

Por outro lado, as eleições para as autarquias locais vieram confirmar uma vez mais a superioridade da gestão democrática da APU, salientou Jaime Serra, o que lhe conferiu um reforço assinalável da votação, a conquista de mais 13 Câmaras Municipais e a eleição de milhares de comunistas e outros democratas para um número consideravelmente superior de Assembleias Municipais e de Freguesias.

Referindo-se às perspectivas para 80, Jaime Serra afirmou que, se por um lado, há que ter em conta os

perigos decorrentes do Governo de Sá Carneiro, apostado na reedição da política de Mota Pinto de tentativa de regresso ao 24 de Abril, por outro lado devemos ter confiança na capacidade de luta e realização do povo português, já sobejamente demonstrada, que derrotará de novo os arautos da «mudança», que no fundo significa a destruição do 25 de Abril.

O PCP, assegurou, será firme oposição a este Governo e a esta política e não regateará esforços na busca do alargamento da unidade com todos os democratas e patriotas, designadamente com os socialistas, com vista a defender eficazmente a Revolução de Abril e a garantir para Portugal o futuro de liberdade e de progresso a caminho do socialismo.

A passagem do ano em Coimbra contou com um espectáculo de uma hora com a actuação de Fernando Tordo e um baile popular pela noite fora, abrihantado pelo conjunto «Os Galés».

De Aveiro a Viseu

Animação até às tantas, acompanhada de baile com o conjunto «Nova Geração», caracterizaram a iniciativa levada a efeito em Aveiro pela Comissão Concelhia local do PCP, onde estiveram presentes cerca de mil pessoas.

Do mesmo modo, em Águeda, a CC do nosso Partido e a JCP organizaram um baile-convívio onde a juventude foi presença dominante, saudando o ano de 80 com confiança própria de quem sabe ter a seu favor a força do razão e a capacidade criadora que há-de transformar com as

próprias mãos o futuro que pertence a quem trabalha.

Foi a APU quem em S. João da Madeira promoveu uma festa de passagem de ano, meio também para saudar os excelentes resultados alcançados nas eleições para as autarquias locais. As três centenas de democratas que se associaram a esta iniciativa deram bem a imagem do espírito unitário que é a razão de ser da APU: deram as mãos e entraram em 1980 dispostos a fazer frente às dificuldades previsíveis e determinados para a luta por melhores condições de vida para as populações do concelho.

«Festa nova, diferente e de qualidade» — assim diziam os convites, assim foi na realidade a festa promovida pela APU em Viseu, no Pavilhão da Feira de S. Mateus, para assinalar com confiança e espírito combativo a entrada em mais um ano, um ano que se apresenta para as populações

do distrito como o de continuadas privações, em grande parte devidas à gestão ruinosa das autarquias pelos partidos da direita, novamente no poleiro em muitos concelhos e freguesias. Mas o combate dos eleitos do Povo Unido, como assinalaria o professor Machado, agora membro da AM de Viseu, numa breve saudação aos presentes, será sem dúvida levar junto dos órgãos do poder local a voz do povo trabalhador, numa actividade dedicada e sem tréguas, de discussão, esclarecimento e empenhamento, para que sejam resolvidas as mais prementes carências das populações do distrito.

Animado pelo conjunto «Consciência» e pela actuação do prof. Minhocas, o baile decorreu pela noite fora, com a alegria que lhe emprestou o quase milhar de pessoas na «festa por que Viseu esperava».

Eleições no Técnico

Nos próximos dias 15, 16 e 17 realizam-se no Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa, as eleições para a Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico (participação estudantil).

A candidatura unitária, lista «U», tem o lema «O voto útil no projecto de unidade». As outras quatro listas foram

constituídas pelo PPD («A» — «Um caminho certo no teu futuro, para um associativismo reformista»); MIRN/PCD e outros fascistas («C» — «Pelo ensino que queremos e a Nação exige»); CDS («F» — «Por um Ensino Personalista») e UDP mais outros grupelhos esquerdistas («I» — «A palavra aos estudantes»).

Este acto eleitoral no Técnico, sem dúvida de grande importância para a vida e funcionamento da escola, constitui o primeiro de uma série de actos semelhantes a realizar nas próximas semanas nos estabelecimentos de Ensino Superior do país sob a designação mais conhecida de eleições para a gestão.

Resultados do sorteio promovido em Corroios

Os camaradas da Comissão Pró-Centro de Trabalho de Corroios realizaram no fim do passado mês de Dezembro um sorteio para angariação de fundos, tendo sido apurados os seguintes números: 1.º-6836

(arca frigorífica), 2.º-5454 (fritadeira) e 3.º-8121 (berbequim eléctrico).

Para os possuidores das rifas com aqueles números, os nossos parabéns!

Alverca

Informa a Comissão Eleitoral da APU da freguesia de Alverca que são os seguintes os números das rifas premiadas no sorteio ali realizado: 1.º — 8836; 2.º — 5454; 3.º — 8121.

Atenção: os prémios (géneros alimentícios) devem ser levantados até ao próximo dia 26 no Centro de Trabalho de Alverca do PCP.

Moita

São estes os dez números premiados no sorteio efectuado pela Comissão Concelhia da Moita do PCP, por ocasião da passagem do ano: 1.º-2303 (esquentador de 10 litros); 2.º-3642 (cabaz de compras no valor de três mil escudos); 3.º-4975 (relógio eléctrico de mesa de cabeceira); 4.º-4681; 5.º-4605; 6.º-1537; 7.º-4767; 8.º-2879; 9.º-0924; 10.º-3325.

Camaradas de F. do Zêzere

Amanhã, às 21 e 30, efectua-se no Centro de Trabalho de S. Bernardo, à Estrela, uma reunião destinada aos camaradas naturais do concelho de Ferreira do Zêzere que residem na área de Lisboa.



Semana

1 Terça-feira

1976 — Registam-se incidentes junto da cadeia de Custódias, causando três mortos e vários feridos.



Terramoto nos Açores

Um sismo de forte intensidade, que atingiu 7 pontos na escala de Richter, abala o arquipélago dos Açores, provocando pelo menos 25 mortos na ilha Terceira e causando prejuízos avultadíssimos; as ilhas mais atingidas são a Terceira, S. Jorge e Graciosa. ■ Em saudação dirigida aos trabalhadores portugueses a propósito do início do novo ano, o Secretariado da CGTP-IN sublinha que os trabalhadores estão preparados para enfrentar as investidas dos seus inimigos de classe. ■ Na sua mensagem de Ano Novo, o Presidente da República afirma que «os grandes objectivos nacionais passam pelo combate à redução da inflação, pela reanimação do investimento, pela diminuição do desemprego e pela justa remuneração do trabalho».

2 Quarta-feira

1979 — É assinado o protocolo do restabelecimento das relações diplomáticas entre a Guiné-
—Conakri e Portugal.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, desloca-se aos Açores para observar os danos produzidos pelo terramoto que ontem abalou aquela Região Autónoma; entretanto sobem para 46 os cadáveres retirados dos escombros, encontrando-se milhares de pessoas sem lar; a Primeiro-Ministro Maria de Lourdes Pintasilgo anuncia a exarcação de um despacho que determina que os Ministérios dêem execução imediata a todas as medidas consideradas necessárias para a normalização da situação. ■ Os trabalhadores do sotavento algarvio desconvocam a manifestação marcada para hoje em virtude de terem sido dadas garantias de serem rapidamente inventariados e reparados os prejuízos causados nas culturas pela chamada «geada negra». ■ O Governo português determina a observância de três dias de luto nacional, devido ao sismo nos Açores.

3 Quinta-feira

1979 — É publicado no «Diário da República» a Lei das Finanças Locais, para entrar imediatamente em vigor.



Posse do VI Governo

Os trabalhadores da Rodoviária Nacional (RN) paralisam, entre as 9 e 30 e as 16 e 30, como forma de luta pela actualização das respectivas tabelas salariais, em vigor desde há 17 meses, bem como do regime de durabilidade. ■ O Governo de Sá Carneiro é empossado pelo Presidente da República. ■ A Assembleia da República reúne-se pela primeira vez, desde as eleições intercalares de 2 de Dezembro, o mandato dos 250 deputados agora eleitos termina no dia 14 de Outubro deste ano, devendo, até lá, realizar-se novas eleições gerais para a segunda legislatura, a qual terá início em 15 de Outubro de 1980. ■ A Fundação Calouste Gulbenkian anuncia que vai distribuir verbas, num total de mais uma centena de milhares de contos, a diversas instituições de ensino, saúde e assistência de diferentes regiões do País. ■ É publicada em suplemento ao «Diário da República» (I Série) do passado dia 21 de Dezembro a lei orgânica do Ministério da Cultura e Ciência, criado pelo Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

4 Sexta-feira

1894 — De 4 a 7 realiza-se em Lisboa o Congresso Cooperativista, estando nele representados 30 estabelecimentos desta natureza.



Casa de António Sérgio

Em comunicado, a CGTP-IN informa que está a contactar as associações sindicais açorianas no sentido de exigirem das autoridades locais o pagamento imediato dos subsídios que são devidos aos trabalhadores, de acordo com a legislação em vigor que determina «o apoio financeiro a empresas, ou quaisquer outras entidades com trabalhadores ao seu serviço, atingidas por catástrofes ou quaisquer outras ocorrências graves». ■ A fim de analisar a situação criada com o sismo da passada terça-feira, desloca-se aos Açores uma delegação comunista chefiada por José Vitoriano, da Comissão Política e do CC do PCP. ■ Um incêndio destrói a casa onde viveu António Sérgio, na Travessa do Moinho de Vento, à Lapa, em Lisboa. ■ É noticiado que uma equipa de arqueólogos, nos finais de Dezembro e no princípio deste ano, fizeram escavações no solo de uma casa de Silves, pondo à vista uma escadaria coberta que se supõe pertencer a um sistema de cisternas construído pelos árabes nos séculos X ou XI. ■ Reúnem-se, no Porto, em Braga e em Vila Real, os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública — Zona Norte, para debaterem a nova Proposta Reivindicativa Comum (PRC) subscrita por 19 sindicatos.

5 Sábado

1801 — Nasce perto da cidade do Porto Manuel da Silva Passos, um dos vultos da revolução liberal e um dos principais oradores no Parlamento português.

Prossegue em todo o País a tomada de posse dos eleitos autárquicos para os concelhos de Évora, Braga, Fafe, Mirandela, Vinhais, Gouveia, Guarda, Sabugal e Celorico da Beira. ■ O Governo de Sá Carneiro decide emitir uma «nota oficial» para informar da sua «preocupação» pelos acontecimentos no Afeganistão e ainda que mandou chamar o embaixador português em Moscovo «para consultas». ■ A Comissão Executiva do Porto do MDP/CDE efectua uma reunião nesta cidade no âmbito da preparação dos próximos Encontros, distrital e nacional. ■ Seis dezenas de dirigentes sindicais de 14 organizações representativas de 110 mil trabalhadores do distrito de Setúbal, reunidos em plenário, decidem que a preparação do III Congresso da CGTP-IN, aberto a todos os sindicatos, assentará fundamentalmente em reuniões a nível de empresa.

6 Domingo

1876 — Morre o Marquês Sá da Bandeira, militar e político liberal.

A Casa dos Açores abre um posto de recolha de roupas e dinheiro, em Lisboa, no Clube Militar Naval, para auxílio às vítimas do sismo nos Açores. ■ O Governo Regional dos Açores divulga uma lista de onze pessoas dadas como desaparecidas na ilha de S. Jorge, cujos corpos se supõe estarem enterrados nos escombros das habitações destruídas. ■ Um «informante» da área governamental citado pelo Anop, revela que o novo presidente da TAP-Air Portugal é Santos Martins, que foi ministro da Indústria do Governo de Nobre da Costa.

7 Segunda-feira

1355 — Inês de Castro é morta por ordem do rei D. Afonso IV.

Francisco Lúcia Pires, dirigente do CDS conhecido pelas suas posições de extrema-direita, é eleito para o cargo de coordenador-geral do Conselho Permanente da coligação PPD/CDS/PPM, durante uma reunião do Conselho Coordenador daquela organização. ■ É publicado no «Diário da República» um despacho normativo do V Governo, segundo o qual vão prosseguir os estudos lançados pelo Gabinete Coordenador do Alqueva, tendo em vista o desenvolvimento agrícola do Alentejo. ■ O Conselho do Imprensa publica o relatório de 436 páginas e sete capítulos «A imprensa escrita em Portugal», relativo ao período entre Abril de 1974 e Julho de 1976. ■ Os 60 presidentes de Câmara do PS eleitos no passado dia 16 de Dezembro reúnem-se em Lisboa, numa iniciativa promovida pela Fundação Antero de Quental.

8 Terça-feira

1933 — É inaugurado oficialmente em Lisboa o monumento evocativo da Guerra Peninsular.

Leonardo Ribeiro de Almeida, deputado do grupo parlamentar do PPD/PSD e candidato ao cargo pela Aliança Reaccionária, é eleito presidente da Assembleia da República; a eleição foi confirmada numa segunda votação, pois na primeira verificou-se que havia entrado na urna um voto a mais sobre o número de deputados presentes. ■ Nuno Kruz Abecassis, do CDS, é empossado presidente da Câmara Municipal de Lisboa, expressando, na altura, o seu «pesar» pela «falta de pompa» na cerimónia da investidura. ■ É publicado no «Diário da República» a regulamentação para a emissão da carteira profissional do jornalista. ■ A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) anuncia o lançamento, para o ano em curso, do «cartão do agricultor» e a realização de mais um grande encontro da lavoura portuguesa.



Os Comunistas na Assembleia da República

Dificuldades para a direita nos primeiros dias de trabalho na AR

A maioria da direita teve a digestão difícil, depois da tomada de posse do Governo, em Belém. O almoço deve ter assentado mal aos novos deputados da AD/PPD/CDS/Reformadores/Monárquicos/Independentes, etc. Chegaram a São Bento com vagares e resmungos e, para quem os queria ouvir, protestavam que o discurso presidencial não tinha sido bom. Mas chegaram.

Pouco a pouco as bancadas encheram-se. Com o PS à frente, de recelo que lhe faltassem lugares. Para os lados da direita muita cara nova e um cheiro mais nítido a 24 de Abril que na anterior configuração das suas hostes. De repente entra Sá Carneiro (para quê?), todo presidente do conselho, sob os focos da TV, acompanhado do seu vice, um professor muito curvado para que o PS não note a sua «estatura de primeiro-ministro». Sá Carneiro avança e cumprimenta, primeiro à direita e depois à esquerda. Insistiu mesmo junto do deputado Tomé que de repente se mostrava aplicadíssimo a escrever, mas respondeu à cortesia...

Por proposta de Pedro Roseta, Teófilo Carvalho dos Santos sobe à presidência da Assembleia onde se manterá durante duas reuniões, o que tinha sido acordado entre os vários grupos parlamentares. Quatro deputados, representando os maiores partidos, vão completar a mesa: são eles Aurélio Azevedo do PPD, Alberto Antunes, do PS, José Maia, do PCP e Baeta Neves, do CDS.

Só então se procede à chamada. A nova maioria começou com faltas. O «quorum» conseguiu-se com 229 presenças. A ordem de trabalhos teve um único ponto que foi o da verificação dos mandatos. Para tal foi eleita uma comissão cuja composição já tinha sido acordada previamente — 11 membros da AD, 5 do PS, 3 do PCP, 1 do MDP e 1 da UDP.

A reunião foi suspensa por duas horas. Eram então 16 e 30.

Relembra os factos:

A censura não existiu

O sr. José da Silva, primeiro candidato na lista do PSD pelo Círculo Eleitoral da Madeira, foi acusado sem contestação de ter sido «censor», delegado substituído dos Serviços de Censura no Funchal e estando por isso incurso nas disposições sobre inelegibilidades previstas no Decreto-Lei 621-3/74 e acolhidas pelo Artigo 308.º da Constituição da República.

Nunca o mandatário da lista, nem o próprio se propuseram negar tal facto.

O Tribunal do Círculo Judicial do Funchal decidiu em primeira instância dar provimento à reclamação oportunamente por nós apresentada.

O acórdão proferido sobre o recurso do PSD não conhece das razões fundamentais invocadas pelos reclamantes e limita-se a apreciar a legalidade com que os censores e, designadamente, o agora eleito José Maria da Silva, terão exercido tão execrandas funções no tempo da ditadura fascista.

Obviamente não foram essas funções exercidas com plena legalidade e caem, como muitas outras medidas arbitrárias, e de coação, ou de simples domínio terrorista que foram a base fundamental da ditadura, no domínio da pura ilegalidade senão mesmo de sigilo como era o caso dos informadores da polícia política.

A este propósito é particularmente esclarecedora a declaração de voto de vencido de treze juizes do Tribunal da Relação de Lisboa, que apreciou o recurso do PSD, e assim justificam o seu voto contrário, e que por isso mesmo se regista... para que conste do «Diário da Assembleia da República». Nela se afirma nomeadamente:

«A solução adoptada pelo acórdão agora proferido assentou num critério pretensamente legalista a partir do argumento de que o mencionado «Regulamento» não constitui um diploma com força legal e de que a nomeação do Dr. José Maria da Silva tem de ser considerada inexistente por não ter sido objecto de publicação no «Diário do Governo» em obediência à lei geral da Função Pública (Decs. n.ºs 22257, de 29/3/33 e 26341, de 7/2/36). Mas, a ser assim, então toda a estrutura dos serviços de censura resultante do mencionado «Regulamento» também não existiu, o que nos conduz à conclusão de que, mau grado o Decreto-Lei n.º 22469, de 11/4/33, a censura previa à imprensa nunca chegou a funcionar em Portugal!!! Isto, pelo menos, validamente...

Porque, se entendemos que o funcionamento de facto

(que talvez ninguém tenha a coragem de negar) não serve para efeito de incapacidade eleitoral... então teremos também de concluir que os membros das comissões de censura só estariam feridos de incapacidade se tivessem funcionado legalmente, mas estariam inteiramente «puros de defeito» se a sua actividade se tivesse exercido à margem da lei...

De resto, no entendimento do acórdão proferido, os «informadores da PIDE-DGS» (prestadores de serviços — al. m do artigo 1.º do Decreto-Lei 621/74), também não eram nomeados no «Diário do Governo» para o exercício de tais funções... pelo que, logicamente, não estão também feridos de incapacidade...

Por fim é de acrescentar que o «Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos», aprovado pela Lei n.º 29/78, de 12 de Junho, não pode ser entendido por forma a beneficiar aqueles que (como os membros das comissões de censura) exerciam funções que precisamente negavam esses mesmos «direitos civis e políticos».

Melhores fundamentos não haveria para justificar a nossa reiterada posição de impugnação de tal candidato, dispensando-nos quaisquer outros argumentos.

O facto de ter havido quem propusesse e mantivesse a defesa de um tal candidato demonstra a disposição de não cumprir a lei e não respeitar a Constituição.

Da nossa parte nada do que dissemos pôe em causa a nossa fidelidade à verdade e à justiça e o integral acatamento do espírito e da letra da nossa Constituição.

A reunião prolongar-se-ia até perto da meia-noite. Quando se ia proceder à votação do Relatório pelo plenário, Salgado Zenha pede meia-hora de suspensão após a qual José Luís Nunes impugna a admissibilidade das substituições invocando a Lei Eleitoral e o Estatuto dos Deputados. Na discussão que se segue e em que intervêm vários advogados e durante a qual artigos, parágrafos e números são desfechados como setas, duas concepções se debatem. De um lado o PS que quer ver o PPD descer em

número de deputados — o que daria o lugar de primeiro partido aos socialistas — do que resultaria também o aumento do CDS; do outro, todos os outros grupos que não aceitaram que a aplicação mecânica dos diplomas viesse fazer do maior o mais pequeno, como acentuou Veiga de Oliveira.

Uma maioria escassa

No segundo dia de reunião — na passada terça-feira —, já verificados e aprovados os mandatos dos deputados tratou-se de eleger um dos dois candidatos à presidência da AR entretanto apresentados. O PS apresentara de novo Teófilo Carvalho dos Santos. A Aliança Reaccionária, por seu lado, apresentou Leonardo Ribeiro de Almeida, vencidas as tricas internas e as especulações externas.

Enquanto durava a chamada, Medeiros Ferreira abraçava o candidato da aliança, em sinal de que reinava o melhor dos mundos no seio da direita. No entanto, a essa hora ainda subsistia o «suspense» e muitos eram os jornalistas atravancando a bancada de imprensa com os seus comentários sussurrados. São 239 as presenças inicialmente. Há falhas nas bancadas da AD. Os boletins de votos estão distribuídos. Vai começar a votação.

Mas não foi desta. Rui Pena pede meia-hora que o Presidente concede, embora com um aparte profético: «Vamos ficar aqui até à meia-noite».

E ficou-se até à meia-noite. A votar, a contar votos, a revotar, a recontar. No meio destas operações, os grupos parlamentares corriam atrás dos seus deputados.

Os resultados da primeira votação, durante a qual a sala ficou repleta — só faltavam dois deputados do CDS, um retido em Bruxelas e outro em Vila Real — foram curiosos: registaram-se 249 votos e 248 votantes!

Não faltaram os comentários: «Teria alguém votado acompanhado?» Depois de Leonardo Ribeiro de Almeida ter abraçado simbolicamente Teófilo

Carvalho dos Santos, ciente da vitória, o presidente cessante sobe à mesa e manda realizar nova votação.

Antes disso há mais meia hora, pedida pelo PPD. É que as falhas nas bancadas da direita eram numerosas outra vez...

Finalmente votam todos de novo. São agora 249. Só falta Azevedo Coutinho, do CDS, retido ainda em Bruxelas pelo nevoeiro.

Finalmente, quase às 23 horas, é anunciado o resultado. Leonardo Ribeiro de Almeida é o novo presidente da Assembleia. Obteve 129 votos contra 119 de Teófilo Carvalho dos Santos. Houve um voto branco. As contas estão certas desta vez. Para vice-presidentes são eleitos Nuno Rodrigues dos Santos, do PPD, Martins Canaverde, do CDS, José Vitoriano, do PCP e António Arnaut, do PS. Pires Fontoura, PPD, Cavaleiro Ferreira, CDS, José Maia, PCP — que já vem do tempo da Constituinte! —, e Marques Antunes, PS, são os secretários.

Depois de protestos de apreço à democracia e à liberdade pronunciados pelo novo Presidente, e de um discurso em que Lucas Pires quis arvorar — apesar de tudo — em porta-voz da AD. Salgado Zenha não resistiu em falar também. Depois todos quiseram falar. Não houve grupo ou formação, integrado na aliança, que não viesse ao microfone protestar afinal a sua originalidade.

Quanto ao Partido Comunista Português, pela voz de Carlos Brito, manifestou apenas e linearmente a firme oposição à maioria de onde resultou a eleição do Presidente da AR, tomando boa nota das afirmações deste sobre a defesa da democracia e da liberdade.

«Não somos um grupo parlamentar fácil — disse Carlos Brito. Costumamos defender as nossas ideias com grande entusiasmo. Defenderemos aqui a Constituição da República, participaremos, depois das eleições de 1980 nos debates em torno da revisão constitucional. Conte com a nossa defesa das regras democráticas e das práticas democráticas que aqui se fizeram durante três anos de trabalho».

Inadaptação — uma doença de alguns

A primeira reunião desta sessão legislativa, iniciada no terceiro dia de Janeiro e do ano de 1980, com a composição da Assembleia da República renovada em consequência das eleições intercalares, começou sob o signo da inadaptação.

Inadaptação da direita à maioria escassa que conseguiu, apesar de, em número, ocupar poucos lugares mais. Inadaptação ainda da mesma maioria a si própria, recheada que está de formações, partidos, personalidades, tendências e contradições.

Com efeito, à chamada, nomes de ex-socialistas respondem agora das filas do PPD ou do grupinho dos reformadores. «Socialistas democratas» novos nestas lides de parlamento — que a ASDI deixou rombo — à mistura com os seus reaccionários amigos, mais as várias sensibilidade do CDS com Casqueiros da CAP, mais o exuberante coordenador da AD e, para cúmulo, os monárquicos.

Mas inadaptação, sobretudo nas hostes do PS, de mal com a sua nova imagem. O PS fica a boiar no meio dos lugares

que perdeu. É infeliz e mostra-o. Mário Soares está em Itália nesse dia. E o PS, de luto. Não apenas pelo passamento do dirigente socialista italiano Neni, mas também porque não é já a charneira de coisa nenhuma.

A inadaptação do PS evidencia-se desde os primeiros minutos. O seu mau perder demonstra-se pelo dia fora. Primeiro não quer ceder aos outros e novos grupos parlamentares as salas que lhe sobram, não obstante ter perdido mais de trinta deputados. Quer que o MDP fique «lá com os comunistas, que é a mesma coisa». Perde a compostura. Foi preciso que os três membros do novo grupo que regressa ao hemiciclo, eleitos no âmbito da APU, ocupasse lugares vagos na segunda fila do PS para que pudessem encontrar assentos na Assembleia.

O caso não ficou assim. E a «intransigência» de mau-perdedor do grupo socialista foi ao ponto de, para que pelo menos um dos deputados do MDP pudesse sentar-se na fila da frente, ter de se estudar uma nova configuração das bancadas. Os três membros do Movimento Democrático

Português ficarão, mesmo assim, separados.

Começou deste modo a demonstração pública de que o Partido Socialista, apesar das lições, dadas recentemente nas urnas pelo eleitoral, delas parece não querer tirar conclusões. Estas e outras incapacidades de encarar de face a realidade e a política, levarão, por certo, a novas perdas.

A inadaptação da direita, por seu lado, registou-se também ao nível da linguagem. As palavras democracia, liberdade e outras, que se esforçou por despendir, estão de tal modo em contradição com a sua actuação de sempre que os pobres deputados AD compunham um ar solene e hirtó a pronunciá-las. Prometeram a si próprios pezinhos de lá neste curtos meses? O certo é que estes curtos meses vão ser uma roda viva a contar cabeças, não vá alguma perder-se. A margem de maioria de que dispõem é tal que lá se vão as jantaras, os fins de semana prolongados, o entrar e sair depois de ter levantado a mão no hemiciclo. A luta vai ser cerrada. E a direita não parece ter cabeças suficientes para isso.



Iniciativas do grupo parlamentar do PCP

Enquanto que a direita, apressada em mudar o rumo do país segundo os desígnios que defende, se lançou numa batalha para tentar destruir muito do que até agora foi legislado pelo V Governo e apresentou nada mais nada menos que 68 pedidos de ratificação (I). O Grupo Parlamentar do PCP, pelo contrário, além de uma série de outras iniciativas apresentou um requerimento de sujeição a ratificação do Decreto-Lei do Governo Mota Pinto sobre rendas de casa, tendo em conta as desastrosas consequências que a sua aplicação teria para a esmagadora maioria dos portugueses.

O PCP diligenciou ainda junto do Presidente da AR para que a Assembleia seja chamada a pronunciar-se definitivamente sobre a entrada em vigor do diploma sobre delimitação e coor-

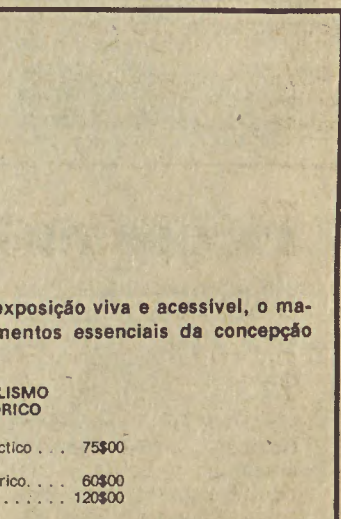
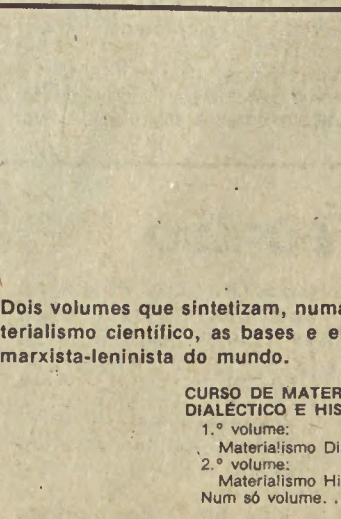
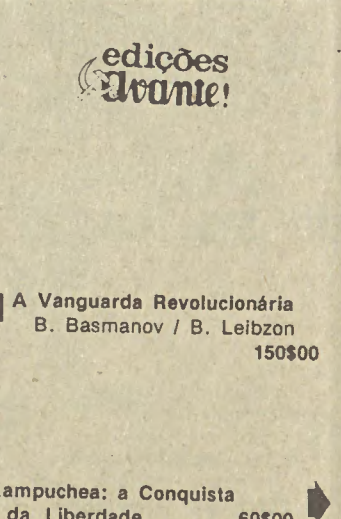
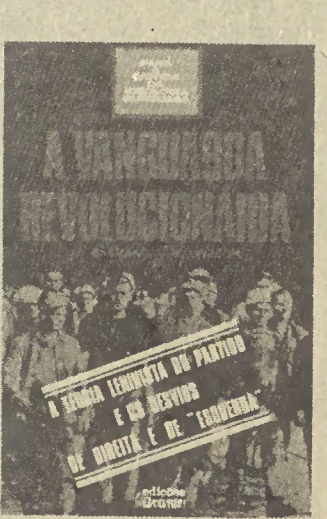
denação da Administração Central, Regional e Local, relativamente aos respectivos investimentos.

O grupo parlamentar comunista deliberou também propor a constituição de uma Comissão Eventual de Solidariedade e Apoio com a finalidade de estudar e propor as medidas necessárias às reparações dos danos verificados nos Açores em consequência do sismo, e a acompanhar as acções em curso, apresentando um primeiro relatório e propostas nos trinta dias posteriores à sua constituição.

Deliberou ainda renovar, na reunião plenária de terça-feira passada, trinta e sete projectos de lei incidindo em domínios como a participação na definição e execução da Reforma Agrária, a política de saneamento básico, a reforma da Administração Pública e reforço das garantias dos

cidadãos contra abusos e ilegalidades, criação de licenciatura em contabilidade, reordenamento do território (criação de trinta novas freguesias, elevação à categoria de cidade das vilas do Barrreiro, Torres Novas e Mirandela, elevação à vila da sede de freguesia da Baixa da Banheira).

Finalmente os deputados comunistas procederam à entrega na Mesa da AR do documento relativo à sua constituição em Grupo Parlamentar, tendo por Presidente o deputado Carlos Brito e Vice-Presidentes Maria Alda Nogueira, Veiga de Oliveira e Vital Moreira. Fazem ainda parte do Secretariado do Grupo Parlamentar os deputados José Manuel Maia, Jerónimo de Sousa, António Mota, Lino Lima, Victor Louro, José Manuel Carreira Marques e João Amaral.



Verticalização em 3 sectores de actividade – a importância do processo na reorganização sindical

Construção civil, mármore e madeiras; aviação civil; e indústrias transformadoras de celulose, papel, imprensa e gráfica são três dos sectores mais avançados nos processos de verticalização sindical. Dentro de dias, alguns deles estarão terminados. É assim a altura de recordar o que essa tarefa de reorganização representa para o Movimento Sindical, nomeadamente quanto ao reforço da unidade e à intensificação do combate ao divisionismo.

Definida como forma avançada de organização sindical, correspondendo aos sentimentos profundos e às necessidades reais dos trabalhadores – a que melhor responde aos problemas económicos, sociais e políticos que no dia-a-dia se colocam aos trabalhadores organizados nos Sindi-

No seguimento de uma linha de acção, definida pela CGTP-IN desde a Revolução e confirmada pelo Congresso de Todos os Sindicatos, a verticalização sindical mantém-se entre as tarefas sindicais de primeiro plano. A sua necessidade é clara e objectiva, numa altura em que

como seria coerente e válido em qualquer perspectiva séria de verticalização sindical.

Em meados do ano findo (e a situação não se alterou significativamente desde então) havia em Portugal 348 Sindicatos, 119 dos quais com menos de mil trabalhadores cada um. Acabar com esse estado de coisas foi desde sempre uma preocupação do Movimento Sindical. Apesar de já se ter percorrido boa parte do caminho no campo da fusão e da verticalização, outras tarefas de reestruturação e reorganização têm, no entanto, avançado mais. Exemplo bem significativo desse avanço, mais intenso e mais amplo, tem sido a criação de União Locais, a par do trabalho desenvolvido em novos moldes na organização das Federações, várias com Congressos já realizados no ano findo, nos quais foram aprovados novos estatutos e programas de acção, procedendo-se à eleição de novos dirigentes.

Nesses progressos, que contam boas realizações na fusão e verticalização em sectores como a metalurgia e minas, a panificação, a indústria química, a electricidade, há uma nota comum mercedora de toda a atenção e destaque. Trata-se de uma prática (e da preocupação constante de a melhorar) que na tribuna da 1.ª Conferência de Organização foi designada por **interligação profunda do trabalho de organização com o trabalho de massas** em todo o Movimento Sindical.

Necessariamente um pouco lenta e cautelosa, a verticalização, integrada no conjunto das tarefas de organização e reestruturação, tem despendido dessa interligação e dos esforços para a aprofundar. A verticalização e fusão sindicais não são, nem podem ser, acções isoladas. Dependem de outros avanços no reforço da unidade e da organização do Movimento Sindical Unitário. É o que se passa novamente com os ramos de actividade que apontamos e que estão em vias de verticalização.

Todos os que têm alguma experiência do trabalho de massas e de organização, e procuram melhorar essa prática e atingir resultados concretos e duradouros, conhecem bem as

difficuldades que apresenta qualquer passo seguro nesse caminho nunca percorrido pelos divisionistas nas várias agremiações que criaram desde o 25 de Abril.

A receita da UGT

A reestruturação do Movimento Sindical, encabeçado pela CGTP-IN, iniciou-se em Abril de 1974. Mas não havia, nem há, qualquer receita global para o mudar radicalmente de um momento para o outro. Só os amarelos da UGT, que desprezam o trabalho de massas (ou não têm onde o exercer) e se limitam a actuar integrados nos aparelhos partidários, é que dispõem de uma receita: a criação de sindicatos paralelos para dividir e enfraquecer o Movimento Sindical, com a ajuda, imprescindível dos partidos interessados e de órgãos do Governo como o Ministério do Trabalho, principalmente no tempo bem presente do sr. Gonet, como ministro e deputado do PS.

Organizar, com os trabalhadores e não contra eles, «é uma tarefa complexa e permanente e que nunca pode perder de vista o concreto, sob pena de criarmos, irresponsavelmente, esquemas inadequados que, em lugar de contribuírem para reforçar a unidade e a participação dos trabalhadores e a capacidade de intervenção das suas associações de classe com vista a assegurar a melhor defesa dos seus interesses, poderão conduzir a vazios organizativos, a estruturas debilitadas e sem capacidade de



resposta, e à desmobilização das massas».

Para evitar, como sempre evitou, situações e problemas desse tipo é que o Movimento Sindical, reunido na sua 1.ª Conferência Nacional de Organização, voltou a insistir, aprovando-a, na interligação cada vez mais profunda do trabalho de organização com o trabalho de massas.

Não bastam alguns nomes num papel

A UGT tem por hábito criar «sindicatos» com uma série de assinaturas num papel. Alguns dos paralelos, engendrados por esse processo expedito, nunca

chegaram a funcionar, ou, se funcionaram alguma vez, foi para engrossar a magra lista dos filiados na UGT. O mesmo processo, a mesma receita, acrescida de uns votos numa uma, será adoptada para a «verticalização» divisionista. Enquanto ela não aparece, e provavelmente nunca aparecerá, os amarelos movem os seus aparelhos partidários para aumentarem as agremiações paralelas. É o que sucede actualmente entre professores afectos ao PPD/UGT, que pretendem forjar na Grande Lisboa um paralelo de zona.

Insatisfeitos com a direcção PPD no Norte, nem assim os divisionistas do PS no sector do Ensino dão um passo, por pequeno que seja, no sentido da unidade. Tentam, pelo contrário, aumentar a dispersão sindical e pensam numa Federação. Com quem? Com as direcções PPD que, no Sindicato dos Professores da Zona Norte acusam de «manifesta falta de credibilidade», de «má gestão política», de «oportunismo sindical»...

Compreenda quem quiser a coerência desta gente.

Enão é difícil, afinal. Habitados à agremiação de gabinete, à «tendência» antiunitária, ao anti-comunismo, à recusa do trabalho de massas e à organização «por cima», aí temos, por exemplo, o «grupo de intervenção política na educação» (PS) a defender no

Norte o divisionismo sindical, enquanto os seus colegas PPD, mais gonetistas que Gonet, tentam o mesmo em Lisboa.

E os divisionistas não podem dizer que os defensores da unidade se fecham em casa. Pelo contrário. A aproximação nos locais de trabalho, para defesa concreta dos mesmos interesses, a proposta de listas de unidade,

concorrente às próximas eleições sindicais.

Mas a recusa dos divisionistas não deencoraja o trabalho de massas e de organização. A acção unitária nos locais de trabalho prosseguirá. O combate frontal à UGT e aos promotores do divisionismo não exclui (pelo contrário, exige) o reforço da unidade nas escolas, como nas empresas

Contra a dispersão

Um dos aspectos mais importantes da verticalização sindical é o combate à dispersão dos sindicatos. Seguem-se alguns exemplos significativos sobre os 3 sectores com processos de verticalização em curso:

● Construção civil — 28 sindicatos com 232 470

trabalhadores sindicalizados;

● Indústria do papel, celulose, gráfica e cartoneiro — 11 sindicatos com 37 688 trabalhadores sindicalizados;

● Aviação civil e aeroportos — 30 sindicatos com cerca de 15 000 trabalhadores sindicalizados.

novamente se verificaram no Porto, dentro dos princípios de independência, democracia e liberdade sindicais, que orientam o Movimento Sindical Unitário. Uma tentativa nesse sentido foi feita pelos defensores da unidade entre os professores do Norte, tendo em vista uma dinâmica independente dos partidos para a formação de uma lista

e serviços e as iniciativas de todo o tipo que possam concorrer para afastar os amarelos das direcções sindicais.

Entre essas iniciativas contam-se os processos de verticalização sindical, como forma avançada de organização, que melhor correspondem aos sentimentos profundos e às necessidades reais dos trabalhadores.

catos — a verticalização reclama a atenção que lhe temos dedicado e que hoje retomamos aqui.

Dinamizar a verticalização sindical, definindo «em concreto programas de acção, sectores e organizações a verticalizar», bem como «etapas, objectivos e respectivos prazos», foi uma das resoluções aprovadas na 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, realizada em Lisboa, em Fevereiro do ano findo.

o divisionismo partidariamente organizado tenta um novo «alibi» demagógico, ao incluir a verticalização na sua campanha contra o Movimento Sindical Unitário, quando o que concretamente faz, ou promete fazer, nesse campo, é criar sindicatos paralelos sem representatividade, sem capacidade de negociação ou força mobilizadora, aumentando, desse modo, ainda mais o já excessivo número de pequenos sindicatos, em vez de o diminuir



Na Rodoviária Nacional, a segunda maior transportadora do País, a unidade conduz a luta pela contratação colectiva

Elevada adesão à luta pela melhoria de salários

A luta pela revisão das tabelas salariais e, de um modo geral, pela contratação colectiva, sobretudo a nível de empresa (RN, Touzet, Regina, Processa, Monte de Burgos, entre outras) tem movimentado milhares de trabalhadores nos últimos dias. Para amanhã, sexta-feira, está anunciada a paralisação de um sector, o de abastecimento de combustíveis, com cerca de 5 mil trabalhadores. Apoladas pelas associações sindicais, as lutas caracterizam-se pela elevada adesão, justiça reivindicativa, forte unidade dos trabalhadores e isolamento dos divisionistas.

Na RN (Rodoviária Nacional com cerca de 14 mil trabalhadores representados na sua esmagadora maioria pela Comissão Negociadora Sindical, com excepção de pouco mais de 1500 dos escritórios

e quadros aderentes à UGT) a paralisação de 3 do corrente pela negociação do ACTV, a segunda em quinze dias, levou a que não se efectuasse uma única carreira durante a suspensão do trabalho, que se prolongou por sete horas. A forma de luta adoptada levou a novas negociações no Ministério do Trabalho. Os trabalhadores estão dispostos a paralisar novamente, se continuar o boicote do Conselho de Gerência.

A posição dos amarelos da UGT não foi unânime perante a luta na RN. Enquanto a direcção ugetista dos Escritórios recusava qualquer tipo de participação, solidariedade ou apoio, as direcções divisionistas dos Rodoviários de Portalegre, Leiria e Castelo Branco aderiram à paralisação, preferindo, no entanto, prolongá-la por mais 5 horas no mesmo dia.



o Seminário tem em vista um debate alargado que analisará o trabalho levado a cabo nesse campo e uma «reflexão» sobre as perspectivas e linhas de acção a desenvolver».

Participarão nos debates delegados de organizações sindicais de todo o País e representantes de organismos públicos e particulares ligados à cultura e ao desporto.

Enquanto prepara o Congresso a CGTP-IN multiplica as provas de firmeza e combatividade

A CGTP-IN, que prepara o seu III Congresso aberto a todos os Sindicatos, marcou para depois de amanhã, dia 12, em Lisboa, um seminário para debater a acção sindical no campo dos tempos livres. Numa saudação de Ano Novo, entretanto divulgada, a Central reafirma que «os trabalhadores estão preparados para enfrentar as investidas dos seus inimigos de classe».

A saudação do Secretariado dá o devido destaque ao III Congresso, cujas tarefas de preparação e realização considera um «importante contributo para reforçar a unidade sindical».

O fortalecimento da organização do Movimento e a mobilização de todos os trabalhadores, num ano que «não será fácil, se atentarmos nas condições criadas pelos resultados eleitorais», são apontados pelos dirigentes da Central, que manifestam novamente a sua confiança na «grande maturidade e firmeza já evidenciadas, em anteriores situações difíceis», pelos trabalhadores.

Capacidade de luta e consciência de classe

«Os melhores sucessos na luta por uma vida melhor» é o voto formulado na saudação da CGTP-

-IN a todos os trabalhadores, cuja «capacidade de luta» e «consciência de classe» constituem «a melhor garantia para mantermos bem alta a nossa determinação e a nossa confiança de que as trevas do passado serão mais uma vez vencidas e o Portugal de Abril prosseguirá vitoriosamente».

Com a realização prevista para os dias 6 a 9 de Março próximo, o III Congresso tem já várias iniciativas de preparação no activo. As teses vão começar a ser discutidas nas empresas e nos sindicatos. No Porto, decorreu já a primeira reunião preparatória. O mesmo sucedeu em relação ao distrito de Setúbal. Os delegados sindicais vão ter intenso trabalho por todo o País. Para além de empresas, serviços, e sindicatos, haverá reuniões com sectores específicos, designadamente jovens e mulheres. Comissões de Trabalhadores e organizações do

movimento popular participarão, por sua vez, em iniciativas no âmbito da preparação do Congresso.

A «Avançada», órgão mensal da CGTP-IN, com data de 31 de Dezembro findo, que publica, em destacável, o Regulamento do Congresso, reafirma na Introdução, citando palavras de um dirigente da Central, que esse Congresso «será fundamentalmente o resultado de todas as discussões, reuniões e plenários realizados desde os locais de trabalho aos mais variados níveis da estrutura sindical».

A reunião do órgão máximo da CGTP-IN:

● fará o balanço da actividade desenvolvida pelo Movimento Sindical Unitário desde a realização do Congresso anterior (27 a 30 de Janeiro de 1977);

● recolherá os ensinamentos das experiências vividas;

● corrigirá as deficiências que se tentam verificar;

● elaborará as linhas de orientação para servirem de guia a todos os trabalhadores e seus organismos de classe, nas tarefas em que estarão empenhados nos anos seguintes, procurando dotá-los do melhor apetrechamento

e da máxima eficácia para enfrentarem as duras e difíceis batalhas que se avizinharam.

Da dinâmica imprimida ao Congresso «sairá fortalecida a unidade e a organização para prosseguir Abril», refere ainda a Introdução ao Regulamento, que submete toda a preparação e as decisões do Congresso ao exame profundo e ao debate vivo entre todos os trabalhadores e organizações sindicais.

Tempos livres

Aberta a todos os interesses e solicitações dos trabalhadores, seja em que campo for, a CGTP-IN, que encabeça, apoia e estimula importantes processos de reorganização sindical (ver nesta página artigo sobre a verticalização) abre em Portugal pela primeira vez, no próximo sábado, na Faculdade de Letras de Lisboa, um Seminário Nacional dos Tempos Livres.

Com o objectivo de «assegurar para os trabalhadores a prática de actividades de lazer, nos domínios da cultura, do desporto e do turismo, que responda às suas necessidades e aspirações,

Águeda, e ao «motivo» declarado politicamente, como na Intraplás, de Rebordões, em Santo Tirso, onde o operário químico, Joaquim Carneiro, foi suspenso com processo disciplinar por legalmente ter participado como candidato na última campanha da APU para as autarquias locais.

Esses padrões de outro

tempo estão longe de poder fazer o que querem. Têm pela frente uma forte organização sindical em regime democrático. Deparam com os trabalhadores organizados e capazes de agir na defesa solidária de interesses comuns. Mas perante esses casos, que fazem lembrar o fascismo, é necessário reforçar a unidade

e a organização em todas as empresas, aumentar o número dos delegados sindicais e elegê-los onde não os haja, manter os Sindicatos informados de todos os ambientes repressivos, consolidar, enfim, os avanços permanentes do Movimento Sindical unitário e reforçar todas as linhas do seu programa de acção.

Repressão do passado

A repressão nas empresas caracteriza-se por formas e processos sistemáticos bem conhecidos, como os despedimentos selectivos de delegados e dirigentes sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores; instauração de processos disciplinares sem base legal; admissão de «gorilas» organizados; provocações

contra os órgãos representativos dos trabalhadores e boicote ao seu funcionamento normal; transferência abusiva de lugares de trabalho e colocação em posto inferior à categoria inscrita em contrato.

Mas há outras formas e processos menos

organizados, talvez mais «espontâneos», que atingem sobretudo delegados sindicais e outros representantes dos trabalhadores em empresas de menor dimensão. O objectivo é sempre o despedimento, mas a juntar a exemplos numerosos, patrões há que descem até à agressão, como ainda recentemente na Santos e Almeida, de Travassó, em



PRC para a FP entre outras acções sindicais

Para além da condução e apoio às lutas nos locais de trabalho, o Movimento Sindical Unitário promove e conduz uma série de tarefas e acções de toda a ordem, internas ou não, que vão, desde o apoio solidário aos trabalhadores açorianos até à luta contra as artimanhas e a chicana dos divisionistas da direcção UGT dos Escritórios do Norte, passando pela Função Pública, que entregará brevemente ao Governo a sua Proposta Reivindicativa Comum.

FUNÇÃO PÚBLICA

Os delegados sindicais dos trabalhadores da Função Pública de várias zonas do País, incluindo o Norte, nomeadamente os distritos do Porto, Braga, Vila Real, Bragança e Viana do Castelo, aprovaram a Proposta Reivindicativa Comum (PRC), que estabelece um salário mínimo de 10 mil escudos. No último fim-de-semana, os delegados sindicais de Lisboa também já tinham analisado a PRC, que além dos aumentos salariais e das pensões de aposentação e reforma, actualiza os subsídios de refeição e as diuturnidades, e exige a consagração definitiva do sistema de carreiras. A proposta, que será apresentada ao Governo, até ao fim do mês, reivindica a prática de direitos constitucionais como o direito à greve e à negociação colectiva. Os aumentos de salários situam-se entre os 17%, para a remuneração mais elevada, e 25% para a última da tabela, que deve vigorar a partir 1 do corrente.

CGTP-IN

Nos termos da legislação que manda dar «apoio financeiro a empresas, ou quaisquer outras entidades com trabalhadores ao seu serviço, atingidas por catástrofes ou outras ocorrências graves», a CGTP-IN entrou em contacto com as associações sindicais açorianas para que exijam das autoridades locais o pagamento imediato dos respectivos subsídios para os trabalhadores inactivos. As empresas devem requerer os subsídios aos serviços regionais da Direcção-Geral da Promoção de Emprego, ao abrigo do Decreto-Lei 230/79, de 23 de Julho, e do despacho normativo 301/79, de 28 de Setembro.

MÉDICOS

Depois de organizar uma lista de clínicos dispostos a partir para os Açores, o Sindicato dos Médicos da Região Sul pôs-se à disposição

Consolidação e reforço das CTs

Tarefas urgentes na defesa das nacionalizações e controlo de gestão

Com a regularidade e a atenção que o assunto exige, o "Avante!" tem dedicado à Lei das Comissões de Trabalhadores (Lei 46/79, de 12 de Setembro) um espaço único na imprensa portuguesa. Sujeita a prazos que decorrem, a aplicação integral desse diploma, já atacada anteriormente, tem de enfrentar agora o Governo da aliança reaccionária e a concretização dos ataques a que não tem sido poupada por parte das associações patronais agora aglutinadas (melhor se diria conluídas) num "Conselho Nacional das Associações Empresariais". A análise da Lei e a sua crítica, a necessidade de a aplicar esclarecidamente, para defesa e consolidação das CTs na

perspectiva da defesa das nacionalizações e do controlo operário, têm necessariamente de prosseguir ainda com mais atenção e destaque.

De imediato, está em causa a tomada de posse dos representantes dos trabalhadores já eleitos para os órgãos de gestão das empresas do sector público, nacionalizadas e participadas, que integram em conjunto o sector empresarial do Estado. A discussão pública do projecto de lei regulamentadora, elaborado pelo V Governo para a Lei 46/79, não pode impedir, seja com que argumento for, a entrada em funções dos gestores eleitos nas empresas.

A Lei 46/79 foi cumprida pelos trabalhadores ao

elegerem os seus representantes. Não há nada a «regulamentar» nesse campo. Os gestores eleitos devem tomar posse.

Por outro lado, a regulamentação da Lei não pode limitar a sua aplicação. Empresas públicas, como o Banco de Portugal, a Casa da Moeda, os CTT e os Estabelecimentos Fabris Militares, não podem ser subtraídas à aplicação da Lei 46/79, que não estabelece, quanto a estas ou outras, qualquer excepção.

Um prazo de 60 dias foi estabelecido por aquele diploma para as eleições dos gestores representantes dos

trabalhadores. Mas grande parte das empresas do sector empresarial do Estado ainda não procederam a essas eleições.

Segundo elementos disponíveis até ao princípio de Janeiro, esses representantes apenas tinham sido eleitos em 70 empresas, 24 das quais participadas. Se houve outras eleições ainda não conhecidas, muitas empresas haverá onde elas não se fizeram. Formas de luta deverão ser encaradas, se necessário, para que elas se realizem.

Os trabalhadores têm-se empenhado, entretanto, na aprovação dos novos estatutos das CTs, cumprindo rigorosamente o que determina nesse campo a Lei 46/79.

Objectivos a encarar na aplicação da Lei das CTs

Numa publicação sobre as tarefas imediatas a empreender pelos trabalhadores e as suas organizações quanto à Lei das CTs e do controlo de gestão, que recentemente foi acrescentada com um pequeno guia saído a público sobre o mesmo assunto, o Gabinete de Estudos da CGTP-IN aponta seis objectivos a alcançar perante a entrada em vigor da Lei 46/79.

Depois de orientar "a direcção principal da luta" para a "acção a todos os níveis das estruturas já existentes, sobretudo as Comissões de Trabalhadores, a das atribuições que elas efectivamente exercem" aquele estudo aponta como primeiro objectivo "impedir que, em consequência da entrada em vigor da Lei, sejam ilegalizadas as Comissões de Trabalhadores já existentes".

Em conformidade com esse objectivo "a tarefa fundamental

traduz-se em dar cumprimento aos prazos de adaptação dos estatutos (das CTs) e de realização de eleições indicados na Lei".

O segundo objectivo é assegurar que não sejam limitadas as possibilidades de desenvolvimento das CTs "e do reforço da intervenção democrática dos trabalhadores na vida da empresa", ao mesmo tempo que se defende "o carácter de classe das CTs e das suas atribuições".

Deste ponto de vista, cuja importância é de frisar, cabe aos novos estatutos das CTs "uma rigorosa definição de princípios que, dando aplicação ao disposto na Constituição, salvaguardem a autonomia de classe das CTs" e obtem, inclusivamente "as concepções cogestionárias".

Explorar "as novas possibilidades abertas pela Lei que se traduzam num efectivo alargamento dos direitos dos

trabalhadores" é o terceiro objectivo apontado, com relevo para "o direito de eleger um representante para o órgão de gestão (conselho de gerência, conselho de administração, etc.) das empresas do sector empresarial do Estado".

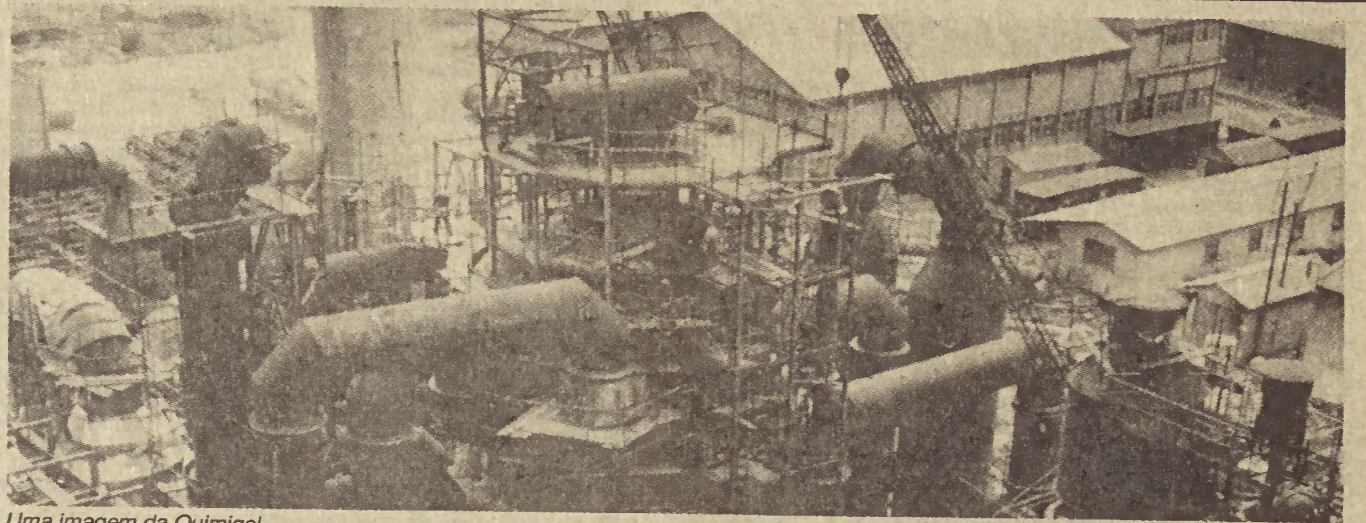
Sobre este aspecto deve salientar-se que a presença de um representante do colectivo dos trabalhadores no órgão de gestão das empresas do sector público, corresponde para o Movimento Operário Português a uma forma qualitativamente superior do controlo e não a uma forma de associação de trabalhadores à gestão com vista à sua co-responsabilização.

Exercer "desde já e n.º futuro todas as atribuições e direitos que a Lei reconhece às Comissões de Trabalhadores e Coordenadoras existentes" constitui o quarto objectivo.

Sublinhe-se que a mesma Lei 46/79 "reconhece plenamente as estruturas já existentes que, assim, são admitidas a exercer todos os direitos previstos", sem qualquer interrupção.

O quinto objectivo relaciona-se ainda com os direitos que as CTs já exerciam antes da entrada em vigor da Lei 46/79. É de sublinhar, inclusivamente, que, "de acordo com os princípios gerais da legislação do trabalho, os direitos dos trabalhadores no tocante às CTs, e os direitos destas, podem ser alargados e tornados mais favoráveis pela via da convenção colectiva ou acordo de empresa".

O sexto objectivo é mais específico. Trata-se de "retomar imediatamente, onde quer que a resolução 10/79 do Governo Mota Pinto tenha dado lugar à respectiva paralisação, o exercício das funções das CTs da Função Pública, agora expressamente salvaguardadas pela Lei".



Uma imagem da Quimigal

O que é o sector empresarial do Estado?

Segundo a Lei 46/79, os trabalhadores elegem representantes para o sector empresarial do Estado (SEE).

Mas aquele diploma não define o seu âmbito, nem existe qualquer definição legal do SEE. Há outras designações de sentido equivalente, como "sector público empresarial" e "sector público estadual", como vem referido na Constituição. Importa, assim, dar

algumas indicações úteis sobre a definição e o âmbito do SEE, nomeadamente no sentido de ficar claro quais são as empresas para cujos

órgãos de gestão os trabalhadores têm o direito de eleger representantes.

No SEE incluem-se as entidades pertencentes ao Estado, ou por ele controladas, cuja finalidade é de tipo económico ligado à produção de bens ou serviços, ou à intervenção no mercado, e que adoptam formas empresariais de organização dos meios de produção.

Pertencem ao SEE as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica, reguladas pelo Decreto-Lei 260/76, de 8 de Abril; as empresas

públicas não personalizadas (sem personalidade jurídica), incluindo os serviços municipalizados e os estabelecimentos fabris militares, tendo em conta não a forma jurídica da empresa, mas o tipo de actividade e a forma de organização dos meios de produção; as empresas nacionalizadas, directa ou indirectamente, e que não adoptaram ainda a forma jurídica de empresa pública; as sociedades de capitais públicos, associando o Estado e outras pessoas colectivas públicas; as empresas

participadas controladas, onde o Estado detém a maioria do capital social ou a percentagem de capital suficiente para, em determinadas condições concretas, assegurar o seu domínio.

Esta enumeração corresponde ao conceito mais corrente de sector empresarial do Estado. Há, porém, um outro mais amplo que justificadamente inclui todas as empresas que o Estado controla ou gere, ainda que só de facto, como acontece, nomeadamente, com as empresas intervencionadas.

Mais um gestor?

O representante dos trabalhadores de uma empresa do sector empresarial do Estado em qualquer dos seus órgãos de gestão, se cumprir as suas funções, inclusivamente de acordo com a Lei, nunca será um "fiscal" ou qualquer coisa parecida com um delegado sindical para apresentar reivindicações dos seus companheiros de trabalho. É imprescindível que ele mantenha o vínculo que o liga aos restantes trabalhadores, que o elegeram, e aos seus órgãos representativos na empresa. Mas é também imprescindível ter sempre

presente que a eleição do representante dos trabalhadores para os conselhos de gerência ou de administração é uma forma de controlo de gestão consagrada constitucionalmente.

O V Governo reconheceu, expressa e publicamente, que "a Lei n.º 46/79 não consente que aos administradores eleitos pelos trabalhadores seja conferido um estatuto diminuído em relação aos administradores designados pelo Governo".

O representante dos trabalhadores deve, portanto, ter parte activa na gestão da empresa.

Mas a entrada em funções do representante dos trabalhadores não significa apenas que passa a haver mais um gestor nos órgãos competentes do sector empresarial do Estado.

A eleição do gestor-trabalhador constitui uma mudança qualitativa no controlo de gestão.

É imperioso ter em conta (e evitar) que o reconhecimento do "interesse público" das funções exercidas pelos representantes dos trabalhadores nos órgãos estatutários (de gestão) das empresas do sector empresarial do Estado não pode servir para submeter

esses representantes aos desígnios deste ou daquele Governo, desvinculando-os dos trabalhadores que os elegeram.

O reconhecimento do "interesse público" e do estatuto de pleno direito do "gestor-trabalhador" têm de corresponder à perspectiva constitucional que considera os trabalhadores como agentes e destinatários do projecto de transformação económica e social.

O direito de participar na gestão é um direito colectivo dos trabalhadores.



Os gestores eleitos devem tomar posse

Os representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão do SEE devem entrar em funções imediatamente a seguir à eleição. Cumpridas as formalidades legais, nenhuma "regulamentação" pode protelar esse acto.

No caso previsto no artigo 30.º da Lei 46/79, que se refere aos estatutos das empresas do SEE que não tenham forma de empresas públicas, deve ser reclamada a rápida alteração desses estatutos, de modo que os direitos consagrados nesse artigo da Lei das CTs não venham a ser limitados inconstitucionalmente.

Quanto à participação nos órgãos de gestão das empresas públicas a entrada em funções dos repre-

sentantes dos trabalhadores não está dependente de qualquer alteração estatutária e pode efectivar-se imediatamente. Ao contrário do artigo 30.º, o artigo seguinte da Lei não faz depender a tomada de posse de prévias alterações estatutárias, nem prevê qualquer legislação regulamentadora própria.

As empresas nacionalizadas, directa ou indirectamente, as participadas ou controladas, todas fazem parte do sector empresarial do Estado. Nenhuma regulamentação pode contrariar e neste caso limitar a aplicação da Lei.

Na impossibilidade de acabar com os gestores eleitos pelos trabalhadores, a direita e o seu Governo, com

precedentes já criados pelo ministro das Finanças do Executivo anterior, vão tentar reduzir o seu número e protelar o mais que puderem a sua efectiva entrada em funções.

É preciso lutar contra esse projecto. É preciso evitar que a Lei 46/79 seja esvaziada de todo o seu conteúdo positivo.

As eleições para os representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão do sector empresarial do Estado fizeram-se há quase dois meses. Que se saiba, até hoje, nenhum desses gestores tomou posse.

Esta situação não pode manter-se. Nenhum pretexto, nenhuma manigância jurídica pode justificá-la. O patronato reaccionário não faz segredo dos propósitos de não cumprir a Lei sempre que possa. A sua posição é conhecida: não queria Lei nenhuma. Mesmo a que existe, não sendo a que a maioria dos trabalhadores exigia, é atacada, por exemplo, na Facar, com a violência que se conhece.

Mas o mesmo não pode suceder, embora com outros meios, por parte de órgãos do Poder. A sua primeira obrigação, a primeira obrigação do Governo, é cumprir ele próprio uma Lei aprovada e promulgada pelos órgãos constitucionais do regime democrático, como de resto têm feito os trabalhadores.

A vitória da unidade nas votações

Segundo os dados conhecidos durante os últimos 30 dias, realizaram-se cerca de 70 votações para aprovação de estatutos de Comissões de Trabalhadores, de acordo com a Lei n.º 46/79. Entre elas, cerca de 50 foram já referidas aqui no "Avante!". As restantes são sobretudo no Porto e incluem empresas como a Jacinto, Efanor, Petrogal, EDP, CP, TLP, CMP, Agência Abreu e Star. Em Lisboa, a Guérin, Tudor, H. Parry & Son, Sociedade Portuguesa de Arlúido, Sociedade de Reparação de Navios e Sociedade Comercial Romar aprovaram também os novos estatutos das respectivas Comissões de Trabalhadores.

Desse total de cerca de setenta grandes empresas, incluindo a Siderurgia, a Lisnave, Metro, Carris, Petrogal, Cometrina, Sorefame, Quimigal, apenas a TAP não aprovou estatutos unitários. Nas restantes, venceram, frequentemente por margens substanciais em relação aos projectos divisionistas com o apoio da direita, os projectos apresentados pelas CTs unitárias.

Já aqui comentámos várias vezes a importância dessas vitórias e o seu significado. Queremos todavia salientar que, através do voto secreto e directo, essas votações têm evidenciado o isolamento cada vez maior dos divisionistas nas empresas, como de resto sucede nas eleições sindicais.

A adesão cada vez maior

dos trabalhadores aos projectos e acções de unidade, independentemente das suas opções partidárias, tem tido um reflexo evidente nas votações dos estatutos, elaborados de acordo com a Constituição, que associa directamente as acções das CTs à «construção

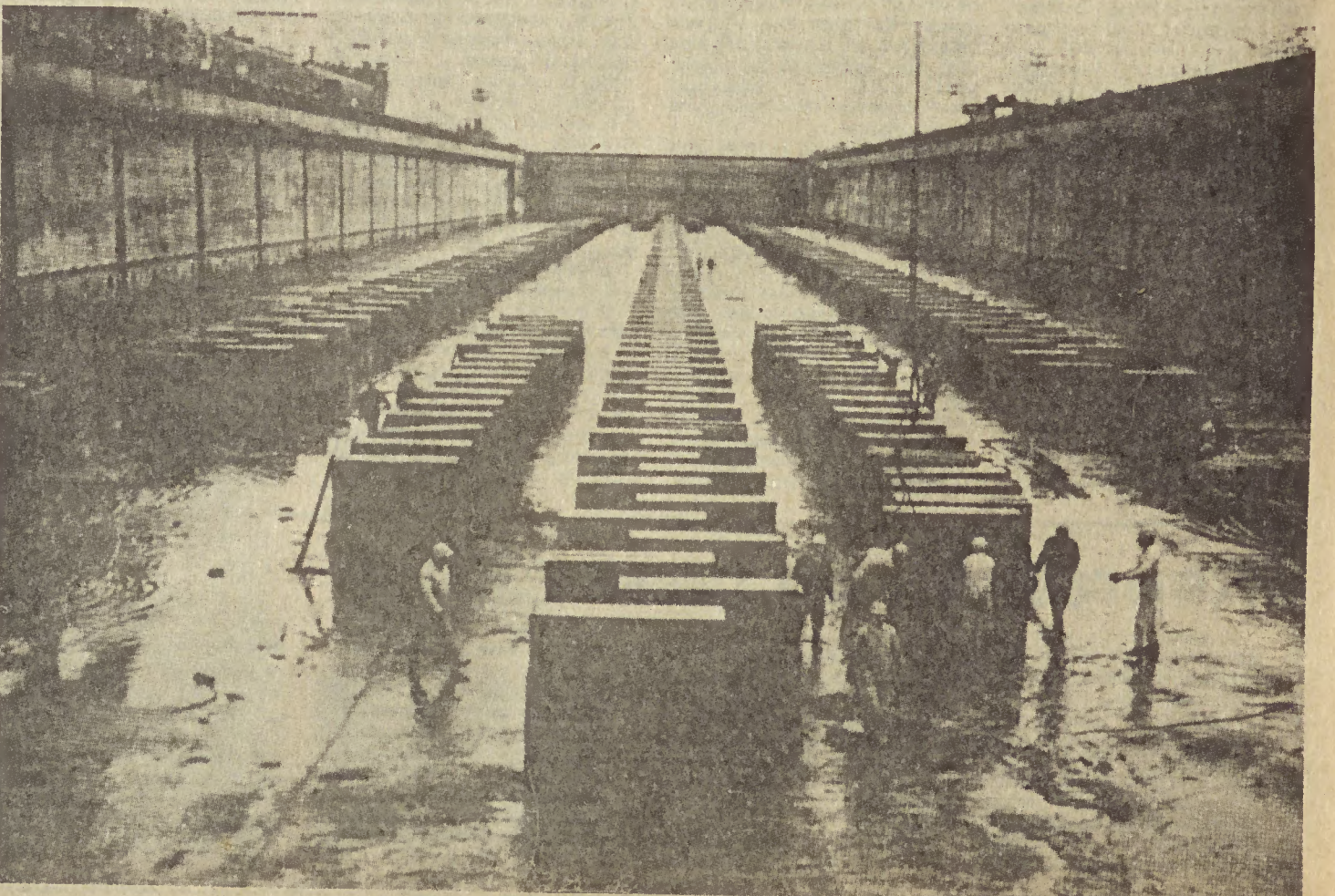
do poder democrático dos trabalhadores».

O carácter de classe das CTs e a natureza das suas funções como órgãos de controlo do colectivo dos trabalhadores sobre a empresa tem fundamentado os projectos unitários e contri-

buidos decisivamente para a sua aprovação.

A força da unidade continua a demonstrar que é possível defender nas empresas a Revolução de Abril, salvaguardando os interesses dos trabalhadores e de todo o povo, inclusivamente através

do empenho das classes trabalhadoras no progresso da economia e na garantia dos postos de trabalho, que passa pela consolidação e fortalecimento de empresas essenciais ao desenvolvimento do País e à consolidação do regime democrático.



Geada negra queima agricultura algarvia

A 21 de Dezembro do ano passado, a meio da noite, a geada negra assolou o Algarve. Segundo cálculos ainda provisórios, mais de 500 hectares de culturas ficaram queimados. No Sotavento algarvio, foram atingidos cerca de 400 agricultores dos quais 90% em culturas de estufa. Aqui o levantamento provisório do montante dos prejuízos aponta para mais de 170 000 contos. A Barlavento, o levantamento dos prejuízos está ainda a processar-se mas a desolação dos pomares de citrinos aponta para elevadas verbas.

Num exemplo de decisão e unidade, os agricultores atingidos criaram uma Comissão de Defesa, mobilizaram-se, movimentaram-se junto à Direcção Regional da Agricultura do

Algarve. E nestes dias, Brigadas de técnicos da Direcção-Geral acompanhadas por elementos da Comissão andam pelos hectares queimados, fazendo o levantamento das perdas.

O «Avante!» esteve nas terras atingidas. Viu os estragos. Ouviu as queixas dos agricultores. As soluções apontadas. E viu sobretudo os exemplos do trabalho colectivo e firmeza dos agricultores que levaram a que o MAP aponte já soluções que não sendo as melhores, constituem, no entanto, uma certeza na difícil prova da agricultura algarvia.

Centenas de agricultores afectados: «Só ganhou quem não semeou!»

No Barlavento algarvio é tempo em que os vastos pomares de citrinos costumam exibir frutos abundantes e redondos, colorindo as beiras das estradas. A Sotavento é igualmente tempo em que as estufas de tomate, pepino, feijão e pimento, estão habitualmente repletos e pujantes. É tempo de ser assim todos os anos. Mas neste início de 1980, a paisagem é outra. Outro o rosto dos agricultores. Outras as preocupações. Outros — e mais sombrios — os dias próximos.

A Barlavento, se o leitor se deslocar ao Algarve, parecer-

em muitos casos pronta a ser colhida.

— Foi a «geada negra» — diz-nos o agricultor José Leal Moreno, de Ferradeira. — É uma temperatura abaixo de 3 a 4 graus centígrados, que dentro das estufas dá congelamento e deixa tudo queimado. Foi na noite de 21 de Dezembro, entre as 23 e as 24 horas que sucedeu. Aqueles que se aperceberam do desastre — foram poucos — ainda colocaram coisas a arder dentro das estufas, fizeram fumos, mas não conseguiram evitar que a geada lhes queimasse as

não deixa as culturas assim. O campo de favas, a seara de aveia e até o tremço estavam perdidos! Felizmente que não tínhamos chegado a semear uns sacos de favas e ervilhas que comprámos. Neste caso quem não semeou, ganhou.

— Os prejuízos dos citrinos não foram logo imediatamente detectados em toda a sua extensão porque os efeitos da geada nos pomares se fazem sentir ao longo do tempo. Até ao fim de uns oito dias é que se vêem. Por isso, muitos produtores, não declararam logo os prejuízos que devem ser elevadíssimos — conta-

— nos o agricultor Agostinho Guerreiro de Mendonça. — Para ter uma ideia do que isto representa para nós basta dizer que os citrinos são a cultura mais importante na balança agrícola algarvia, embora as estufas tenham vindo a ter, de ano para ano, muita importância. Já há cinco anos, caiu a geada negra. Mas desta vez foi muito pior. Os prejuízos foram generalizados. Não escapou quase ninguém.

ninguém pode prever, é o Governo avançar finalmente com o Seguro Agrícola. O Seguro Agrícola é das coisas mais importantes. Quem quer fazer seguro faz e está garantido. Quem não fizer, depois não pode queixar-se. E note que perdemos de duas maneiras: perdemos com os prejuízos enormes e perdemos quando colhemos o que agora vamos semear.

Por toda a parte, os agricultores nos repetem o mesmo lamento:

— Não são somente as perdas — e em algumas estufas o tomate caiu todo, em alguns pomares não ficou um hectare que não estivesse queimado. Não é só o investimento perdido, as despesas, em muitas culturas, totalmente concluídas. É também

o caso da perda que teremos no futuro — diz-nos José Vale —. Eu explico: é que as sementeiras, no momento em que tombou a geada negra, encontravam-se em diferentes fases de crescimento por que cada um tinha semeado em diferentes alturas. Agora não podemos deixar de partir já para as novas sementeiras — esta é a nossa vida, não podemos fazer outra coisa. Arrancamos todos na mesma semana. O que significa que a produção estará pronta toda na mesma altura, altura em que ainda por cima está concluída a produção ao ar livre. Imaginem pois as dificuldades de escoamento com que vamos deparar e como os preços da produção vão ser influenciados!

Esta questão dos preços à produção, a falta de uma

garantia de preços é um factor de instabilidade muito grande — acrescenta o agricultor Agostinho Guerreiro, de Bela Curral, afectado em metade das tomateiras e com prejuízos totais no feijão —. Por exemplo, se há uma época em que podemos vender o tomate a 80\$00 o quilo, outras temos de vender a 1\$50 o quilo porque depende da época e da oferta. E como não temos estruturas para industrialização e para exportação — embora a produção o possibilite — temos mesmo de vender o produto seja ao preço que for. Entretanto o consumidor paga sempre caro. Mesmo aqui no Algarve: ainda há dois anos, estávamos a vender o quilo do tomate a 8\$00 e 10\$00 e a poucos quilómetros, no mesmo distrito, em Monchique,

o consumidor, pagava-o a 20\$00. Este ano, concluindo-se a produção toda na mesma época, se não se encaram desde já as potencialidades de exportação, se não planificamos o que vamos já semear — e são os Serviços Regionais da Agricultura que têm de nos apoiar — perdemos ainda mais.

Fomentar a exportação desde já: eis uma exigência de que não abdicamos. Tal como não abdicamos ou de indemnizações ou de empréstimos a prazo de dois ou três anos, sem juro ou com mais baixo juro. Para que a agricultura algarvia não se imobilize, para que o País no sofra ainda mais.

E mais: independentemente das dificuldades presentes criadas pela geada negra, os agricultores algarvios vêem o futuro muito ensombrado

se não forem rapidamente criadas as estruturas de industrialização e de exportação, nomeadamente quanto aos citrinos cuja produção já este ano era em excesso — caso das laranjas — e que tende a aumentar.

É necessário criarem-se condições de investimentos para a transformação dos citrinos em sumos, concentrados, compotas, doces e dos subprodutos em aguardentes, vinhos, cristalização das cascas etc.

São necessárias garantias à produção, sistemas de defesa da produção — é possível defender as estufas das geadas — rede de frio. Só assim a agricultura algarvia pode avançar nas suas grandes potencialidades, ganhando todo o povo do trabalho a que nós, agricultores algarvios, não nos poupamos.

Última hora

À hora de encerramos a nossa edição, recebemos a notícia de que os agricultores algarvios reunidos em Concelção de Faro, na passada terça-feira, anteontem, decidiram aceitar, em princípio a proposta do Governo segundo a qual serão concedidos para já 100 mil contos de empréstimo com um juro de 8 por cento, para enfrentar as novas sementeiras, urgentes dada a destruição quase total das culturas provocada pela geada negra. No entanto, tal proposta não satisfaz os agricultores, nem pode realmente permitir-lhes fazer frente aos avultadíssimos prejuízos. Por estas razões, os agricultores continuam a reivindicar uma indemnização a fundo perdido, dentro

das possibilidades do Governo.

Recorde-se que esta reivindicação da indemnização foi a primeira alternativa apresentada pelos agricultores algarvios que exigiam, segundo o art. 102.º da Constituição, serem indemnizados em 100 por cento das perdas. Neste momento, os agricultores não colocam já a exigência dos 100 por cento, por motivos que têm a ver com a sua solidariedade — que se exprimiu de modo exemplar na reunião de terça-feira — para com os compatriotas açorianos. Não podem, no entanto abdicar de uma indemnização parcial dada a desolação em que a geada negra deixou as culturas devastadas.

Para que se não perca tudo: indemnizar, exportar, industrializar!

Fomos encontrar o agricultor Alberto Francisco Vera, sua mulher e os três filhos — dois deles muito pequenos ainda — tentando salvar o que restou — preparando-se já para semear, de novo, o pouco que podem.

— De 16 estufas lindas que eu aqui tinha, escaparam duas e mal. Isto dá-nos cabo da vida. Eu irei semear melão e feijão à espera de realizar alguma coisa. Já no outro ano, por via de uns ventos e chéias, fiquei com algumas estufas destruídas, sobretudo nas terras baixas. Ainda hoje estou à espera de indemnização pelos estragos. Se o MAP não nos concede empréstimos sem juro ou com juros muito baixos, a um prazo de dois ou três anos, não sei como iremos para a frente. A grande solução para prevenir estes acidentes que

Parece confirmar-se a disposição do Governo em conceder-nos já 100 mil contos para um primeiro embate, para fazermos face às novas sementeiras. Estes 100 mil contos constituem crédito bonificado a pagar em três anos com juro a 8 por cento, o que é ainda elevado. Eu penso — e todos os agricultores atingidos devem estar de acordo — que na realidade só a indemnização total dos prejuízos nos poderia compensar. E pelo artigo 102.º da Constituição nós temos direito às indemnizações. Em diversas reuniões de centenas de agricultores, que criaram uma Comissão de Defesa, a reivindicação foi exactamente esta: a de que deveria ser entregue aos agricultores afectados uma indemnização imediata de 70 por cento dos estragos totais e o pagamento dos restantes 30 por cento no prazo máximo de três meses.

Passados três dias, sob esta legítima reivindicação, sucedeu no nosso país uma tragédia incomparavelmente mais grave: o desastre que atingiu os nossos compatriotas açorianos! E nós, como portugueses, sentimos profundamente o que se passou. Por isso, eu penso — e quero que fique claro que esta é uma opinião pessoal — que se nós os agricultores algarvios, aceitarmos do Governo soluções que não correspondem às nossas reivindicações, feitas com base na Constituição, o faremos por solidariedade para com os nossos compatriotas açorianos, muitos deles pequenos agricultores.

O que por força da Constituição nos deveria ser concedido, o que era justo ser-nos concedido, se não se concretizar, pois que o seja aos portugueses atingidos pelo sismo, pois que seja

encaminhado para a reconstrução dessa região do nosso país, talvez mesmo para as culturas perdidas. E nós aceitaremos o crédito bonificado concedido pelo Governo. Simplesmente pelas razões expostas. Esta é uma opinião pessoal mas creio — e tenho a certeza de não errar — que os demais agricultores algarvios concordarão comigo.

Este nosso gesto terá tanto maior importância quanto, nós agricultores, nomeadamente de estufas, não somos ricos como alguns querem fazer crer. É verdade que se ganha muito dinheiro nas culturas de estufa. Mas tudo o que se ganha tem de ser investido e a maioria ainda tem de recorrer ao crédito de campanha que é apenas pelo prazo de seis meses e a um juro de 12,45 a 12,75 por cento!

Porque é que os ganhos, mesmo grandes, têm de ser praticamente todos investidos,

perguntarão os que não percebem deste trabalho? Porque os custos de produção, não são elevados, são elevadíssimos! Vou dar só alguns números: um quilo de sementes importadas de tomate, ou seja 300 mil sementes, custam-nos de 100 a 500 contos, conforme a qualidade. Algumas variedades de pepino custam a 8\$00 a semente, ou seja um quilo, 30 000 sementes, custará cerca de 240 contos. Determinados pesticidas ou fungicidas que temos de utilizar "aos pontapés", ficam-nos na ordem dos 4000\$00 o quilo. As desinfecções do terreno são entre 70 a 80 contos por hectare.

O adubo, adubo especial, mete-se directamente na rega, importa-se e fica-nos a 80\$00 o quilo. O plástico, o melhor para se não romper, já está a 85\$00 e mais o quilo. Ora são precisos cerca de 240 quilos de plástico para uma área de 80

metros. A estas despesas junta-se o custo da madeira, das armações, do fio e da mão-de-obra que representa um peso importante porque estas culturas requerem muito trabalho.

Estas despesas, este esforço foram destruídos numa noite, em menos de uma hora. Os prejuízos ainda não estão totalmente calculados — apesar das posições razoáveis da Direcção-Geral da Agricultura do Algarve quanto ao levantamento das perdas que está a ser feito pelas Brigadas deste organismo acompanhadas por elementos da Comissão de Defesa dos Agricultores. São grandes prejuízos e nestas condições a nossa solidariedade sairá do nosso corpo mas trata-se do nosso povo na região do nosso país, que é os Açores.

(Depoimento de Agostinho Guerreiro de Mendonça, agricultor de Bela Curral).

O pão semeado por trabalhadores destruído por agrários

Uma seara de trigo foi destruída no passado domingo por agrários apoiados por um jeep da GNR. Sete hectares semeados de trigo foram arrasados por dois tractores munidos de grades, um conduzido por Joaquim António Páscoa e outro pertencente a José João da Silva Perdigão.

Sucedeu na herdade de Vale de Lama: num instante foi devastada uma seara semeada por trabalhadores. Num instante sucedeu mais um no vasto rol de crimes contra a Reforma Agrária

e contra todo o País: porque a sementeira não crescerá, não rebotarão os grãos, não serão moidos, não darão pão. Mais uma violência. E mais uma das muitas provas de quem está contra a economia nacional, de quem destrói, de quem sabota.

Acrescente-se que estes factos sucederam numa herdade que foi objecto, o ano passado, de uma reserva considerada ilegal e por isso mesmo contestada pelos trabalhadores da UCP «Poder Popular» Cortiçadas de Lavre, Montemor-o-Novo, que inter-

puseram recurso, sobre o qual aguardam decisão judicial.

Acrescente-se que foi para que sete hectares não ficassem incultos — independentemente de não sabermos ainda qual a decisão judicial — que foi para que não seja produzido ainda menos trigo, para que não seja importado ainda mais trigo que os trabalhadores semearam.

Acrescente-se que os trabalhadores da UCP «Poder Popular» em comunicado aos órgãos de Comunicação Social, informam todo o País de que:

«Mais uma vez fica demonstrado quem quer contribuir para a riqueza da qual há-de sair o nosso pão. Mais uma vez se toma clara a mentalidade daqueles que têm beneficiado das ilegalidades do MAP e mais uma vez elementos da GNR que já espancaram trabalhadores pelo crime «de semear a terra, deram cobertura a um acto vergonhoso como este.

«A UCP «Poder Popular» repudia este acto inqualificável e manifesta a sua inquebrável determinação

de prosseguir a defesa da Reforma Agrária que o mesmo é dizer da economia nacional.

«A História falará dos que trabalham para que a terra produza mais e melhor e dos que nos destroem as searas que são o pão de amanhã.

«A UCP «Poder Popular» exige o apuramento das responsabilidades deste acto de sabotagem contra a economia nacional e a punição dos criminosos de molde a não se repetir actos desta natureza contra a produção agrícola».

«O LENINISMO É O MARXISMO DA ÉPOCA DA PASSAGEM DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO QUEM ABANDONE O LENINISMO ABANDONA TAMBÉM O MARXISMO.»

Alvaro Cunhal

edições Avante!

Obras completas de SOEIRO PEREIRA GOMES

edições Avante!

edições • popular • especial para coleccionadores

PEQUENO GUIA PARLAMENTAR

OS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Qual o lugar da Assembleia da República no sistema constitucional de órgãos de poder? Quais as suas atribuições e competências? Que legislação tem produzido? Como se tem caracterizado a actividade do PCP na AR...?

PREÇO 100\$00

edições Avante!

a distribuição

edições Avante!

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO

15

G. DIMITROV

LINHAS DE UMA VIDA HERÓICA

edições Avante!

Alguns lançamentos para o 1.º semestre de 1980

«As eleições no Portugal de Abril — 1975/1979»

No seguimento do «Dossier Eleições», um novo estudo sobre os actos eleitorais realizados em Portugal depois do 25 de Abril, que constitui não apenas um completo repositório de números e dados estatísticos, como também uma análise das grandes tendências do eleitorado português.



«Discursos de Álvaro Cunhal»

Sob o título comum «Crise e queda dos governos PS», nos 11.º e 12.º volumes dos discursos do secretário-geral do PCP, abrangendo o 11.º, o período «Da contra-revolução legislativa à formação do governo PS/CDS» e o 12.º, o de «O governo PS/CDS».



«Nenhum Homem é Estrangeiro»

de Joseph North

Podia chamar-se uma autobiografia — mas é essencialmente uma grande reportagem. Joseph North foi, com efeito jornalista, além de dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos da América. E são as lutas dos operários americanos, a guerra de Espanha, a guerra de 1939-45, os campos de concentração, figuras como Hemingway e Dolores Ibarruri que passam por 300 páginas de grande beleza e vida.



«Ser Jovem na Revolução»

Contos, cartas, diários, relatos sobre a presença da juventude na Revolução de Outubro. E não só a presença activa dos jovens nas tarefas do dia-a-dia da Revolução, mas também os seus problemas, as suas dúvidas, os seus entusiasmos e as suas tristezas, as perguntas e os debates vivos na afectividade da correspondência, na reflexão dos diários.



«A Social-Democracia Hoje»

Realidades que o povo português conhece bem como a Internacional Socialista ou a Fundação Ebert (grande fonte de fundos da UGT) aparecem a nu num livro que analisa a experiência real dos países onde a social-democracia tem governado.



«A Inês Vai Morrer»

de Renata Viganó

A resistência italiana narrada na imagem de uma velha camponesa que, com toda a simplicidade e toda a coragem, vive a luta do povo e dos guerrilheiros contra o ocupante nazi contada através de uma experiência vivida. Renata Viganó não é apenas uma figura importante do neo-realismo italiano: ao lado de seu marido, comandante de formações de guerrilha, participou activamente na luta e este seu livro (traduzido já em catorze línguas) serviu de base ao filme do mesmo nome realizado por Giuliano Montaldo.



«A Formação das Democracias Populares na Europa»

Um cuidadoso estudo sobre a trajectória para o socialismo nos países da Europa central que, depois da guerra de 1939-45 iniciaram a construção de uma nova sociedade. Um assunto ainda hoje bem presente nos debates teóricos de todo o mundo e num dos centros da ofensiva ideológica e a desinformação do imperialismo.

2.ª EDIÇÃO

«OBRAS ESCOLHIDAS» de Lénine

1.º volume

Ao concluir-se no passado mês de Novembro, com a publicação do 3.º volume, a edição das «Obras Escolhidas» em português, iniciada em 1977, o 1.º volume — de que se fez uma tiragem de 25 000 exemplares — encontra-se já esgotado, mas será brevemente reeditado.

Levar as autarquias junto do povo

Novo ano, vida nova — velho ditado popular que nem sempre bate certo mas que se repete, invariavelmente, como a expressão de um desejo.

Para as autarquias locais este novo ano trará muita vida nova, embora nem toda vá ser como se desejaria. Passadas as eleições, escolhidos os novos representantes das diferentes eleições, escolhidos os novos representantes das diferentes forças políticas em cada autarquia, inicia-se um novo mandato.

Por todo o país os eleitos tomam posse nos diversos órgãos a que passaram a pertencer e o trabalho começa. Elegem-se presidentes e secretários, escolhem-se vereadores, aprovam-se regimentos, etc.

Para muitos será uma experiência nova, para outros o aprofundar de conhecimentos, o prosseguir do trabalho já iniciado. Também as circunstâncias em que o trabalho nas autarquias se vai desenrolar difere de órgão para órgão, de concelho para concelho, dependendo nomeadamente da composição de cada órgão.

Para os eleitos da APU, quer estejam em maioria quer não, o objectivo é a defesa dos interesses populares. E quanto mais aberto e participado for esse trabalho melhor se estarão defendendo esses interesses.

A experiência dos três primeiros anos de gestão autárquica por elementos eleitos directamente pela população mostra como é possível, na maior parte dos casos, interessar os eleitores pela resolução dos problemas que lhes dizem respeito; como o compadrio e a corrupção, que lamentavelmente ainda existem, não escapam hoje à denúncia pública e mesmo à punição; como com o apoio popular podem vencer-se dificuldades e avançar na resolução de inúmeras carências.

Este trabalho aberto, que a experiência de três anos mostrou ser essencial, foi uma vez mais provado e aprovado durante as últimas campanhas eleitorais.

Os contactos porta-a-porta que constituíram a base principal da campanha para as autarquias locais, possibilitaram não só o estreitamento das relações entre candidatos e eleitores, como também a recolha de múltiplas

e ricas sugestões, contributos para os programas posteriormente apresentados à população.

Este sair para a rua, o ir ao encontro das pessoas, o pedido directo da sua participação, mostrou ser uma forma de actuação correcta e apreciada pela generalidade das pessoas. Os frutos que produziu estão bem patentes nos resultados eleitorais, que, se não dependerem apenas deste factor, também dependeram dele.

Saber colher os ensinamentos da experiência adquirida é uma obrigação de todos os democratas, comunistas ou não, que se empenharam na luta por um poder local democrático. Assim, tudo aponta para que, de futuro, se intensifique e generalize um método de trabalho tão bem aceite e eficaz como o contacto directo com as populações.

Sabe-se que nem sempre é fácil levar as pessoas a participar nas reuniões públicas dos órgãos autárquicos, quer por problemas de horário quer por outras questões. Mas certamente que não será muito difícil levar a autarquia até junto das pessoas...

E depois, de que melhor forma se há-de proceder ao levantamento de carências do que falando directamente com os que as sofrem? Como lutar pela melhoria das condições de vida sem ouvir as populações, auscultar as suas aspirações, atender às suas prioridades?

Uma vez desenvolvido o porta-a-porta com tanta intensidade como se fez nas últimas campanhas eleitorais, seria desonesto para com o eleitorado, e negativo politicamente, recolher aos «gabinetes» até novas eleições. Quanto mais não fosse pelo simples facto de que o trabalho divorciado das populações acaba sempre por não dar os frutos que se pretendem alcançar.

Prosseguir e mesmo intensificar o trabalho unitário, aberto, participado, será a melhor forma de defender uma gestão democrática ao serviço do povo e a melhor garantia de se cumprir os compromissos assumidos perante o eleitorado.

Lei de Finanças Locais: um ano depois da aprovação ainda a luta pela aplicação

O mês de Janeiro de 1979 constitui um marco importante na história das autarquias locais: culminando uma intensa luta e quase três meses depois da aprovação por unanimidade na Assembleia da República foi promulgada a Lei das Finanças Locais (lei 1/79).

A aprovação dessa lei, que acabou por ser uma exigência nacional, representou um passo fundamental para a transformação radical da Administração Pública portuguesa espalhada ainda num regime obsoleto, centralizador, excessivamente burocratizado e de modo algum apto a responder às necessidades da nova realidade do poder local.

Um passo importante, mas que na prática mal aflorou ainda os principais problemas da Administração Pública. E isto porque se é certo que todas as forças políticas presentes na Assembleia da República em 1978 se manifestaram a favor da legislação posteriormente aprovada, não é menos certo que algumas o fizeram «forçadas» pelos seus próprios eleitos nas autarquias locais e também pela indefinição que já então se sentia quanto ao poder central.

Quando na sua primeira edição de Janeiro de 1979 o «Avante!» alertava para a necessidade de lutar pela aplicação integral de tão importante legislação era prevendo como iria ser difícil essa batalha. A experiência veio demonstrar como, infelizmente, o PCP tinha razão.

Passado um ano sobre a promulgação da Lei 1/79 esta continua a não ser totalmente aplicada.

No ano passado, graças à posição do PS, PPD e CDS na Assembleia da República, a lei não foi aplicada e as autarquias foram roubadas no que legitimamente lhes devia ser concedido. O Orçamento Geral do Estado, para além de aprovado fora dos prazos legais, não só ignorou a existência da lei das Finanças Locais como pretendeu fazer crer a impossibilidade e mesmo o «despropósito» de levar à prática o que na Assembleia da República todas as forças haviam aprovado.

Assim, ironicamente, 1979 foi para as autarquias um mau ano financeiro, malgrado os bons auspícios com que se anunciara com a publicação da Lei 1/79. Primeiro, durante quase meio ano, as autarquias tiveram de sobreviver com os duodécimos (acrescidos de 20%) que recebiam do Estado, uma vez que o Orçamento não

estava aprovado. Depois, quando a expectativa da aplicação integral da Lei 1/79 mais se fazia sentir, os responsáveis autárquicos viram os seus concelhos ser espoliados de parte importante das verbas a que tinham direito.

A evolução da situação política não veio beneficiar as autarquias, quer no que se refere às finanças quer no tocante à delimitação de competências, outro dos problemas autárquicos a exigir rápida solução. Os planos e orçamentos das autarquias são mais uma vez aprovados sem conhecimento das verbas que os órgãos de poder local vão receber.

Exigir a aplicação da Lei 1/79

Claro que se pode partir do princípio que a Lei 1/79 vai ser cumprida... e começar

produto da cobrança de certos impostos, por exemplo o do turismo ou o de veículos); ou que a fixação do montante de participação das autarquias nas despesas públicas previstas no OGE, vai corresponder às necessidades das populações?

O que se sabe do novo governo — as posições que defende, os métodos que aplica e os objectivos que visa — não permitem esperar grandes avanços na transformação de um sector tão importante como a Administração Pública. Mas a não aplicação da Lei das Finanças Locais, se é essa a intenção do Governo, não deixará certamente de provocar problemas nas próprias fileiras da «AD», uma vez que os eleitos nos órgãos de poder local respondem directamente perante a população, independentemente do seu partido político.

A indignação popular provocada pela não aplicação da Lei em 1979 seria agora maior, sobretudo da parte dos que acreditaram nas promessas de «mudança».

A possibilidade, já

Reunião em Coimbra de eleitos da APU

No próximo sábado realiza-se em Coimbra uma importante reunião de eleitos da Aliança Povo Unido daquele distrito. A sessão decorrerá, a partir das 15 horas, no anfiteatro de Química da Faculdade de Ciências.

a desenvolver desde já todos os esforços para que o novo Governo sinta quanto os órgãos de poder local, os eleitos e as próprias populações, esperam dessas verbas que por direito lhes cabem.

Mas claro também que a formação de um Governo «AD» suscita grandes preocupações. Quem poderá honestamente acreditar que os defensores dos métodos de Valpaços aceitam pacificamente levar à prática uma legislação que, entre outras coisas, extingue a atribuição de subsídios e comparticipações, que o mesmo é dizer a possibilidade de arbítrio e discriminação na distribuição dos dinheiros públicos pelas autarquias locais?

Ou ainda que não haverá «resistência» em transferir para as autarquias todas as verbas que a lei lhes atribui (como o todo e a parte do

avançada, de chamar a lei para revisão provocaria um escândalo ainda maior, para além de meter a ridículo as próprias forças de direita, uma vez que a Lei 1/79 (que aprovaram e impediram de levar à prática) deve ser obrigatoriamente revista até 15 de Junho de 1981.

Convenhamos que seria caricato rever uma lei que nem chegou a ser aplicada!!!

Os membros dos órgãos de Poder Local, bem como a população que os elegeu, têm no entanto uma importante palavra a dizer sobre este assunto. Do seu empenhamento, da sua luta pela Lei das Finanças Locais dependerá em grande parte a sua aplicação ou não.

A vitória conseguida com a aprovação dessa legislação, mesmo pela parte dos que não estarão de acordo com o espírito que a enforma, mostra que é possível travar esta batalha e ganhá-la.

3 DE JANEIRO: EM 1950, EM 1960 – SEMPRE A LUTA DO PCP

Três de Janeiro de 1980: uma data no calendário, os primeiros dias de uma nova década. Mas não é tudo. Dois aniversários. Há trinta anos, numa cela da Penitenciária de Lisboa, o fascismo assassinava um destacado, dirigente comunista – Militão Bessa

Ribeiro. Há vinte anos, do Forte de Peniche, evadiam-se destacados dirigentes do PCP, entre os quais Álvaro Cunhal.

Dez anos precisos separam essas datas, dez anos durante os quais inúmeros episódios da luta do nosso

Partido e do nosso povo estão inscritos na História da resistência antifascista. Dez anos separam estas duas datas, aparentemente antagónicas: numa, um dirigente comunista sucumbiu às mãos do fascismo; noutra, dirigentes comunistas evadiram-se das mãos

do fascismo. Porém, esses dois factos estão ligados pela mesma dedicação sem limites à causa do povo

E hoje, a trinta e a vinte anos de distância, na memória da nossa luta, guardamos simultaneamente o exemplo e a coragem.

Fuga de Peniche: voltar à liberdade para continuar a luta

A fuga de um grupo de camaradas, destacados dirigentes do PCP e, entre eles, Álvaro Cunhal, do Forte de Peniche, ao fim da tarde do dia 3 de Janeiro de 1960, constitui uma das mais gloriosas páginas da luta do povo português contra o fascismo, nesse preciso momento simbolizado no cimento dos muros e nos ferros das grades daquela prisão. Muros e grades de um país que os patriotas sempre souberam quebrar.

A Fuga de Peniche – nome que passou à História do nosso povo, à História da resistência antifascista – foi um dos acontecimentos marcantes da luta firme, abnegada, quotidiana do nosso povo. E de tal modo o povo português se identificou com ela que, mesmo por entre o redobrar de repressão que se lhe seguiu, nem por isso as manifestações incontidas de alegria, de júbilo, deixaram de explodir. Um pouco por todo o lado.

Alegria e júbilo que traduzia um apoio popular à luta contra o fascismo e, em primeiro lugar, aos seus mais consequentes lutadores: os militantes comunistas. Aliás, esse apoio manifestou-se mesmo no próprio momento da fuga, na participação do soldado da GNR, José Jorge Alves, no silêncio de solidariedade com que os pescadores penichenses souberam saudar os camaradas evadidos com quem se cruzaram nas ruas da vila, ali mesmo no largo do campo da bola.

Eram os grupos de pescadores que estavam formados. E falava-se. Mas as conversas pararam quando sete horas da tarde, em grupos de dois e de três, os camaradas vinham desembocando no largo.

Anos mais tarde, um dos pescadores presentes dizia: Não sabia quem fugira. Quando veio a notícia dos nomes, não cabíamos em nós de contentes.

E depois do silêncio foi a festa. Um sussuro, embora, mas mal contido. Em muitos locais, sobretudo de forte concentração operária como Almada, Barreiro, Sacavém, Marinha Grande, nessa noite, estrelejavam foguetes. Nas fábricas, era tema obrigatório de conversa. E de muitos telefonemas, a avisar os amigos que amigos tinham alcançado a liberdade. Era a máquina da solidariedade antifascista em movimento, defrontando de igual para igual a poderosa máquina repressiva que o fascismo,

desesperado, montara por todo o País.

Algo de novo na luta contra a repressão

A Fuga de Peniche era, com efeito, um rude golpe no fascismo, na sua máquina repressiva. De tal modo que a ditadura fascista se viu obrigada a mudar logo a seguir

conforme salientava um documento da Comissão Política do CC do PCP, de Maio de 1960: algo de novo que, nos termos do documento, resultava claramente tanto do número e responsabilidade dos camaradas libertados, como das dificuldades que foi necessário vencer e da maneira como foram vencidas.

coragem e abnegação, desde os heróicos comportamentos no decorrer de selváticos interrogatórios até à firmeza das declarações perante os tribunais fascistas.

Retomar a luta

Ao alcançarmos a liberdade e ao retomarmos o posto de combate, saudamos, antes de mais, o nosso Partido e o Povo Português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje, na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e legalidade.

Palavras significativas, foram as que Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, Rogério de Carvalho, Pedro Soares, Guilherme de Carvalho e José Carlos dirigiram numa saudação ao povo português mal retornaram a liberdade. Mal retornaram a luta clandestina contra a ditadura fascista.

Os camaradas que participaram na Fuga de Peniche escreveram um acto de coragem, juntamente com o grande aparelho colectivo do Partido, com todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para a sua consumação.

Mas tal acto de coragem não assumiu, não podia assumir, as características de uma acção egoísta. Os camaradas evadiram-se para prosseguir a luta. Isso mesmo o afirmaram mal saíram de Peniche. Isso

Foi ao fim da tarde do dia 3 de Janeiro de 1960 que os nossos camaradas, em grupos de dois e três, iam passando pelo largo do campo de futebol de Peniche. Os muros do forte ficavam já para trás — em frente eram os caminhos da liberdade, da luta, do futuro.

o responsável máximo da PIDE: foi então que Silva Pais substituiu Homero de Matos. Mas o fascismo enganava-se. A Fuga de Peniche devia-se não a qualquer incuria ou desleixo dos serventuários do fascismo mas ao êxito da luta do Partido Comunista Português contra a repressão fascista.

Neste aspecto, a Fuga de Peniche significa aliás um passo extremamente importante. Algo de novo.

Representando algo de novo na luta contra a repressão fascista, a Fuga de Peniche significou, igualmente, a manutenção de uma constante da actividade dos comunistas: a tenacidade revolucionária. Com efeito, nas mais duras condições, nunca os militantes comunistas recuaram perante o inimigo. E as páginas anteriores e posteriores dessa resistência estão recheadas de significativos actos de



Foi ao cair de uma tarde de domingo: vencidos os altos muros da fortaleza, venciavam-se os altos muros da repressão fascista

Nessa mesma altura, o camarada Álvaro Cunhal recordou que alguns desses camaradas foram de novo presos, e de novo torturados. Um deles, veio mesmo a sucumbir em virtude das torturas que lhe foram infligidas na sua posterior prisão — Guilherme de Costa Carvalho

Um símbolo da capacidade de organização

A Fuga de Peniche foi, igualmente, uma vitória da capacidade organizativa do PCP, característica cada vez mais aprofundada e em diferentes condições pelo nosso Partido.

O fascismo ainda tentou na altura, e para esconder o êxito da acção empreendida pelo PCP, lançar o boato de que um submarino soviético teria recolhido os evadidos. O fascismo mentia, sabia que mentia. Mas o povo português também o soube.

O documento da Comissão Política do CC, que já citamos, mostra a verdade, analisa a verdade. Nele se afirma a determinação do passo, analisando os factores que contribuíram para o êxito da fuga.

O primeiro foi a cuidadosa e demorada preparação e organização. A libertação dos camaradas não foi tarefa fácil. Pela forma como foi efectuada, implicou uma demorada e aturada preparação e a solução de problemas diversos, respeitantes a organização, a quadros, a recursos financeiros e técnicos.

A vinte anos de distância e para se ter uma ideia do que tal acção representou, na sua minúcia, basta dizer, conforme o recordou mais tarde



Este desenho mostra o trajecto percorrido no Forte de Peniche pelos camaradas que se evadiram, desde a pavilhão das celas até ao exterior. Como se pode ver, o desenrolar da fuga não deixou de exigir uma grande coragem física a todos os que nela participaram

o camarada Dias Lourenço. Todos os funcionários do Partido foram avisados para, nesse período, permanecerem nas casas clandestinas. Todos — menos um, que o não foi, devido às dificuldades de ligação resultantes da vida clandestina: pois esse único camarada veio a ser preso numa das inúmeras operações desenvolvidas por todo o país pelas forças repressivas. Foi o camarada Ilídio Esteves, e que, por sua vez, se evadiu pouco depois de Caxias na também famosa fuga com o carro de Salazar.

No citado documento da Comissão Política do nosso Partido salientava-se: Fica também claro nesta experiência o valor da planificação e do espírito de organização; a necessidade da estreita colaboração e interajuda das organizações e dos quadros realizadas com espírito fraterno; a necessidade da

hierarquização da importância das tarefas e, por vezes, a necessidade de concentrar os esforços na realização de algumas, mesmo com temporário prejuízo de outras; a importância do trabalho colectivo das organizações do Partido, segundo os princípios do centralismo democrático; o papel decisivo que desempenham a coragem, a disciplina e a confiança no Partido.

Uma página na História da luta

A Fuga de Peniche é hoje, uma das gloriosas páginas da História da luta do PCP, dos seus dirigentes e militantes, ao serviço do povo português. Ontem, na luta contra o fascismo. Hoje, na luta pela defesa do regime democrático. Amanhã, sempre, na luta pelo socialismo

Por essa História de luta muitos deram a vida: por essa História de luta muitos arriscaram a vida — uns e outros, todos enfrentando a repressão fascista, na prisão, suportando abnegadamente interrogatórios e torturas, lutando tenazmente pela liberdade, comprometendo-se de corpo inteiro na luta contra o fascismo. Uns e outros, todos, depois do 25 de Abril, construindo e defendendo a liberdade, a democracia, as conquistas da Revolução de Abril. Uns e outros, todos com a firmeza posta na construção do socialismo e os olhos voltados para o exemplo dos camaradas que, ao longo da História do PCP, souberam dar tudo para que este poderoso colectivo, que é o nosso Partido, se edificasse, se consolidasse e se engrandecesse à medida das aspirações históricas da classe operária, dos trabalhadores, do povo português

Militão Ribeiro: a vida dada pela liberdade nos cárceres do fascismo

Em 3 de Janeiro de 1950, os algozes da PIDE assassinavam o destacado dirigente comunista Militão Bessa Ribeiro (António), na sua cela da Penitenciária de Lisboa. O fascismo ceifava mais uma vida, mas não conseguia calar o exemplo, a extraordinária lição de dedicação à causa da liberdade, da democracia e do socialismo.

Militão Ribeiro nasceu em Murça e, aos 12 anos, foi enviado pelo seu pai para o Brasil onde, depois de várias actividades — foi, nomeadamente jogador do clube de futebol Vasco da Gama — se tornou operário têxtil.

As lutas dos trabalhadores brasileiros — afirma-se num artigo de «O Militante», na altura do 16.º aniversário da sua morte — elevaram-lhe a consciência de explorado. Militão participou em greves, em acções reivindicativas, em manifestações de protesto. Fillou-se no Partido Comunista Brasileiro, em cuja criação participou, ao lado de alguns dos seus melhores representantes.

O camarada Militão Ribeiro chegou mesmo a pertencer à direcção daquele partido irmão. Porém, em 1934, a situação no Brasil agravou-se, com a subida ao poder do ditador Getúlio Vargas e o militante comunista Militão Bessa Ribeiro foi expulso do Brasil e metido preso, no porão de um navio, para ser entregue em Lisboa à polícia fascista.

Mas, nestas circunstâncias, Militão daria provas da sua tenacidade revolucionária: em

conversa com um dos tripulantes da embarcação, convenceu-o da justeza da sua causa e este auxiliou-o na evasão, logo que o barco acostou ao cais.

Nas fileiras do PCP

Em Portugal, Militão aderiu, desde logo, às fileiras do Partido Comunista Português,



concretizando uma grande aspiração.

Lutou, trabalhou, escreveu, organizou — afirma o artigo de «O Militante» — a que já fizemos referência. Os camponeses da sua região viam naquele operário têxtil, de mãos calejadas da labuta da terra a que se entregava após o seu regresso, o símbolo das suas aspirações e da sua vida atribulada e de miséria.

Por fim a polícia prendeu-o. A sua acção em toda

a vasta área de Trás-os-Montes amedrontara proprietários e autoridades fascistas. Conduziram-no ao Porto. Depois enviaram-no para a Fortaleza de Peniche. Meses volvidos, sem julgamento, sem condenação, era mandado, com mais algumas dezenas de combatentes, para a Fortaleza de S. João Baptista. Por fim foi o embarque para o Tarrafal — acrescenta ainda o mesmo artigo.

Mas, ainda aí, no Campo da Morte Lenta do fascismo, Militão Bessa Ribeiro foi daqueles que logrou fazer viver a vida da resistência dentro do campo que o fascismo queria de morte. Em todas as circunstâncias, o militante comunista portou-se na prisão do Tarrafal como devia: com firmeza perante os serventuários do fascismo, com fraternidade perante os seus companheiros de cárcere.

Regresso à luta

A 16 de Junho de 1940, Militão Ribeiro, juntamente com outros camaradas como Pedro Soares e Sérgio Vilariques, foi devolvido à liberdade e imediatamente retomou nas fileiras do PCP o seu posto de combate.

«O Militante» de Janeiro de 1966 escrevia, a propósito do período em que Militão regressa à luta: Numa Europa ocupada e ensanguentada. Num Portugal oprimido pelo domínio fascista, seguro do êxito dos seus comparsas, a situação chamava os comunistas a uma luta difícil

e corajosa, para reorganizar o Partido e conduzir a classe operária e o povo a grandes e novos combates.

Militão Ribeiro é, com Álvaro Cunhal, José Gregório, Sérgio Vilariques, Pires Jorge, Dias Lourenço, Pedro Soares, Manuel Guedes e outros camaradas, um dos obreiros da reorganização do Partido. A organização do PCP fortalece-se, a sua influência desenvolve-se: um ano depois, em Outubro de 1942, estalam as primeiras grandes greves da classe operária sob a direcção do seu partido de vanguarda, o PCP.

Militão Ribeiro — acentua «O Militante» — participou activamente na reorganização do Partido, dedicando-se a esta tarefa com exemplar devotamento e capacidade política. Mal vestido, mal alimentado, fazendo sacrifícios de toda a ordem, Militão percorreu o país para retomar o contacto com organizações desligadas, para criar outras, para fortalecer com a sua capacidade política, o seu entusiasmo e o seu dinamismo, o Partido da classe operária, a que ele dedicara inteiramente a sua vida.

Em pleno desenrolar das greves, Militão Ribeiro é de novo preso e, em 1943, enviado para o Tarrafal, de onde tinha saído três anos antes.

Um plano de morte lenta

Libertado no fim da guerra, quando a derrota do nazi-

fascismo e a luta unitária do povo português impôs à ditadura uma amnistia, Militão Ribeiro voltou de novo à liberdade, regressou uma vez mais à dura luta clandestina. Foi, seguidamente, eleito membro do Secretariado do CC do PCP, com Álvaro Cunhal, Sérgio Vilariques e José Gregório. Nem a idade nem a sua abalada saúde — consequência dos tratos sofridos na prisão — lhe diminuíam o dinamismo, a combatividade, a abnegação.

Mas, no dia 25 de Março de 1949, Militão Bessa Ribeiro é de novo preso, desta vez na vila do Luso, na companhia de Álvaro Cunhal e de Sofia Ferreira.

Eis como «O Militante» n.º 141 se refere a esse acontecimento:

Os três são conduzidos para as prisões da PIDE no Porto. Contra Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro se ataca o ódio do bando de assassinos da PIDE. Nos antros da rua do Heroísmo começaram para ambos as torturas e os métodos de aniquilamento físico. A Militão recusaram-lhe assistência médica e dieta, para uma enfermidade de fígado e intestinos contraída no Tarrafal. Mas é curta a duração no Porto. Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro são transferidos para a Penitenciária de Lisboa, encerrados em pequenas celas, mantidos no isolamento mais completo, sem o mínimo de condições vitais.

Continuam aqui, com rigor de carrascos, os métodos de

tortura e de assassinato. Sucodem-se os interrogatórios e os processos brutais. A incomunicabilidade mais rigorosa mantém-se durante meses. Nem um jornal, nem um lápis, nem um bocadinho de papel, nem uma toalha, um

vislumbre de higiene que alivie o desconforto de longos meses numa cela desguarnecida. Os métodos mais sinistros, além da tortura física, são aplicados para tornar a Penitenciária de Lisboa um verdadeiro suplício para os dirigentes

do Partido. Visava-se o seu aniquilamento gradual e sistemático e com ele a liquidação política. A PIDE empenhava-se nesta tarefa monstruosa, como verdadeiro instrumento do crime do fascismo salazarista. Durante meses Cunhal e Militão resistiram aos suplícios e aos métodos de morte lenta com a abnegação dos melhores combatentes, com uma exemplar firmeza e coragem, com uma elevada noção das suas responsabilidades políticas.

A morte de um herói proletário

Porém, o criminoso plano de aniquilamento lento haveria de consumar-se. Torturas sobre torturas, recusa de tratamento médico, falta das mais elementares condições higiénicas — tudo isto abalou profundamente o precário estado de saúde de Militão. O seu peso baixava para 37 quilos. Mas nem por isso diminuía a sua firmeza e confiança. Pouco antes de morrer e com o seu próprio sangue, Militão Ribeiro escrevia ao Partido uma carta exemplar, expressão da sua total devoção à causa do nosso povo.

E, como salienta o artigo de «O Militante» que temos vindo a citar, a 3 de Janeiro de 1950, Militão Ribeiro, figura grandiosa de militante comunista, esculpida no granito da sua região transmontana, morria às mãos dos algozes da PIDE com a grandeza de um herói proletário, na sua cela da Penitenciária de Lisboa.



Cuba: 21 anos de Revolução

O primeiro de Janeiro de 1959 significou para o povo cubano o início de uma nova era, o encetar de um caminho que haveria de ser irreversível. Um exemplo que, na América Latina, viria a constituir um pólo de atracção para os povos do continente, a garantia de que era possível defrontar o poder, demasiado presente e próximo, do imperialismo.

A revolução então encetada não foi, nem poderia ser, um processo linear. Quando uma semana após o 1.º de Janeiro Fidel Castro chegou a Havana com as suas tropas, dava-se um passo decisivo para o futuro. Mas houve que

superar múltiplas dificuldades: as manobras e a ofensiva da reacção e do imperialismo, que se manifestaram imediatamente; as profundas dificuldades de uma economia baseada na monocultura da cana de açúcar; agudos proble-

mas sociais; a necessidade de formar, na prática, a consciência popular, que Washington e a ditadura de Batista se haviam esforçado, em vão, por condicionar num sentido favorável aos seus interesses.

No dia 1 de Janeiro é montado, com a ajuda da embaixada norte-americana, um golpe de Estado. No dia 2 inicia-se a greve geral contra o governo-fantoche enquanto avançam as forças guerrilheiras. No dia 4 a greve geral triunfa, consolida-se o poder revolucionário em todo o país. Assim fica claro, nesta unidade de esforços, que a revolução não era — não poderia ser — obra de uma força guerrilheira isolada, mas se impunha pela força das massas trabalhadoras e iria assentar na sua determinação, na vontade de transformar um país, de coutada do imperialismo no primeiro território livre da América.

Os profundos problemas económicos e sociais haveriam de ser superados com a prática revolucionária, com a activa solidariedade da União Soviética. No primeiro ano da revolução são tomadas

medidas tão importantes como a proclamação em La Plata, Sierra Maestra, da Lei da Reforma Agrária, e o rebaixamento de preços e serviços, nomeadamente no que respeita ao aluguer das

habitações, que é reduzido em 50%. Esta a prática que deveria conduzir o país à construção do socialismo e à criação de uma consciência popular de firme defesa das conquistas revolucionárias, de

defesa do socialismo como a única via possível para o futuro.

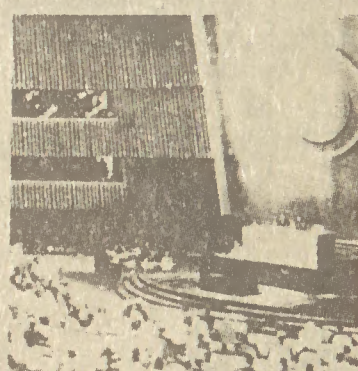
Em entrevista concedida ao "Komunist", Fidel Castro salientou: "A situação era tal que na primeira etapa da revolução, podia-se perguntar a um grupo de trabalhadores se estavam de acordo com as nacionalizações, com a reforma agrária, que responderiam pela afirmativa. Mas bastava perguntar se estavam de acordo com o socialismo para ouvir imediatamente a resposta: "Não". O próprio processo revolucionário, a construção das bases do socialismo no país, o facto de que, pela primeira vez "aparecia um governo que começou a lutar contra os interesses dos grandes e a golpear profundamente os seus interesses", a defender e a concretizar as legítimas aspirações das massas populares — formou a consciência revolucionária de um povo que hoje constrói o socialismo, com notáveis êxitos em todos os domínios, asseverando-se finalmente dos destinos do seu país.



8 de Janeiro de 1959: entrada de Fidel Castro em Havana



4 de Novembro de 1962: um avião-espião norte-americano «U-2» é abatido durante a chamada «Crisis das Caraíbas»



Ernesto "Che" Guevara, em 11 de Dezembro de 1964, fala em nome da Cuba revolucionária na Assembleia Geral da ONU



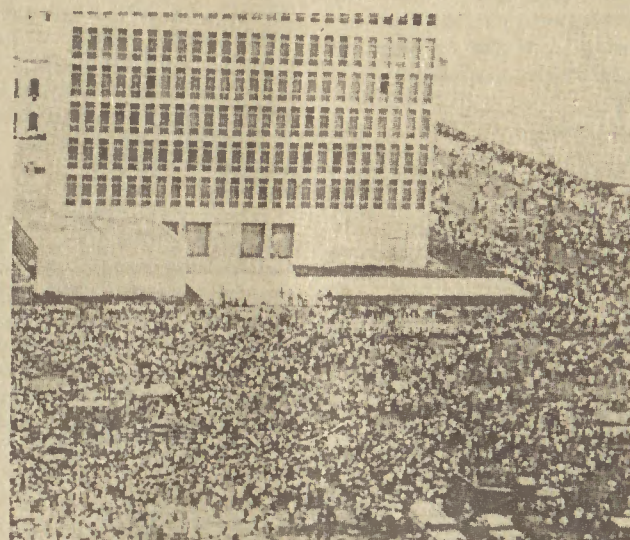
6 de Agosto de 1960: nacionalizados os monopólios norte-americanos



1 de Outubro de 1965: É constituído o Comité Central do Partido Comunista de Cuba



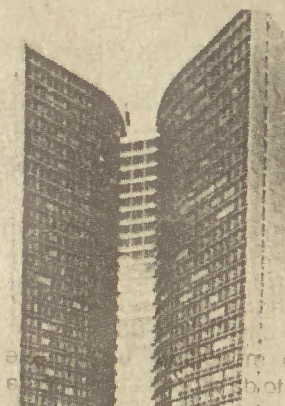
Luto nacional em Cuba pelo Guerrilheiro Heróico, Ernesto "Che" Guevara, morto na Bolívia



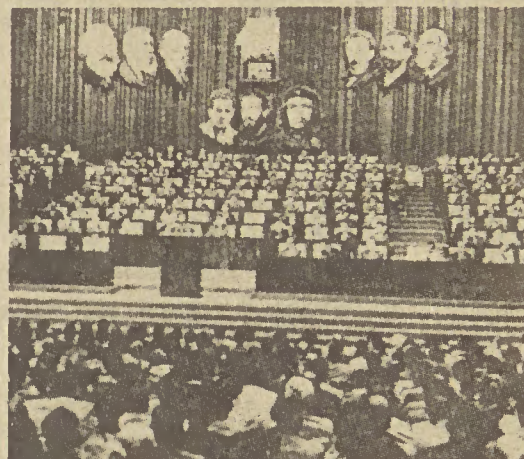
19 de Maio de 1970: uma gigantesca mobilização popular consegue a libertação dos pescadores sequestrados nos EUA



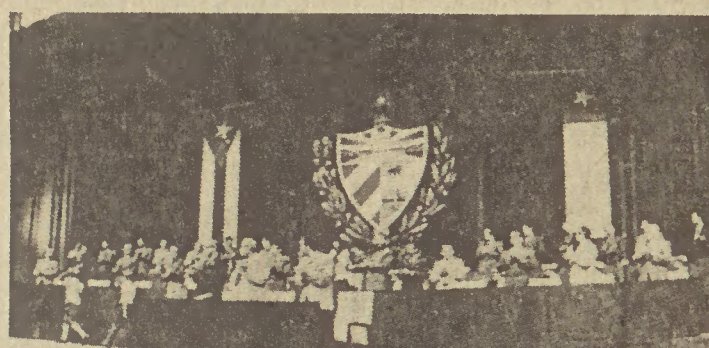
10 de Novembro de 1971: Fidel Castro parte para uma extensa visita ao Chile



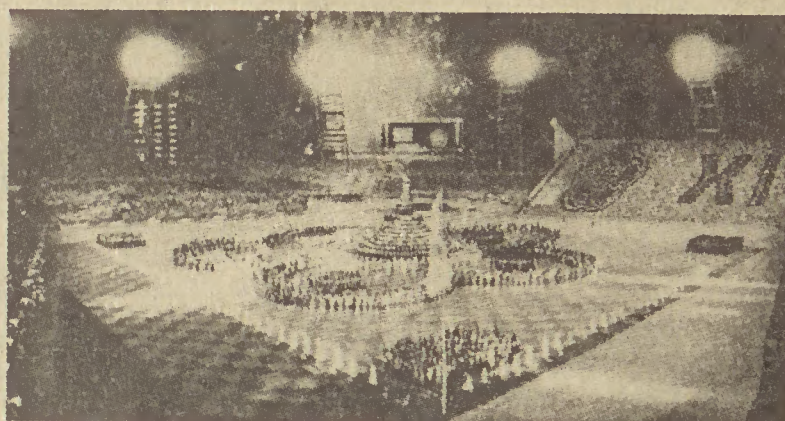
11 de Julho de 1972: Cuba ingressa no CAME como membro de pleno direito



17 de Dezembro de 1975: Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba



2 de Dezembro de 1976: constitui-se a Assembleia Popular e demais órgãos de Poder Popular



28 de Julho de 1978: XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes



Amanhã, em Lisboa Sessão pública sobre a Revolução

No âmbito das comemorações do 21.º aniversário da Revolução Cubana, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, em colaboração com a SPA - Sociedade Portuguesa de Autores, leva amanhã a efeito, a partir das 21 e 30, na sede daquela Sociedade,

na Avenida Duque de Loulé, 31, uma sessão pública em que serão debatidos aspectos diversos da realidade socialista na Ilha da Liberdade, construída dia a dia pela acção determinante dos trabalhadores e de todo o povo cubano.

Estarão presentes Teresa Paulo, Alexandre Cabral, Ludgero Pinto Basto, Vieira de Sá e Rogério Paulo. Na parte artística da sessão participam Celeste Amorim, José Jorge Letria e Carlos Paredes.

A entrada é livre.

«A Criança na URSS» — colóquio na Baixa da Banheira

Assinalando o encerramento da exposição que ali está patente ao público desde o passado dia 29 de Dezembro, a Associação Portugal-URSS, o seu Núcleo da Moita e a APN - Agência de Imprensa Novosti promovem no próximo domingo, às 15 horas, na Baixa da Banheira, Estrada Nacional n.º 250, um colóquio subordinado ao tema "A Criança na URSS", numa iniciativa aberta à participação de todos os interessados.

Na mesa que orientará os

trabalhos do colóquio estarão presentes Valentina Nikolaevna Kalinine, embaixatriz da União Soviética em Lisboa, Dulce Rebelo, do Conselho Directivo da Associação Portugal-URSS, investigadora e escritora, P. Neftodov, redactor-chefe da editora soviética "Maliche", Yuri Barkovsky, director da APN, Alexandre Zditovetski, vice-director da mesma agência, e Manuel Valente, director da revista "Vida Soviética".

Importante distinção para Armindo Rodrigues poeta de Abril

Armindo Rodrigues, poeta militante, lutador antifascista, homem que sente, fala e escreve com Abril no coração, foi recentemente distinguido com um importante prémio da crítica, atribuído pelo Centro Português da Associação Internacional dos Críticos Literários.

O presidente daquele Centro, Jacinto do Prado Coelho, entregará, em cerimónia a realizar nos próximos dias, o prémio ao poeta Armindo Rodrigues, com o patrocínio da Direcção-Geral do Património Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

Médico de profissão, Armindo Rodrigues é autor de uma vasta obra literária em que se incluem mais de duas dezenas de livros de poesia e três livros de contos, tendo publicado o último destes em 1969.

Foi com poesia que iniciou a sua actividade no mundo das letras, ao lançar, em 1943, o volume "Voz Arremessada ao Caminho", e pouco depois "Romanceiro", ainda naquele ano.

"Cantigas de Circunstância" (1948), livro de poemas com ilustrações de Manuel Ribeiro de Pavia, é outra das suas obras mais conhecidas e apreciadas.

Depois de Abril, Armindo Rodrigues continua a escrever poesia, sendo o talento, toda a dinâmica e beleza da arte poética e a esperança firme na luta do povo português as grandes coordenadas que caracterizam a obra do poeta, um poeta de Abril que fala assim de Abril: "Veio a manhã que trada / Estava a longa noite finda / Num rumor de asas de pombas / floriram cravos vermelhos".

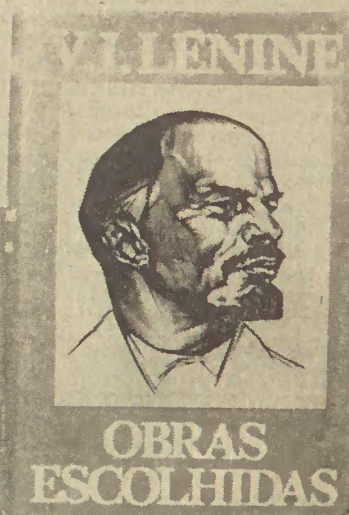
(Quadra do poema "Portugal, Cravo Vermelho").



Conhecer Lénine



mais que
uma questão
política
uma
questão cultural



As edições **Avante!** acabaram de lançar o 3º e último volume das **OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE**

250\$

Pedidos à CDL
Av. Santos Dumont, 57-2º
1000 Lisboa

Semana

1
Terça-feira



1958 — Entram em vigor os tratados que criam a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a «Comunidade Atómica» (Euratom).
Morrem pelo menos 41 pessoas num incêndio que deflagrou durante uma festa de Ano Novo na comunidade mineira franco-canadiana de Chapais, no Canadá, havendo mais pessoas dadas por desaparecidas, presumindo-se que também tenham morrido. ■ Pietro Nenni, um dos fundadores do Partido Socialista Italiano (PSI), morre em Roma, com 88 anos, vitimado por um ataque cardíaco. ■ O director da comissão investigadora dos crimes nazis na Polónia, o professor Czeslam Pilichowski, acusa a RFA de proteger criminosos nazis. ■ Em declaração assinada, nove dos doze ministros do Governo de El Salvador ameaçam demitir-se a não ser que a Junta Civil e Militar, que ocupa o Poder no país, cesse a sua viragem à direita e se coloquem as Forças Armadas directamente sob o controlo do Governo. ■ Thochom Bira Singh, velho militante e funcionário do Partido Comunista da Índia, é assassinado por desconhecidos que o metralharam na sua residência. ■ O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, chega a Teerão, para tentar resolver a crise dos reféns norte-americanos na capital iraniana. ■ O novo governo de Kabul acusa os EUA de encabeçarem uma campanha de difamação contra o Afeganistão, ao mesmo tempo que insistem em manobras de ingerência nos assuntos internos do país.

2
Quarta-feira

1921 — É fundado o Partido Comunista do Luxemburgo.
O ministro do NE iraniano, Sadeq Qotbzadeh, afirma que as autoridades do seu país frustraram hoje uma conspiração contra a vida do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, chegado ontem a Teerão para tentar resolver o problema dos reféns norte-americanos. ■ O «L'Unità», órgão central do PCI, critica a intervenção inadmissível dos EUA nos assuntos internos italianos através de declarações proferidas pelo embaixador norte-americano em Itália, Richard Gardner, sobre «o direito americano» em «não sancionar» participações de comunistas em governos de países «seus aliados». ■ Mais de cem mil operários iniciam a primeira greve nacional do aço na Grã-Bretanha dos últimos 54 anos, reivindicando aumentos salariais de 16%. ■ O coronel da Força Aérea dos EUA, William Deans, revela que as vendas de material bélico norte-americano à Tailândia quadruplicaram desde a queda do regime sanguinário de Pol-Pot, no Camboja. ■ Abdul Aziz Sedik, alto clérigo do Afeganistão, presidente do Conselho dos Ulemas, declara que todos os muçulmanos honestos e simples bem como os seus sacerdotes em todo o país, saudavam o aparecimento de um novo governo que respeita e protege a fé islâmica, os direitos do homem e os sentimentos de independência nacional do pogo afgão.

3
Quinta-feira

1833 — Os ingleses ocupam as ilhas Malvinas (Falkland), em território argentino.
Em Londres a cotação da onça de ouro atinge os 630 dólares. ■ Começam eleições parlamentares na Índia. ■ O Conselho de Ministros francês anuncia novo «pacote» económico, com novas e severas restrições. ■ A imprensa soviética acusa o presidente Carter de mentira e hipocrisia, na sequência da campanha que os EUA estão a orquestrar em todo mundo contra o Afeganistão. ■ Numa acção de «look-out», a Chrysler espanhola encerra a fábrica de Viverde, nos arredores de Madrid, depois de a ter reaberto por ordem governamental. ■ Os dirigentes sindicais britânicos solidarizam-se com os trabalhadores do sector siderúrgico, em greve nacional, ordenando o bloqueio à importação de aço e outras matérias-primas. ■ Ali-Manavia Rad, presidente do ramo das operações financeiras no estrangeiro do Banco Central do Irão, afirma que o seu país conseguiu retirar dos bancos britânicos e dos de outras nações europeias os fundos que tinham sido congelados pelos EUA.

4
Sexta-feira

1947 — A Birmânia, colónia britânica integrada no então chamado «Império das Índias», torna-se independente.
A primeira fase das eleições parlamentares indianas decorre com reduzida afluência às urnas, tempo frio e incidentes violentos, que causaram a morte de dez pessoas. ■ A organização sindical espanhola UGT, afecta ao Partido Socialista Espanhol (PSOE) assina um pacto para a negociação de novos contratos colectivos de trabalho com a Conferência Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE); as «Comissões Obreras», a maior organização sindical do país, desligou-se das negociações com a CEOE no passado mês de Dezembro, por considerar inaceitáveis as condições que lhe foram apresentadas pelo patronato. ■ A revista «New African» escreve no seu último número que a CIA mantém contactos com o regime ilegal da Rodésia há vários anos, operando a coberto do Consulado Geral dos EUA em Salisbúria.

5
Sábado

1895 — O físico alemão Wilhelm Roentgen anuncia a descoberta dos «Raios X».
O presidente Sadat, do Egipto, afirma que o seu governo está disposto a «fornecer facilidades» a tropas norte-americanas se estas fossem enviadas «para defender» países árabes. ■ O Vietname acusa a China de intensificar as provocações armadas na fronteira comum e adverte que a situação é tão grave que a guerra pode rebentar a todo momento. ■ Na Mauritânia o tenente-coronel Mohamed Ould Heidallah, de 39 anos, assume a presidência do Comité Militar de Salvação Nacional, lugar a que equivalem as funções de Chefe de Estado, num golpe de Estado aparentemente sem violência. ■ Centenas de milhares de iranianos manifestam-se em Teerão, responsabilizando os EUA pela violência registada ontem em duas cidades iranianas.

6
Domingo

1918 — É fundado o Partido Comunista da Argentina.
Na sequência da demissão de Mário Andino, homem de negócios e único civil que permanecia na Junta de El Salvador e que se tinha tomado o centro da crise política do país com as suas propostas direitistas, começam negociações entre civis e militares para a formação de um novo governo. ■ A agência TASS divulga uma declaração do governo soviético onde se faz um duro ataque à política norte-americana em relação aos acontecimentos no Afeganistão, considerando que as medidas de «Retaliação» à URSS anunciadas por Carter são desproporcionadas e negligenciam os vitais interesses a longo prazo da paz e do desenvolvimento construtivo das relações soviético-norte-americanas, sublinhando ainda que as tentativas de Washington contra a ajuda soviética ao Afeganistão se destinam ao fracasso. ■ A polícia peruana impede a circulação dos jornais «Correo» e «Ojo», em edições da responsabilidade dos trabalhadores sem intervenção dos directores.

7
Segunda-feira

1979 — Cai o sanguinário regime de Pol-Pot no Camboja, esmagado pelas forças revolucionárias da Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Kampuchea (FUNSK).
A ex-primeiro-ministro da Índia, Indira Gandhi, conquista de novo a chefia do país na sequência da espectacular vitória do seu Partido do Congresso nas eleições parlamentares realizadas nestes últimos dias. ■ Começa em Belfast uma conferência promovida pelo governo britânico sobre a situação na Irlanda do Norte, ignorando as principais forças políticas locais. ■ A Frente Polisária, que luta pela independência do antigo Saara espanhol, anuncia ter morto 152 soldados marroquinos numa emboscada levada a cabo na passada sexta-feira junto ao posto de Hagounia, no deserto. ■ Uma greve geral de quatro horas paralisa a Sicília, ao mesmo tempo que milhares de pessoas desfilavam pelas ruas de Palermo numa manifestação contra o terrorismo.

8
Terça-feira

1852 — Morre Louis Braille, inventor do alfabeto para cegos.
O embaixador norte-americano na ONU, Donald Machenry, exprime a sua determinação em procurar «que sejam impostas sanções ao Irão», de acordo com uma resolução de 31 de Dezembro do Conselho de Segurança. ■ O «Pravda» denuncia a campanha anti-soviética desencadeada nos EUA a propósito do caso afgão, ameaçando «descarrilar» as relações soviético-americanas. ■ Três agentes da polícia são abatidos a tiro em Milão. ■ Os trabalhadores da companhia multinacional «Rosario Resources Corporation» denunciam em Tegucigalpa a exportação ilegal, pela sua companhia, de urânio das Honduras.

Defender a Paz

No começo desta década de 80 algumas nuvens negras ensombram o horizonte internacional. Na mente dos chefes de fila do imperialismo a histeria bélica faz de novo pender sobre a Humanidade pesadas ameaças à paz. A causa disto é conhecida.

A década de 70 trouxe importantes derrotas ao imperialismo, novos países se libertaram do jugo colonial, o número dos que optaram pelo socialismo ampliou-se consideravelmente, a agressão imperialista onde quer que atentou contra a liberdade e a independência dos povos sofreu concludentes desaires, o movimento operário internacional conheceu novas e grandes vitórias; o insanável conflito entre o sistema capitalista e o socialista saldou-se por novos e históricos avanços a favor do socialismo e da paz.

Por outro lado a crise interna do sistema de exploração capitalista conheceu novos agravamentos. A crise geral do

Desanuviamento e “guerra fria”

Depois de uma árdua luta de anos, em Helsinqui foram possíveis decisões como a redução mútua e equilibrada de forças na Europa, a redução simultânea de armas convencionais e de destruição massiva, a comunicação prévia aos signatários da Acta final dos grandes movimentos de tropas e das manobras de envergadura, a troca regular de delegações para debate e confronto dos mais diversos problemas; a proibição de propaganda agressiva e bélica.

Em 18 de Junho de 1979, em Viena, foi assinado por Leonidas Brejnev e Carter, como representantes máximos da União Soviética e dos Estados Unidos, o Tratado sobre a limitação dos armamentos estratégicos ofensivos, SALT-2, na consciência de que «uma guerra nuclear teria as mais devastadoras consequências para a humanidade» e que «o reforço da estabilidade estratégica corresponde aos interesses de ambas as partes e aos interesses da segurança internacional».

Para justificar a corrida aos armamentos, os jornais, a rádio, a televisão dos países capitalistas, os principais dirigentes dos Estados Unidos e de grande parte dos países da NATO, brandem de novo o fantasma da «ameaça russa». As novas medidas impostas pelos EUA à NATO anulam de facto os acordos de Viena. Foi adiada indefinidamente a ratificação do SALT-2, suspensas as vendas de cereais dos Estados Unidos à União Soviética, assim como o crédito comercial e o intercâmbio cultural. A linguagem — e a prática — dos dirigentes da actual administração norte-americana assumem os contornos dos piores momentos da guerra-fria. No seu relatório ao

A lógica do capital

A actual ofensiva contra o desanuviamento, contra o desarmamento, corresponde a um esforço do imperialismo para preservar os seus interesses, defender as bases, abaladas, do sistema. Desde a crise económica de 1974-1975, abriu-se uma nova etapa do desenvolvimento cíclico do capitalismo. O agravamento da inflação, uma crescente frequência das crises das balanças de pagamentos, a especulação monetária, uma grave desproporção no desenvolvimento da produção capitalista mundial, a acuidade das contradições sociais nos países capitalistas desenvolvidos, um novo impulso na luta dos países em vias de desenvolvimento contra o neocolonialismo — tudo isto abala profundamente os fundamentos do sistema, aprofunda de forma inevitável as contradições económicas, sociais e políticas da sociedade capitalista, agrava numa escala nunca antes conhecida a instabilidade económica e política do capitalismo. O sistema capitalista mostra-se cada vez mais impotente para sair da crise, aprofundam-se as suas dificuldades, é cada vez mais notória a incapacidade do sistema para as resolver.

A esfera de domínio imperialista reduziu-se drasticamente: de 84% da terra e 92% da população mundial caiu para 24% e 18% respectivamente.

O pedido de ajuda à União Soviética pelo governo revolucionário do Afeganistão contra as agressões e provocações armadas do exterior reanimou a teoria imperialista da «invasão soviética». Desenvolve-se simultaneamente com a estratégia global de Brezinski relativa ao chamado «arco de instabilidade», que se estenderia do Mediterrâneo ao Pacífico (não surge por acaso o corpo de intervenção dos Estados Unidos) a ameaça de retomo à defunta «doutrina Truman» que enformou a ofensiva anticomunista de 1948.

Tudo isto aponta para a militarização, para a corrida aos armamentos.

A crise no seio dos países capitalistas desenvolvidos entrelaça-se igualmente com um crescente agravamento dos problemas sociais, de lutas das massas trabalhadoras. E a resposta é uma vez mais o ataque ao desanuviamento,

O desanuviamento está nas nossas mãos

Estes esforços do sistema para se defender da lógica objectiva da História tem duas facetas: por um lado a sua real ineficácia; por outro, os perigos não menos reais que comporta.

A crise prossegue e acentua-se. O processo de libertação avança inexorável. Somoza caiu — e não por falta de esforços por parte da CIA. No Irão, a mais sangrenta repressão, dirigida de forma inequívoca por Washington, não pôde impedir o fim da monarquia. A ajuda solidária da União Soviética a Angola ou à Etiópia concretizou-se, deu e dá os seus frutos, independentemente da campanha de provocações, de ameaças de recurso às armas. A CENTO, bloco militar criado em plena «guerra-fria» no Médio Oriente, desmoronou-se. No mundo capitalista desenvolvido são claras as manifestações de reforço do movimento de massas: o crescimento do movimento grevista, a envergadura das manifestações de massas com fins políticos e em defesa da paz, o reforço da posição dos comunistas, como é o caso do nosso país.

Simultaneamente — e para além do seu fracasso e inoperância — a política do imperialismo acarreta reais

capitalismo tornou-se aguda, os ciclos da crise contraem-se cada vez mais, o sistema ainda bem não se curou de um susto e já de novo se encontra mergulhado num outro mais profundo e arranzante. Sobre as classes trabalhadoras tomba o fardo principal da crise.

O agravamento da luta de classes é uma realidade à escala do planeta. Golpeado pela crise o imperialismo procura uma saída através da intensificação da política armamentista, da preparação de novas agressões contra a liberdade e a independência dos povos, de novos agravamentos do regime de exploração das classes trabalhadoras. É uma política de desespero profundamente agressiva na sua essência, política perigosa, de «guerra fria», que tem por base o estafado «argumento» da «ameaça soviética» mas que representa de facto uma grave ameaça para a paz.

Congresso norte-americano, em Setembro, o secretário da Defesa, Brown, afirmou que contava com que em meados da década de 80 a NATO obteria a «supremacia militar sobre o Tratado de Varsóvia». Na sessão de Dezembro do Conselho da NATO, declarou que a situação tinha «melhorado» a favor dos Estados Unidos. Em declarações proferidas em 12 de Dezembro, Carter põe o acento no «papel dirigente e na influência dos Estados Unidos na cena mundial».

Desenvolvem-se os esforços destinados a acelerar o armamento nas «zonas cinzentas», ou seja, os sectores ainda não directamente considerados pelo SALT-2 ou pelas negociações de Viena, e que são objecto de negociações para o SALT-3. Uma força de intervenção de 110 000 homens pronta a actuar em qualquer parte do mundo foi organizada pelos Estados Unidos. Uma esquadra englobando 5 porta-aviões, com 350 caças-bombardeiros cada um, encontra-se na zona do Médio Oriente e do Mar Árábico. Enorme poderio militar está concentrado no Mediterrâneo Oriental, no Mar Asiático, nas bases americanas do sul da Europa. Washington estuda o reforço da sua presença militar no Índico. Carter anuncia um aumento substancial do orçamento militar norte-americano, apresentando um projecto de aumento médio anual de 4,5 por cento e de 5% para 1981. A decisão relativa à instalação dos mísseis «Pershing-2» e «Cruiseiro» que custará aos parceiros europeus da NATO mais de cinco biliões de dólares. Estes mísseis, apontados contra os países socialistas e com capacidade para atingir, em escassos minutos o território soviético, constituem uma grave ameaça à segurança europeia.

que não só permite «justificar» os graves problemas internos, como abre caminho à sufocação das liberdades e da democracia, e portanto à repressão.

O desarmamento para o capitalismo é, antes de mais, limitação dos imensos lucros das multinacionais. Os Estados Unidos são o principal exportador de armas, tendo as suas vendas aumentado vertiginosamente nos anos 70: de 532 milhões de dólares anuais de 1950 a 1966, passaram para 11 800 milhões de dólares anuais de 1974 a 1979.

É rendoso para os grandes industriais armamentistas o negócio das armas: a Boeing Co, Rockwell International e a General Electric (grupo Morgan) tirariam lucro do fabrico do vector «B-1», limitado pelo SALT-2; a General Dynamics Corp e a Lockheed Aircraft Corp., são os principais fabricantes do «Trident». A fabricação de um só desses sistemas dá-lhe um lucro de 1,5 milhões de dólares; a General Dynamics e Boeing são os principais fabricantes dos mísseis «Cruiseiro», de que a NATO defende a instalação na Europa e que trazem um lucro de 1,5 milhões de dólares cada um; a United Technologies, Rockwell Internacional e Westinghouse Electric estão encarregados da realização do programa «MX» de mísseis intercontinentais com sistema móvel de lançamento. A 7 de Setembro de 1979, o presidente Carter anunciou a decisão do governo norte-americano de começar a fabricar e a colocar os «MX». Numa primeira fase está prevista a produção de 200 «MX».

Dai o espantallo da «ameaça soviética», a histeria em torno da vitória popular no Afeganistão, o anti-sovietismo e as ameaças sempre que a União Soviética presta solidária ajuda, solicitada, como agora pelo governo revolucionário do povo afgão em luta pela sua libertação e em defesa das suas conquistas revolucionárias. No perigoso caminho da «guerra-fria» e da corrida aos armamentos, os Estados Unidos oferecem armas ao Paquistão, apesar de este país não parecer estar particularmente interessado, e negocia com a China novas vendas de armamento e novos planos agressivos para a zona.

perigos. A política «à beira do abismo» só pode favorecer o capital internacional. Exige um grande esforço — em todo o mundo — para lhe fazer face, para obrigá-lo um recuo, em nome da sobrevivência da Humanidade. O desanuviamento será uma realidade. Mas está nas mãos de todos nós concretizá-la.

Alinhando com a política agressiva do imperialismo no Próximo e no Médio Oriente, São Carneiro e o seu governo comprometem cada vez mais Portugal na estratégia belicista da NATO, fazem do nosso país uma base de intrigas e manobras contra a paz e a segurança dos povos e também um alvo que a aprovação dos planos americanos na reunião de Bruxelas pôs na mira dos adversários potenciais.

Cada vez mais o Povo português deve unir os seus esforços em torno da defesa da paz, do desanuviamento e da cooperação entre os povos. Objectivamente, cada vez mais, a luta pela paz aparece indissociável da luta pela defesa e consolidação de democracia portuguesa, da luta pela defesa das conquistas fundamentais da Revolução de Abril.

Revolução e «ingerência», o exemplo do Kampuchea

HOJE ninguém pode duvidar do carácter monstruoso dos crimes cometidos por Pol Pot-leng Sari contra o povo do Kampuchea. Um tribunal popular, profundamente representativo, reunido em Agosto de 1979, denunciou, com a mais ampla participação popular e na presença de representantes de várias organizações e personalidades estrangeiras, quais as bases do poder do regime derrubado em 7 de Janeiro de 1979: «purgas» sistemáticas foram realizadas no seio do partido, do aparelho administrativo, do exército; em Maio de 1978, homens de confiança de Pol Pot executaram unidades militares inteiras que se tinham revoltado; a capital foi esvaziada e a sua população vítima de um verdadeiro genocídio — mais de dois milhões dos seus habitantes foram perseguidos e no exódo forçado morreram 500 mil pessoas; dos 750 professores das escolas superiores, nem um só regressou, dos 500 médicos sobreviveram 18, dos 11 000 estudantes, 440 regressaram à capital, dos 2300 professores do ensino secundário foi possível reencontrar 270.

A PESAR do carácter incontestável da denúncia do regime derrubado, o imperialismo continua a considerar o levantamento popular como fruto da ingerência e imposição vietnamita. Fala-se hoje de fome, dissimulando as causas reais das dificuldades que ainda se vivem no país, distorcendo a política do seu governo, silenciando a ajuda dos países socialistas. Ignora-se que, apesar das enormes dificuldades, foi semeado um milhão de hectares de terras, conseguido um abastecimento parcial da população, restabelecidos os sistemas de saúde pública e ensino, recuperadas cerca de 40 empresas e vias férreas essenciais. Oculta-se e nega-se o restabelecimento das liberdades, a participação popular nos órgãos do poder. Uma preocupação central — tal como em relação ao Afeganistão — criar novos pretextos para novas formas de ingerência, liquidar revoluções pela ameaça militar directa, pelo auxílio à contra-revolução, mesmo que sob a forma de «solidariedade».

N O momento em que o imperialismo lança uma ampla acção provocatória contra a União Soviética e o povo afgão, face ao levantamento popular e militar destinado a preservar as conquistas da revolução de Abril no Afeganistão, comemora-se o primeiro aniversário da revolução nacional libertadora dirigida pela Frente Unida de Salvação Nacional do Kampuchea (FUNSK), que derrubou o regime antipopular de Pol-Pot-leng Sari, que durante cerca de quatro anos conduziu uma política de genocídio, concretizada no aniquilamento físico de mais de três milhões de Kampucheanos. Dois levantamentos populares que levaram à reconquista das condições políticas necessárias à defesa dos interesses nacionais e das massas trabalhadoras. Dois exemplos de solidariedade internacionalista face à provocação externa e interna, fomentada pelos EUA e pela China. Dois casos em que o imperialismo surge a defender personalidades envolvidas em graves crimes contra os povos, utilizando situações que fomentou e alimentou para tentar reforçar o seu «direito» de ingerência e lançar-se no agravamento da escalada contra o desanuviamento.

Manobras na Rodésia contra a independência

As forças britânicas estacionadas na Rodésia, cuja missão seria a de garantir o acesso à independência desta colónia inglesa, parecem pelo contrário estar envolvidos numa actuação tendente a efectivar um acordo existente entre a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a África do Sul, cujo objectivo principal seria o de desencadear uma intervenção militar de larga envergadura no território rodesiano, no caso de as futuras eleições que marcarão a independência do país, não serem favoráveis ao regime do bispo Abel Muzorewa.

Comprovando esta análise, refiram-se recentes declarações do governo de Pretória, que já por mais de uma vez ameaçou intervir militarmente, no caso de se verificarem na Rodésia «perturbações à ordem».

O significado que os racistas sul-africanos atribuem a esta expressão é de tal modo claro que se adivinha qual o tipo de situação que desejam que se instale em território rodesiano para poderem intervir. E assim manter a região sul do continente africano num permanente estado de tensão.

Um insuspeito senador norte-americano, no final de uma sua recente visita à Rodésia, confirmou que a política que Londres tem vindo a desenvolver está longe de ser límpida e de merecer a confiança da Frente Patriótica do Zimbabwé.

A comprova-lo, está o protesto que Robert Mugabe, co-dirigente da Frente Patriótica, dirigiu ao governo britânico de Margaret Thatcher, condenando as transgressões constantes aos acordos de Londres. No seu protesto, Mugabe denuncia a presença de tropas sul-africanas em território rodesiano e protesta pela utilização das forças afectas a Muzorewa por parte de Lord Soammes.

Robert Mugabe considera tais factos violações flagrantes dos acordos de Londres e actos de agressão à Rodésia. permanentes da extrema-direita para se apoderarem das alavancas do aparelho de Estado e político, ensino, forças de segurança, ofensiva contra os «Inocentáveis». Política que resultou num agravamento geral dos problemas do país e na divisão entre partidos burgueses. Simultaneamente reforçaram-se as posições da esquerda e tornou-se mesmo possível o seu reagrupamento depois de uma divisão de muitos anos. Actualmente, a par dos inúmeros problemas por resolver surge como realidade insustentável o massivo voto do povo indiano contra a direita, por uma melhoria real das condições de vida. No seu manifesto eleitoral, o Partido

Comunista da Índia aponta para a necessidade de concretização de um programa mínimo que engloba medidas de consolidação da democracia (que inclui recusa do presidencialismo e descentralização de poderes); amplias medidas sociais para redução de preços, defesa dos direitos das classes trabalhadoras, medidas contra as secas, pela reforma agrária, defesa dos artesãos, pequena indústria, minorias religiosas e étnicas, e outras; medidas contra o capital monopolista — nacionalização do sector algodoeiro, juta, açúcar e outros monopólios estrangeiros —; uma política externa de não-alinhamento e cooperação com os países socialistas.

A CATÁSTROFE NOS AÇORES

1. É possível prever os tremores de terra? É possível construir edifícios que resistam aos sismos?

Há ainda pouco mais de duas dezenas de anos a possibilidade de previsão de abalos sísmicos era considerada do domínio da ficção científica — quando não da pura charlatanice.

Hoje em dia, as posições dos cientistas são bastante mais optimistas. Na verdade, começa a desenhar-se a possibilidade de um conhecimento mais aprofundado do comportamento da crosta terrestre que, com o apoio dos elementos de tratamento de dados ao dispor da ciência (os computadores), podem abrir o caminho para prever a evolução de fenómenos que progressivamente vão sendo melhor conhecidos e mais rapidamente detectados.

De uma forma geral, pode afirmar-se que os estudos que se desenvolvem em vários países do mundo (e especialmente na União Soviética e nos Estados Unidos) assentam em três linhas simultâneas e confluentes.

Por um lado, o estabelecimento de cartas sísmológicas o mais rigorosas possível, o que implica o levantamento de todos os fenómenos sísmicos verificados no globo em períodos largos (não esquecer que neste campo, períodos de milhões de anos são pequenos!), de forma a poder traçar grandes linhas de comportamento tectónico da Terra. Trata-se evidentemente de um trabalho de grande complexidade que tem de ser completado com o apoio dos estudos geológicos, até na medida em que as propriedades de um sector do globo não são inalteráveis ao longo dos tempos: mesmo sem alterações de tipo sísmico, podem ocorrer modificações na textura geológica dos terrenos que podem determinar alterações por vezes a longas distâncias.

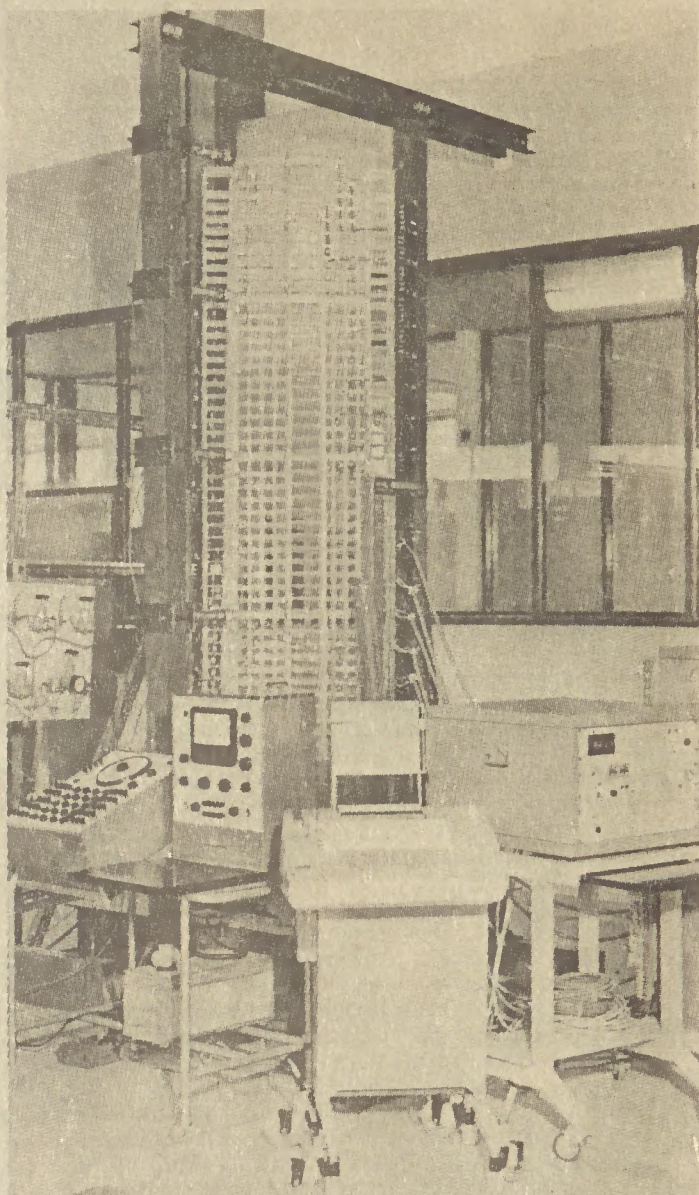
Em segundo lugar, realiza-se um grande esforço no sentido de aperfeiçoar a detecção dos comportamentos dos terrenos. A electrónica tem permitido grandes avanços na criação de aparelhagens que registam com cada vez maior pormenor e sensibilidade os fenómenos que quotidianamente ocorrem. Contudo, há que ter em conta que a própria ponderação dos elementos que vão sendo adquiridos exige estudo para que deles se possam extrair conclusões, seja possível formular tendências e leis gerais. Em alguns casos, como na formação das grandes vagas do Pacífico, o «tsunami», fruto de sismos submarinos, é hoje já possível prever as suas incidências com um rigor que tem evitado perdas de vidas em muitas regiões ribeirinhas do grande oceano.

Finalmente, uma terceira linha de investigação é a do estudo dos comportamentos dos fenómenos sísmicos em si próprios. Neste sentido, os cientistas têm provocado artificialmente em zonas desertas no planeta abalos de terra controlados no sentido de com o maior pormenor possível os

estudarem. Sob o ponto de vista técnico e de prevenção, este capítulo de trabalho assume uma importância grande na medida em que tem permitido testar medidas de defesa de edificações, de consolidação de terrenos, etc., e determinar com cada vez maior exactidão parâmetros de segurança que podem depois ser aplicados na prática pela engenharia, urbanização, arquitectura, etc.

Em resumo, pode pois afirmar-se que a previsão dos sismos não está hoje fora do alcance da humanidade, embora não seja já uma realidade.

O mesmo porém não se dirá das possibilidades de os enfrentar. É hoje possível construir com margens de segurança quase totais, relativamente à resistência dos edifícios a abalos de terra, e em diversos países estas técnicas conhecem grande desenvolvimento. A cidade soviética de Tashkent, por exemplo, situada numa zona mártir no que se refere a terremotos, está a ser reconstruída após o último tremor de terra que lhe provocou tremendas destruições, segundo completíssimos padrões de segurança.



A complexa aparelhagem para o estudo da resistência do modelo de um edifício de 52 andares

2. Há condições em Portugal para construir de forma a resistir aos sismos?

A questão da segurança em Portugal face aos sismos tem de ser analisada por diversos ângulos.

De uma perspectiva puramente técnica, Portugal está equipado para realizar os estudos necessários a construções resistentes aos fenómenos sísmicos. Por exemplo, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, quer no campo dos modelos matemáticos, quer no campo dos modelos físicos, pode realizar (e tem realizado, para Portugal e para o estrangeiro), estudos concretos sobre o assunto. Mais: existem em Portugal (desde 1958), **normas** de construção civil incluídas nos Regulamentos oficiais respectivos que respondem às necessidades fundamentais da resistência anti-sísmica.

Mas é claro que a questão fundamental não é de carácter

técnico, mas muito mais vasto e complexo.

É evidente que a resistência anti-sísmica dos edifícios é um dos aspectos da segurança das construções habitacionais. Por outro lado, o problema da segurança das habitações é um dos aspectos das condições de habitabilidade dos edifícios e do problema da habitação considerado como um todo. E é do conhecimento geral a gravíssima situação no que se refere à habitação em todo o território português.

Gravidade que não se manifesta num único aspecto, mas em múltiplos. Em primeiro lugar, há falta de casas; em segundo lugar, é elevadíssima a percentagem daquelas que, pela sua antiguidade e deterioração ou deficiências de construção não oferecem condições mínimas de habitabilidade (quer quanto a segu-

rança, quer quanto a condições sanitárias); em terceiro lugar, os equipamentos de saneamento básico e outros complementares à construção habitacional (esgotos, água, electricidade, lixos, telefones, transportes, etc.) são ou inexistentes, ou insuficientes ou mal dimensionados — e raramente satisfatórios.

Na verdade, é óbvio que quanto mais antigas são as construções, menos resistência podem oferecer aos abalos de terra, da mesma forma que menos condições de habitabilidade oferecem e que menos condições gerais de segurança apresentam, mesmo sem tremores de terra (que não são necessários para que quase todas as semanas se verifique uma derrocada de um prédio em Lisboa ou os bombeiros sejam chamados

3. Que fazer nos Açores face à catástrofe?

Quando se verifica uma catástrofe como a agora ocorrida nos Açores, naturalmente que duas preocupações se colocam no imediato: auxiliar as vítimas e avançar com a reconstrução. Mas também aqui o problema não se limita a ser de carácter técnico (ou financeiro) mas envolve critérios que necessitam de ser pesados e estudados.

Começemos pelo apoio. Face ao impacto de uma tragédia, a solidariedade humana movimenta meios que, numa primeira fase, podem permitir minorar situações mais dramáticas. Sucede porém que este apoio não pode apenas ter em conta as consequências mais imediatas da catástrofe como **tem imprescindivelmente que ser dirigido para a resolução dos problemas reais que passam a colocar-se às populações privadas de infra-estruturas básicas do seu quotidiano por um prazo relativamente longo.**

A dura realidade tem de ser enfrentada e não se refere apenas às 48 horas, ou às duas semanas seguintes à catástrofe. Há que considerar que a reconstrução de tudo o que foi destruído — as casas, os estabelecimentos, as escolas, os hospitais, os transportes, as comunicações

— não será feita de um momento para o outro e que, entretanto, as pessoas continuam a viver. O plano de auxílio não pode assim limitar-se ao **indispensável esforço de apoio imediato e ao planificar da futura reconstrução, como tem de prever e organizar o apoio durante o próprio período de reconstrução.** Há que desde já assegurar não apenas as soluções de emergência para uma semana ou duas, mas as soluções para enfrentar a vida até que tudo possa voltar à normalidade.

Alguns exemplos: Milhares de famílias vivem agora em barracas: demorará evidentemente alguns meses até que se reconstruam casas em condições — como irão viver durante esses meses essas pessoas?

Foram mobilizadas estruturas sanitárias de emergência (enfermarias de campanha, postos médicos de emergência) para acorrer às necessidades imediatas e que (até pelas suas características e limitações próprias poderão vir a ser levantadas até por não serem adequadas a outras circunstâncias: os hospitais e estruturas fixas estão destruídos e danificados e durará meses a repô-los em funcionamento; como se irão tratar no quotidiano as pessoas durante esses meses?

hoje em Portugal o seja clandestinamente.

A construção clandestina caracteriza-se exactamente pelo não-cumprimento das **normas que existem** e que, se aplicadas, suprimiam as exigências fundamentais de segurança e habitabilidade das construções quer no capítulo da questão dos sismos, quer nos muito mais imediatos problemas de segurança estrutural, de condições sanitárias, de saneamento básico, de equipamento social, etc.

É evidente por outro lado que a falta de planeamento e de fomento para a resolução do problema habitacional prolonga a vida das construções degradadas uma vez que quem as habita não tem alternativa para mudar de casa.

É ainda óbvio que, sob o ponto de vista social, quer a utilização de habitações velhas e degradadas, quer o recurso à habitação de construção clandestina, quer ainda a carência pura e simples de habitação, recal sobre as camadas da população mais pobres, sobre as camadas trabalhadoras, sobre aqueles que são no geral as vítimas da mesma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que o País conheceu desde 1976.

É neste quadro que a questão da segurança anti-sísmica tem de ser encarada. Há normas e meios técnicos para enfrentar o problema: mas ele enquadra-se num muito mais vasto problema que é o da habitação. Que não é técnico, mas sim económico e, fundamentalmente, político.

Centenas e centenas de crianças ficaram sem edifícios escolares: a sua reconstrução demorará meses ou mesmo anos; até lá, como assegurar o essencial ensino para todas elas?

Os meios de transporte e as vias de comunicação foram grandemente afectadas pelo terramoto e as ligações estão presentemente a ser feitas com meios de emergência; a reposição de meios e vias será lenta e os actuais meios de emergência respondem essencialmente à situação imediata de catástrofe: como se irão assegurar as comunicações e os transportes no período em que a situação de catástrofe se atenuou, mas em que a normalidade ainda não está restabelecida?

E quanto à reconstrução a médio-longo prazo, vultosos problemas se colocam também. Esta não se refere exclusivamente aos edifícios, mas à **reconstrução efectiva das vidas afectadas profundamente pela catástrofe** o que envolve vastas medidas de apoio que competem ao Estado, a estabelecer em moldes de clareza e honestidade que não abram a porta a problemas e escândalos em que os verdadeiramente atingidos o sejam ainda mais e em torno da desgraça aumente a riqueza de alguns privilegiados e oportunistas.

No capítulo das importantes medidas de reconstrução de habitações e outros edifícios, há que encarar medidas imediatas e o recurso à autoconstrução é evidentemente de ser encarado, mas com a evidente exigência de um apoio estatal que não seja apenas financeiro, mas também técnico. (Projectos-tipo, acompanhamento da construção).

Apoio que tem de marchar a par e passo com outra realidade que é a da audição das populações, a da discussão com os directamente interessados de todos os projectos e planos: reconstruir **com** as populações, não apenas na autoconstrução de habitações mas em todas as etapas e aspectos do muito que há a fazer.

Para enfrentar a multidão de problemas a curto e médio prazo que se colocam é indispensável que, sob o ponto de vista político, exista um profundo respeito pelos interesses das populações e muito especialmente das camadas mais desfavorecidas que foram exactamente as mais atingidas pelo sismo, como igualmente a capacidade de planificar e executar. Duas coisas que o Povo português sabe que não existiram durante meio século de fascismo e que continuaram a não existir no quadro da política de recuperação capitalista.

José Vitoriano visitou os Açores

Entrevistámos o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, à sua chegada a Lisboa, depois de uma visita de três dias aos Açores, onde se deslocou para se inteirar da gravidade das consequências do sismo que afectou as populações da Terceira e de São Jorge, ilhas onde esteve.

Na sua qualidade de deputado comunista e de dirigente do PCP o camarada José Vitoriano, acompanhado por membros da DORAA, encontrou-se com algumas autoridades e órgãos administrativos açorianos, nomeadamente com o ministro da República, com o presidente da Assembleia Regional e com o coordenador do Gabinete e de Apoio à Reconstrução, manifestando o interesse do PCP em prestar toda a solidariedade às populações, participando nos seus vários aspectos.

— É impressionante o panorama que se nos deparou em consequência do sismo — afirmou José Vitoriano. **Há cerca de 4 mil casas completamente destruídas. Um terço da população da Terceira ficou desalojada. Na Freguesia de 12 Ribeiras, por exemplo, quase não ficou uma casa de pé.**

— Em que condições se encontram hoje os desalojados?

— **Vivem actualmente em concentrações, nas escolas e em tendas. Casas que não foram destruídas albergam mais de 20 ou 30 pessoas, incluindo crianças, o que coloca problemas graves de saúde pública. O liceu de Angra alberga cerca de 800 pessoas. O perigo de epidemias existe e já surgiram alguns casos isolados de sarampo.**

— Há entretanto um grande espírito de solidariedade e de ajuda mútua — continuou o camarada. **Espírito que se manifesta já no início da reconstrução de algumas casas menos atingidas.**

— E o problema dos abastecimentos?

— **Quanto aos abastecimentos têm sido distribuídos diariamente géneros alimentícios — principalmente pão e lacticínios — pela Secretaria dos Assuntos Sociais e, nalguns casos, refeições nos centros de alojamento — liceu, escola, etc. No entanto, fala-se já, da parte das entidades responsáveis pelo fornecimento, de acabar com isso, quando estão longe de ser criadas as condições de regresso a uma situação normal.**

— Que medidas imediatas devem ser tomadas?

— **Há uma grande necessidade de casas pré-fabricadas para alojar as pessoas mais carenciadas. Porque as condições existentes nas tendas e as grandes concentrações não podem durar. Há também que avançar para a reparação imediata das casas menos afectadas e que podem voltar a ser utilizadas.**

A médio prazo trata-se de reconstruir. — Qual tem sido a contribuição do Partido localmente para acudir aos problemas?

— **Os membros e simpatizantes do Partido desenvolvem a sua acção em bases amplamente unitárias e dinamizam activamente a ajuda mútua entre as populações. De momento, as necessidades que mais se faziam sentir, conforme os camaradas informaram, eram de equipamento adequado às condições em que vivem muitos açorianos: aparelhos de petromax, lanternas de pilha, pratos e copos, objectos sanitários. Faltam também alguns mantimentos, entre os quais enlatados, azeite, fruta, arroz. Noutro plano outras faltas se fazem sentir: mão-de-obra especializada para a construção, máquinas de construção civil.**

Em termos de saúde são também necessárias algumas medidas. Inicialmente a estrutura hospitalar respondeu mais ou menos bem aos problemas imediatos que se puseram. Mas não têm condições para responder suficientemente bem aos problemas de saúde pública que se colocam. Seria uma medida a adoptar, o envio de equipas de saúde pública para responder e prevenir perigos, apesar de haver, da parte de algumas autoridades regionais, um espírito que não é favorável a esse tipo de medidas.

O apoio solidário dos trabalhadores de Norte a Sul do país

Continuam a manifestar-se em todo o país as mais diversas iniciativas promovidas pelos trabalhadores e suas organizações representativas, além de outras forças democráticas e órgãos de expressão popular, no sentido de concretizar em termos práticos a intensa solidariedade e apoio às populações vítimas do sismo ocorrido na Região Autónoma dos Açores.

Solidariedade não é só uma palavra e muito menos uma palavra vã. Mais do que ninguém, os trabalhadores têm a plena consciência disso.

O apoio fraterno dos que labutam no dia-a-dia, do Algarve a Trás-os-Montes, passando pela Região Autónoma da Madeira, é um apoio de firme e decidida acção prática, envolvido por um claro objectivo: minorar na medida do possível os sofrimentos da população açoriana e colaborar no estímulo para a reconstrução da vida do arquipélago.

Centenas de exemplos poderiam aqui ser referidos. Exemplos que se manifestaram logo após a notícia do terramoto e que continuam a assinalar-se em todo o país. Exemplos que afirmam inequivocamente que o povo trabalhador dos Açores não está sozinho nesta hora difícil.

Num comunicado divulgado pelo seu Secretariado Nacional,

a CGTP-IN lançou um apelo a todo o movimento sindical «no sentido de prestar as formas de auxílio possíveis às populações atingidas», referindo mais adiante a necessidade de um plano de sindicatos lançava uma campanha para recolha de fundos, a CGTP-IN lembrava em comunicado os direitos dos trabalhadores das empresas açorianas que tiveram de cessar as suas actividades.

Entretanto, por iniciativa do Secretariado das UCP's

e Cooperativas, União dos Sindicatos e Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Évora, foi lançado um vasto movimento de apoio às populações açorianas. «Conscientes de que é necessário, nesta hora difícil, reforçar os laços de solidariedade e da unidade nacional, as organizações signatárias, que decidiram em reunião extraordinária criar uma comissão de apoio às vítimas do terramoto, apelam a todos os trabalhadores e a todo o povo do distrito de Évora em geral, a todas

as UCP's/Cooperativas agrícolas e empresas de outros sectores para que contribuam urgentemente, com mantas, colchões, roupas — especialmente de crianças — alimentos não deterioráveis e outros materiais, ou dadas em dinheiro, que possam minorar o sofrimento do povo açoriano» — declaram aquelas organizações de trabalhadores, que informam ainda: «A entrega das ofertas pode ser feita em qualquer dos seguintes locais em Évora: Rua Cândido dos Reis, 38-B; Alarcova de Cima, 1-A-1.ª;

e Rua Serpa Pinto, 151-A».

UCP's e Cooperativas de outras áreas de intervenção da Reforma Agrária prestam a sua solidariedade, assim como numerosas organizações, comissões e grupos de trabalhadores do campo e da cidade, além de Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia, comissões da APU e grupos de eleitos pela Povo Unido, nomeadamente na Região Autónoma dos Açores, como é o caso da freguesia da Maia.

Pioneiros de Portugal lançam campanha pelas crianças dos Açores

Os Pioneiros de Portugal dirigem às crianças açorianas, a sua mensagem de profundo carinho e amizade e afirmam a sua solidariedade a toda a população vítima do sismo que abalou a terra açoriana.

Os Pioneiros de Portugal congratulam-se com as iniciativas de solidariedade já desencadeadas por diferentes organizações no sentido de socorrer e atenuar as necessidades de milhares de vítimas, em particular as crianças.

Neste momento, em que diversas organizações se empenham na recolha de géneros de primeira necessidade, nomeadamente mantimentos agasalhos e abrigos, os Pioneiros de Portugal tomam a iniciativa de lançar uma campanha de recolha de brinquedos, jogos, e material escolar em complemento das iniciativas já em curso.

Se o tecto, o pão e agasalho são fundamentais, um

brinquedo, um jogo, por modesto que seja, contribuirá para afastar por momentos as crianças açorianas da dura realidade do terramoto para as tranquilizar, para lhes proporcionar momentos de distração e de alegria.

Assim, os Pioneiros de Portugal apelam às crianças, aos pais, aos educadores, às escolas, às autarquias, às comissões de moradores e trabalhadores, à população em geral para que com a sua soli-

dariedade façamos desta campanha um grande êxito.

Todos os materiais e donativos deverão ser dirigidos por correio para a Rua Professor Lima Bastos, 140 — 1.ª Esq., Lisboa, ou directa e pessoalmente na mesma morada de 2.ª a 6.ª feira das 18.30 às 21.30 e aos sábados das 9.30 às 13.00.

Lisboa, 7 de Janeiro de 1980

Os Pioneiros de Portugal